

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME NERCOLINI MIRANDA

**AFINIDADES INTERESTATAIS EM CENA: AS RELAÇÕES LUSO-
BRASILEIRAS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATRAVÉS DA REVISTA
ATLÂNTICO**

CURITIBA

2018

GUILHERME NERCOLINI MIRANDA

**AFINIDADES INTERESTATAIS EM CENA: AS RELAÇÕES LUSO-
BRASILEIRAS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATRAVÉS DA REVISTA
ATLÂNTICO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em História, no
Curso de Pós-Graduação em História, Setor de
Ciências Humanas da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

CURITIBA

2018

Catálogo na publicação
Maria Teresa Alves Gonzati – CRB 9/1584
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Miranda, Guilherme Nercolini

Afinidades interestatais em cena : as relações luso-brasileiras e a Segunda Guerra Mundial através da *Revista Atlântico* / Guilherme Nercolini Miranda – Curitiba, 2018.

119 f.; 29 cm.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Relações internacionais – Brasil – Portugal. 2. Guerra Mundial, 1939-1945 – Imprensa. I. Título.

CDD 940.53



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA

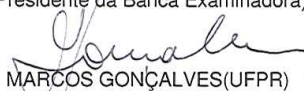
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GUILHERME NERCOLINI MIRANDA**, intitulada: **AFINIDADES INTER-ESTATAIS EM CENA: AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATRAVÉS DA REVISTA ATLÂNTICO**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Fevereiro de 2018.


DENNISON DE OLIVEIRA(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


MARCOS GONÇALVES(UFPR)


ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA(UFPR)



RESUMO

Criada através do Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro de 1940, a revista *Atlântico: Luso-Brasileira* foi um importante instrumento de aproximação política e cultural entre Portugal e Brasil durante os anos de 1942 a 1945. Com intuito de atender a demanda do diálogo entre intelectuais dos dois países, sua função na expansão da Política de Espírito e na construção da identidade luso-brasileira serviu às necessidades do Secretariado de Propaganda Nacional e do Departamento de Imprensa e Propaganda. O periódico funcionava também como um mecanismo de construção de um discurso legitimador para os governos de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas. Na presente pesquisa, que abrange os anos de publicação da revista, pretendemos analisar como foram construídos os discursos das intelectualidades luso-brasileira acerca da Segunda Guerra Mundial. Para isto procuramos perceber como as falas inseridas na *Atlântico* estavam associadas com relação aos diferentes eventos do conflito. Buscamos também compreender os aspectos sociais, culturais e ideológicos da revista, com que propósito foi construída e em que contexto histórico a *Atlântico* estava presente através de uma análise de longa duração das relações diplomáticas luso-brasileiras.

Palavras-Chave: *Atlântico: Luso-Brasileira*. Estado-Novo. Getúlio Vargas. Oliveira Salazar. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

Created by the Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro of 1940, the *Atlântico: Luso-Brasileira* journal was an important instrument of political and cultural approximation between Portugal and Brazil during the years 1942 to 1945. In order to meet the demand of the dialogue between intellectuals of the two countries, its role in the expansion of *Política de Espírito* and in the construction of the Luso-Brazilian identity served the needs of *Secretariado de Propaganda Nacional* and of *Departamento de Imprensa e Propaganda*. The periodical also functioned as a mechanism for constructing a legitimating discourse for the governments of Oliveira Salazar and Getúlio Vargas. In the present research, which covers the years of publication of the journal, we intend to analyze how the discourses of Luso-Brazilian intellectuals about the Second World War were constructed. For this, we tried to understand how the lines inserted in *Atlântico* were associated with the different events of the conflict. We also sought to understand the social, cultural and ideological aspects of the journal, the purpose for which it was created, and in what historical context the *Atlântico* existed through a long-term analysis of Luso-Brazilian diplomatic relations.

Key-words: *Atlântico: Luso-Brasileiro*. Estado-Novo. Getúlio Vargas. Oliveira Salazar. Second World War.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - IMAGEM DE UMA CONCHA COM A FUNÇÃO DE PREENCHIMENTO DE ESPAÇO E ENFEITE DA OBRA.....	81
FIGURA 2 - CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA ATLÂNTICO: REVISTA LUSO-BRASILEIRA.....	81
FIGURA 3 - PINTURA BRASILEIRA DE TARSILA DO AMARAL.....	82
FIGURA 4 - ESCOLA DE SAMBA DE TOMÁS SANTA ROSA.....	83
FIGURA 5 - PELA FÉ DE ZAMBI DE CICERO DIAS.....	83
FIGURA 6 - IMAGEM DO POEMA ULTIMA CANÇÃO DO BECO.....	84
FIGURA 7 - ECCE HOMO.....	84

LISTA DE TABELAS

TABELA I - TABELA REFERENTE AO PERCENTUAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL DURANTE OS ANOS DE 1934 A 1941	36
---	----

LISTA DE SIGLAS

AIB	-	Ação Integralista Brasileira
ANL	-	Aliança Nacional Libertadora
CNC	-	Conselho Nacional do Café
DNC	-	Departamento Nacional do Café
DIP	-	Departamento de Imprensa e Propaganda
FEB	-	Força Expedicionária Brasileira
PRR	-	Partido Republicano Rio-Grandenses
SNI	-	Secretariado Nacional de Informação
SPN	-	Secretariado de Propaganda Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - ESTADOS NOVOS PRESSIONADOS: A GUERRA E A AUTO CONSERVAÇÃO	26
1.1 - O ESTADO NOVO BRASILEIRO (1937 - 1945).....	29
1.2 - O BRASIL NA GUERRA - DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS À BELIGERÂNCIA.....	37
1.3 - O ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1933 - 1945).....	45
1.4 - PORTUGAL NA GUERRA - A NEUTRALIDADE PELA ALIANÇA E O CASO DOS AÇORES.....	50
1.5 - SALAZAR, FERRO, VARGAS, ARANHA E OS SUJEITOS NA HISTÓRIA DA GUERRA.....	53
CAPÍTULO 2 - AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E BRASIL: DA INDEPENDÊNCIA À COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA	57
2.1 - AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS (1822 - 1931).....	57
2.2 - APROXIMAÇÕES ENTRE ESTADOS-NOVOS (1931 - 1941).....	66
2.3 - ACORDO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO E A CONFLUÊNCIA RUMO A UMA COMUNIDADE COMUM.....	70
2.4 - COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA: UM SONHO POSSÍVEL?.....	72
CAPÍTULO 3 - A REVISTA ATLÂNTICO E A GUERRA: UM SÍMBOLO LUSO-BRASILEIRO	77
3.1 - UM ESPAÇO DE RELAÇÕES: ANALISANDO A REVISTA ATLÂNTICO.....	79
3.2 - A GUERRA NA REVISTA ATLÂNTICO	106

3.3 - A GUERRA COMO AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS.....	148
ANEXO 1 - TABELA DE COLABORADORES, PUBLICAÇÕES E INFORMAÇÕES SOBRE A GUERRA NA REVISTA ATLÂNTICO.....	153
ANEXO 2 - ACÔRDO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO.....	166

INTRODUÇÃO

Ora bom, eu penso que a empatia pessoal é fundamental, por gerações a política se faz de pessoas e com pessoas. E quando as pessoas se não conhecem, se não se dão, não dá. E houve gerações em que, no começo da democracia em Portugal e no Brasil, em que havia uma empatia feita de décadas de fraternidade e de amizade. Isso hoje está se sucedendo outra vez. Modestamente, comigo mesmo eu me considero, em muitos aspectos, a seguir a português, largamente também brasileiro, porque o futuro da minha família, meus cinco netos, quatro portugueses e uma brasileira moram faz anos no Brasil em São Paulo. E, portanto, nada que é brasileiro me é estranho, meu avô esteve cá, meus pais, meu irmão, meus filhos várias vezes, e portanto, é esta empatia que é preciso cultivar, porque já existe na cultura, existe na língua, que existe no mundo do espetáculo, que existe na literatura, está crescendo na edição, na academia, na cooperação entre universidades e acadêmicas. Está também na economia, mas é preciso ir mais longe na economia e na política e eu acho que há oportunidades. (...). Depende muito do Brasil, que é uma potência mundial, não crescer potência regional só. Se quiser ser potência mundial, exclusiva de só olhar a comunidade que fala português, mas não pode minimizar o peso da comunidade que fala português. É uma geopolítica, então pensando no próprio Atlântico, norte, intermédio e sul, para um país que é uma potência mundial deitar fora por omissão ou subutilização uma oportunidade estratégica é um pouco sui generis.¹ (Marcelo Rebelo de Souza, 2016)

Desde os meados de minha graduação em bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina tive grande interesse nos estudos acerca da história de Portugal, do Brasil colonial e das relações luso-brasileiras. Somente adentrei-me, no entanto, em iniciar pesquisas sobre essas relações quando efetuei um intercâmbio na Universidade de Coimbra durante o fim de minha graduação, onde pude me aprofundar a respeito da história de Portugal. Foi durante a cadeira de História dos Descobrimentos, ministrada pelo prof. Dr. Saul António Gomes Coelho Silva, que efetuei uma análise de como era trabalhada a História Indígena no Brasil, fazendo um contraponto com meus colegas de turma que demonstravam pouco interesse com outras versões históricas sobre o tema.

Foi a partir desta minha experiência, e deste trabalho, que procurei me interessar cada vez mais pelas relações luso-brasileiras, e deste ponto inicial produzi meu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ainda com a

¹ O trecho de fala utilizado foi retirado da entrevista de Roberto D'Ávila à Marcelo Rebelo de Souza exibido em 10/08/2016 pelo canal de televisão Globo News. Retirado de <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/5226692/> acessado em 02/01/2018.

temática dos discursos luso e brasileiro a respeito dos povos indígenas do Brasil. Passei, no entanto, a prestar mais atenção sobre outros pontos das relações luso-brasileiras.

Foram através de percepções de falas, leituras e reflexão sobre os discursos efetuados por brasileiros e portugueses, como visto acima nas palavras do próprio presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza, que procurei a querer me aprofundar sobre a construção destes discursos, e encontrei no periódico *Atlântico* uma fonte bastante interessante para isto. A amplitude da fonte, e sua importância, no entanto, dificultaram à princípio. Se por um lado a *Atlântico* é atraente para entendermos as relações luso-brasileiras, este tema, no entanto, já é bastante estudado por historiadores e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas.

Por terem tão forte ligação política e identitária, ocasionada pelos mais de trezentos anos de colonização e pela histórica proximidade social ocasionada por diversas frentes migratórias, tanto de portugueses no Brasil quanto de brasileiros em Portugal, os estudos das diversas interações entre os dois países são bastante visados.

Havia, no entanto, uma área ainda não pesquisada dentro da revista, e que tinha completa pertinência: a temática da guerra. Publicada durante os anos da Segunda Guerra Mundial, a *Atlântico* é uma importante fonte para entendermos como os governos estado-novistas de Portugal e Brasil se relacionavam a respeito do conflito, e como este evento histórico interferiu na política nacional e supranacional dos dois governos. Para este entendimento, no entanto, era preciso compreender o contexto e as relações luso-brasileiras tanto do período anterior ao do conflito quanto durante os anos de publicação da revista.

Foram com trabalhos como o *Depois das Caravelas: As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000* de Amado Cervo e José Calvet de Magalhães, *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras* de Lúcia Guimarães e *O Beijo Através do Atlântico: O lugar do Brasil no Panlusitanismo* de Maria Bernadete Ramos, Élio Serpa e Heloísa Paulo que pude perceber as diferentes facetas das relações luso-brasileiras desde a

independência do Brasil. Estes trabalhos, todavia, possuem direcionamentos em sentidos diferentes. Enquanto a pesquisa de Cervo e Magalhães tem um viés diplomático e econômico das relações luso-brasileiras, os trabalhos de Guimarães, Ramos, Serpa e Paulo, por outro lado, buscaram um entendimento mais concentrado nas confluências culturais e políticas decorridas nos finais dos anos 1800 e início do século XX.

Dentre outros trabalhos de destaque na área que buscaram compreender as interações luso-brasileiras durante os anos do Estado Novo de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas, destaco os artigos *A Revista Brasília: "Ver o outro nos próprios olhos"* de Élio Serpa, *Relations Between Portugal and Brazil (1930-1945): The Relations between de Two National Experiences of the Estado Novo* de Paula Santos, *Estado Novo e a propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP* de Heloísa Paulo e *As relações Portugal-Brasil no século XX*, de Fernando de Souza, Paula Santos e Paulo Amorim. Em todos os trabalhos citados, que me inspiraram em minha pesquisa por terem tido objetivos e, no caso de Serpa, fonte similar à que apresento no estudo a seguir, faço menção de exprimir minha gratidão pela busca incessante destes pesquisadores pelo aprofundamento a respeito deste tema.

Para meu trabalho, portanto, tenho por objetivo buscar na revista *Atlântico* minha fonte para o entendimento de alguns dos discursos de grupos de intelectuais dos dois países a respeito da guerra, já que a *Atlântico* foi um dos mecanismos mais aparentes da aproximação entre os dois governos. Dentro desta finalidade venho por meio do questionamento sobre como a guerra era representada na *Atlântico* para compreender como os diferentes eventos do conflito interferiram no silêncio ou nas falas dos colaboradores da revista a respeito dos acontecimentos do período e das relações luso-brasileira.

Por sua importância histórica na área das letras e das artes, seu estudo não é recente, tendo sido analisado em diversos trabalhos e de variadas formas. Por ser um periódico cujo foco eram os aspectos literários e culturais entre os dois países existe uma proximidade dos estudos da revista com a área dos Estudos Literários, propiciando que suas análises regularmente se aproximem das interações entre os participantes e colaboradores da *Atlântico* e

a estética das publicações, sem o aprofundamento em outros apontamentos pertinentes sobre a revista, de onde regularmente partem os pressupostos de trabalhos historiográficos.

Há, no entanto, alguns trabalhos que direcionaram análises específicas sobre a revista em um viés de análise historiográfica, como destaque a dissertação de mestrado de Alex Gomes da Silva intitulada *Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico (1941-1945), Estado Novo e as relações luso-brasileiras (1937-1945)*, tese de doutorado defendida por Carmem G. Burgert Schiavon na PUCRS em 2007 e *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil* de Heloísa Paulo.

No primeiro, a análise de Alex Gomes da Silva parte do aspecto da Revista Atlântico como produção de seu tempo e meio, seguindo a premissa de uma análise historiográfica com desenvolvimento de análise das fontes, cujo enfoque apresentado é um direcionamento aproximado aos fundamentos da História Cultural e Social em um sentido de procurar compreender quais os temas abordados na revista e quais suas ligações com os colaboradores.

Schiavon e Paulo, por sua vez, apresentam a revista como uma produção conservadora, onde a principal característica desta é o destaque a articulação e divulgação da ideologia e cultura nacional tanto de Portugal quanto do Brasil, apresentando-a como uma peça nos elaborados mecanismos de propaganda luso-brasileiro efetuado pelos governos de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas.

Os três trabalhos desenvolvem importantes pesquisas acerca dos conteúdos presentes dentro da Atlântico, tendo destaque principalmente no aprofundamento de quais temas são abordados no periódico e quais eram os participantes da revista.

Entretanto, apesar do já abundante número de trabalhos relativos as relações diplomáticas, políticas e sociais entre Portugal e o Brasil, ainda existem espaços vazios nas pesquisas sobre os dois países, com desfalque principalmente das relações econômicas, políticas e em outros pontos mais específicos, mas não menos valiosos de se pesquisar. Dentre esses temas

destaco o objeto de minha análise da qual refere-se as relações luso-brasileiras durante o período da Segunda Guerra Mundial. Pouco se encontra sobre as relações luso-brasileiras em relação à guerra, e do pouco que se possui são pequenos fragmentos originários de pesquisas amplas, mas não focadas neste evento. Em meu trabalho, por isso, proponho analisar mais especificamente sobre como o tema da guerra foi representada nos discursos entre os intelectuais² de Portugal e do Brasil e para isto procuro utilizar como fonte a revista *Atlântico: Luso-Brasileira*.

A escolha da *Atlântico* como fonte primária para esta pesquisa deriva da importância deste periódico para o processo de relações entre os governos de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas. Fundada no ano de 1942, o periódico possui um total de dezesseis edições publicadas, divididas em três períodos.

A primeira fase, que foi a que utilizei em minha análise, foi publicada entre os anos de 1942 a 1945, tendo cada um dos anos de 1943 e 1944 recebido duas edições da revista e 1942 e 1945 uma edição cada. Esta primeira fase do periódico teve como característica principal o patrocínio tanto do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Brasil quanto do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) de Portugal.

Esta peculiaridade é uma interessante e proeminente característica que a diferencia de vários outros espaços de relação dos dois países na época em que foi produzida. Não somente como local de interação, os dois órgãos de imprensa e propaganda buscaram transformar a *Atlântico* em um núcleo de discussões acerca da comunidade luso-brasileira e também em uma espécie de homenagem ao gênio colonizador português e a capacidade civilizatória do povo brasileiro.

² Utilizarei durante todo este estudo o conceito de *intelectual* para definir os agentes participantes e colaboradores da revista *Atlântico*. Apesar de bastante amplo e passível de diversas interpretações, concordo com a definição de Pécaut (1990) quando expõe que intelectuais dentro da geração dos anos 1920 a 1940 eram as elites brasileiras auxiliaram os governos na construção das bases nacionais com a meta de apoiar-se nesta aproximação para legitimar sua vocação como elite dirigente. Eles usavam como fundamentos de legitimação para sua posição o “poder intelectual”, ou seja, a posse do saber sobre o social e de explicar sua organização e com isto se utilizaram dos estudos sociais e linguísticos como um modo de manutenção de suas elevadas posições sociais, legitimadas por instituições públicas e espaços estatais.

É por este motivo que em suas páginas há uma valorização e engrandecimentos ao luso, ao ameríndio e ao brasileiro, sendo suas discussões muitas vezes moldadas para atender esta premissa. Sua produção não é isolada, por este motivo, de todo o processo político, ideológico e cultural de sua época, sendo a *Atlântico* um periódico que se inter-relacionava não apenas com as produções culturais como também com as situações políticas que a envolvia.

A segunda fase da *Atlântico*, desta vez patrocinada apenas pelo Secretariado Nacional de Informação³ de Portugal iniciou-se em 1946 e foi concluída em 1949, tendo um total de sete edições, ainda sob a direção de António Ferro, José Osório de Oliveira e Manuel Lapa. A terceira e última fase, desta vez dirigida por António d' Eça de Queiroz quando este assumiu o SNI, teve apenas três volumes publicados durante o ano de 1950.

A origem do periódico advém do único espaço onde os dois governos obtiveram uma comunicação conjunta efetiva durante o período da guerra, sendo o Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro, assinado em 4 de setembro de 1941, uma das obras cuja importância não se destinava apenas aos contatos dos grupos literários, artísticos e culturais, mas também dos direcionamentos políticos e identitários dos dois países, cujas consequências interferem até hoje em nosso imaginário como povos luso-brasileiro "irmãos"⁴.

³ Durante o ano de 1945 o Secretariado de Propaganda Nacional passou por uma reformulação e mudança de nomenclatura, passando a ser chamado como Secretariado Nacional de Informação (SNI), mas ainda mantendo António Ferro como diretor do órgão.

⁴ Ainda muito decorrente no discurso luso-brasileiro, a ideia de uma união e fraternidade entre os dois povos ainda é constantemente propagada dentre a governabilidade e as populações de Portugal e do Brasil, conforme percebido nas falas tanto do ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil e atual diplomata, Antônio de Aguiar Patriota quanto pelo ex-Ministro das Relações Exteriores de Portugal Paulo Portas e Presidente da República Portuguesa Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Souza em entrevistas e coletivas oficiais conforme visto em CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SÃO PAULO. Presidente da República visita o Governador do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JBRj18TE8Wo>. Acesso em: 08 set. 2017; JULIA BRAHER. "O Brasil é uma potência mundial!" – Presidente de Portugal. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iPx0JV_A45E. Acesso em: 08 set. 2017; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – BRASIL. Coletiva Brasil-Portugal. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LNNRwGhn_WI&list=WL&index=6&t=836s. Acesso em: 08 set. 2017; CHICO SANT'ANNA. Diplomacia-Entrevista Paulo Portas Relações Brasil-Portugal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JgihOBIsJ5U&list=WL&index=7&t=15s>. Acesso em: 08 set. 2017.

A criação do Acordo Cultural destinou-se, portanto, para uma concreta aproximação entre dois governos que centenariamente viviam em constantes desavenças e aproximações, consequências originárias ainda da traumática independência do Brasil de 1822. A revista *Atlântico* teve, com isso, um destacado espaço não apenas neste acordo, mas também nas políticas estatais dos dois países.

A respeito da utilização da *Atlântico: Luso-Brasileira*, o alargamento das fontes históricas promovidas pelos diversos historiadores que marcaram o século XX propiciaram uma variada gama de novas possibilidades de análises historiográficas. Com destaque para a escola dos *Annales*, a Nouvelle Histoire transformou não somente as possibilidades de pesquisa dos historiadores modernos como também suas áreas de atuação. Foram através de posicionamentos em referência às novas possibilidades do campo historiográfico que Jacques Le Goff e Pierre Nora escreveram a apresentação do livro *Novos Problemas* (1995) onde apontavam que “numa coleção que se refere ao fatiamento atual da história e que toma conhecimento da coexistência de tipos de história igualmente válidos, não se buscou, entretanto, justificar o discordante pela justaposição de fragmentos dessas diversas histórias” (LE GOFF; NORA, 1995, p.12) e mostraram, assim, que não havia uma história única, mas múltiplas possibilidades de pesquisa e de contar a história através de diferentes métodos.

Em obra posterior, Le Goff voltaria a discutir sobre o tema ao retornar a Fustel de Coulanges e Marc Bloch e apontar que “a concepção de documento não se modificava, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se” e “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? ” (LE GOFF, 1990, p.540). Ele demonstrava que a preocupação sobre os modos da escrita da história era, portanto, antigo e pertinente desde os mais antigos historiadores. Foi somente nos anos 1960, no entanto, que houvera uma verdadeira *revolução documental*. (IBIDEM, p.541). Dilatavam-se as possibilidades, ampliavam-se em quantidade e qualidade o número de

documentos históricos e abriam-se novas oportunidades e novos mecanismos de estudar a história.

Foi seguindo esta premissa, este novo comprometimento metodológico, que pesquisadores e historiadores dos anos 1970 em diante passaram a acrescentar novas fontes em seus trabalhos de pesquisa. No Brasil, embora já em 1968 José Honório Rodrigues expunha a importância da História da imprensa apontando os jornais como “principais fontes de informação histórica”, sendo seguido por Jean Glénison, o ceticismo dos historiadores em relação ao uso da imprensa como fonte historiográfica apontavam seu descrédito em relação a esta possibilidade. Eles assinalavam, portanto, que a imprensa nada mais era do que um suporte legitimador das classes dominantes, exercendo seu papel como subordinada e por isso pouco relevante para possíveis aprofundamentos. Foi, no entanto, através de trabalhos como o de Arnaldo Contier (1974), Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1980) que as novas abordagens passaram a receber maior atenção e aporte dentre os historiadores brasileiros (LUCA In: PINSKY, 2008, p.119).

A explosão de periódicos que ocorrera no Brasil no início do século XX e que se estendera durante todo o século transformou-se num grande espaço de pesquisa para estudiosos em praticamente todos os campos, como o do gênero, literatura ou história política. Deste crescimento no número de trabalhos, por consequência, houve também um grande aperfeiçoamento no rigor das pesquisas, que levaram as possibilidades do estudo a um patamar investigativo cada vez mais condensado e científico.

A metodologia de análise dos periódicos, portanto, aperfeiçoou-se através de uma gama de métodos investigativos pertinentes não apenas para a legitimação da pesquisa, mas também para um melhor percepção e interpretação do documento. Destacam-se destes métodos: 1) A análise da materialidade do periódico. 2) A participação, as influências, os financiamentos e os lucros que a revista obteve. 3) o conteúdo apresentado dentro da revista e 4) os participantes e os idealizadores do periódico (IBIDEM, p.132-41).

Para analisar a materialidade deste tipo de fonte, Luca destaca que “nas páginas dos exemplares inscreve-se a própria história da indústria gráfica, dos prelos simples às velozes rotativas até a imprensa eletrônica”, sendo importante, por isso, analisar este aspecto pois “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo do que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (IBIDEM, p.132). Entender a materialidade de uma revista seria uma oportunidade de compreender como seus criadores quiseram expressar as diversas abordagens feitas, quais eram as condições de sua produção, investimento e destaques, sendo uma oportunidade do investigador de inserir-se não somente no texto ou nas pretensões de seus criadores, mas também no próprio contexto da criação, produção e manutenção do periódico.

Um outro aspecto importante para uma análise aprofundada de uma fonte escrita é perceber quais eram os participantes, quem financiou a produção da revista e qual influência e lucro ela obteve em seu período de circulação. Analisar quem foram os colaboradores, com que frequência estes se inseriam ou participavam do periódico e quem eles eram é uma análise fundamental para um significativo aprofundamento no entendimento da revista. Avaliar os participantes de um ponto de vista social e político possibilita não apenas alcançar o foco da revista como também a rede de contatos que se exerciam durante a construção do periódico. Perceber o papel desempenhado pelo seu financiador também ajuda na compreensão dos motivos da existência e manutenção da revista, e também nas influências e pressões que eram exercidas sobre o próprio periódico e seus colaboradores.

Apesar dos dois primeiros pontos serem percebidos com maior facilidade, geralmente inseridos dentro do próprio periódico, os dois últimos, no entanto são menos perceptíveis ou possuem uma maior dificuldade de acesso ao pesquisador. Dependendo da importância ou do espaço geográfico ou social ocupado pela revista, há menos informações a seu respeito. Periódicos voltados para nichos específicos, por exemplo, frequentemente possuem menos referências em relação a sua influência, ou em possíveis lucros ou ganhos. Revistas literárias ou acadêmicas também sofrem deste problema

pois, apesar de regularmente conservadas em espaços universitários ou em bibliotecas, possuem poucas ramificações na sociedade a sua volta e por isso menos referências em relação a sua influência ou lucros, quando existem.

Não menos importante para a análise de uma fonte histórica como os periódicos é diagnosticar, contextualizar e interpretar os conteúdos apresentados dentro da obra. Dar conta de perceber seus conteúdos e as formas como são abordados perpassa por compreender quais motivações que levaram as pessoas a escreverem temáticas específicas da maneira que a fizeram naquele espaço, e como a revista ou o jornal passaram a ser um lugar decisivo de publicidade daqueles grupos e seu tempo.

É por este motivo que é necessário, para além de pesquisar sua materialidade, também entender como e porque os discursos estão naquele espaço e com quais significados eles se apresentam. Em síntese, analisar os conteúdos presentes nos periódicos é dar ênfase em todos os aspectos presentes no contexto histórico da revista, tanto nos discursos expressos quanto nas ideias presentes dentro da fonte, sejam ela a linguagem, o tema, o conteúdo ou o público com quem a periódico dialoga.

Por fim, toda fonte histórica é construída por pessoas, e por isso um outro aspecto fundamental para o estudo deste tipo de fonte é aprofundar-se nos sujeitos históricos que de alguma forma estiveram presentes durante a existência da fonte estudada. Conforme o historiador Jean-François Sirinelli expôs:

(...) as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio das forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtemem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem (...) em suma, uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro de espaço de sociabilidades” (SIRINELLI In: RÉMOND, 2003, p.248).

Percebendo os periódicos como espaços de sociabilidade, fermentação intelectual e influências, é de fundamental importância identificar atenciosamente os sujeitos presentes em todos os aspectos da revista, desde a sua criação, o responsável pelo editorial, os colaboradores mais e menos frequentes além das escolhas de temas e espaços destinados a cada um

desses indivíduos. Portanto, pesquisar os colaboradores e idealizadores é um momento de conexões com as análises anteriores, condensando o estudo e percebendo o amplo espaço das sociabilidades exercidas pelo contato entre os diferentes indivíduos participantes do periódico.

São, portanto, através destes diferentes procedimentos que busco interpretar os discursos sobre a guerra dentro da revista. Analisar fontes tão inseridas no convívio social e presentes em extensas teias sociais como acontece com periódicos é sempre um desafio para o historiador, e por isso a necessidade de aprofundamento e de uma extensiva pesquisa em diversos espaços relacionados aos sujeitos e aos temas inseridos no periódico é de grande importância.

Para a base metodológica e realização dos estudos mais aprofundados da Atlântico, portanto, utilizei-me principalmente do trabalho de Tânia Regina de Luca. Conforme ela demonstra em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, é por intermédio de periódicos que é possível visualizar propostas culturais e debates entre intelectuais acerca de questões que circulam em contextos específicos, como um período revolucionário ou uma aproximação política, exemplificada por Luca em sua análise da revista *Seleções* no contexto da Segunda Guerra Mundial (LUCA, 2008, p.128-129).

Analisar a Atlântico é, por conseguinte, um grande desafio para todos os pesquisadores que já o fizeram, dos quais destaquei os trabalhos de Fabiana Silveira Moura e Alex Gomes da Silva que demonstraram que mesmo em seu curto espaço de tempo e pequena quantidade de edições, a própria existência da Atlântico é bastante delimitada a grupos de intelectuais que tinham grande importância social em seus países, mas que provinham de locais e vertentes ideológicas diferentes e que o próprio periódico possui uma forte motivação política e de construção do imaginário luso-brasileiro.

Para a bibliografia de apoio busquei também me utilizar de diversos autores para a contextualização e entendimento das relações políticas dos governos estado novistas. Para a percepção da relação diplomática entre os dois países busquei utilizar Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno, Álvares

Tavares Barbosa, José Tomás Calvet de Magalhães e Paula Santos. Enquanto os três primeiros possuem uma visão mais geral em relação as relações políticas entre o Brasil e Portugal, estabelecendo as relações luso-brasileiras dos períodos Estado-Novistas como pouco significativos, Paula Santos exprime uma ideia contrária expondo a relevância das relações dos dois países em todos os momentos históricos.

Para perceber as relações luso-brasileiras é necessário também compreender os processos no espaço dentro de cada uma das duas nações. Para isto utilizei Vágner Alves, Boris Fausto, Francisco Martinho, Frank McCann, Tulio Vigevani e Dennison de Oliveira para a contextualização do governo varguista e da atuação brasileira durante o período da guerra e nas relações do país com as políticas internas e externas durante o conflito. Destaco destes o autor Boris Fausto que utilizei na compreensão dos processos políticos que levaram a entrada e efetivação de Getúlio Vargas no poder e também como intermediário para o diálogo dos demais autores, me ajudando a perceber de forma mais incisiva como efetuaram-se as relações brasileiras com os Estados Unidos, a Alemanha e Portugal.

Em relação a Portugal e o período salazarista dos anos de 1930 e 1940 procurei em David Castaño, Fernando Rosas, António Paulo Duarte, Francisco Martinho, Filipe Menezes, João Paulo Nunes e Nelson Costa Ribeiro as minhas bases teóricas para a contextualização e compreensão do governo português e de suas relações com os países do Eixo e dos Aliados durante os anos da guerra. Enquanto Nelson Costa Ribeiro e David Castaño apontam em seus trabalhos as peculiaridades das relações diplomáticas entre a Inglaterra e Portugal, focando principalmente na forte propaganda política efetuada e na pressão para a utilização do arquipélago dos Açores durante a guerra, os outros autores ajudaram-me com a base para uma contextualização mais direcionada ao espaço político português desde o período republicano até a efetivação e governança do Estado Novo.

Acerca da análise da revista *Atlântico* e sobre as relações culturais luso-brasileiras, utilizei-me dos trabalhos de Lúcia Guimarães, Maria Bernadete Ramos, Élio Serpa, Jean Sirinelli e Luís Torgal para uma melhor ciência dos

diferentes contatos culturais existentes entre os dois povos. Através de Alex Silva e Fabiana Moura pude aprofundar-me também nos estudos acerca da revista *Atlântico*, principalmente referente aos contatos entre a intelectualidade dos dois países.

Por fim, meu trabalho se divide em três partes: as análises individuais da contextualização do Brasil e de Portugal durante os períodos Estado Novistas, as relações luso-brasileiras e como elas decorreram desde o século XIX até os anos de publicação da *Atlântico* e, por fim, a análise do periódico e da guerra dentro dele. Busquei dividir meu trabalho, portanto, em três grandes capítulos com cinco subdivisões no primeiro capítulo, quatro no segundo capítulo e três no terceiro para uma melhor organização da dissertação.

No primeiro capítulo procuro contextualizar como os governos Varguista e Salazarista buscaram, através de ações internas e externas, se auto conservarem, apontando como a política tanto de Portugal quanto do Brasil levaram a formação dos governos de Salazar e Vargas. Foco também em como alguns personagens inseridos dentro dos regimes Estado Novistas foram fundamentais tanto para a conservação dos próprios governos ditatoriais como também para as relações luso-brasileiras durante o período da Segunda Guerra Mundial.

No segundo capítulo aprofundo-me nas relações luso-brasileiras iniciadas ainda no período pós independência do Brasil, em 1822, e como as relações entre os dois países efetuaram-se de forma conturbada durante o século seguinte. Para isto, insiro as diferentes tentativas de acordo entre os dois governos durante todo o século XIX até o início do século XX quando enfim começam a ocorrer diálogos proveitosos entre os dois Estados. Ainda neste capítulo insiro a fonte principal de meu trabalho, aprofundando-me no Acôrd Cultural Luso-Brasileiro e como este momento finalmente reflete uma aproximação entre portugueses e brasileiros para a tentativa de construção ideológica e cultural de uma comunidade lusófona entre os dois povos.

É no terceiro capítulo, no entanto, que efetuo a análise principal de meu objeto de estudo. Enquanto no subcapítulo 3.1 procuro explicar o que foi a *Atlântico*, que tipo de temas estava presente nela e quem eram seus

participantes, é no segundo subcapítulo que faço a análise de como a guerra foi representada dentro da revista, fazendo ligações com os eventos do conflito e das relações diplomáticas dos dois países. Por fim, encerro com o subcapítulo 3.3 com uma condensação de como o conflito encaminhou os discursos dos colaboradores da revista sobre a guerra, fazendo um resumo de todas as falas sobre o tema e como eles se conectam com o contexto histórico do periódico.

1 - ESTADOS NOVOS PRESSIONADOS: A GUERRA E A AUTO PRESERVAÇÃO

Os anos da Segunda Guerra Mundial foram marcados por grandes mudanças no cenário político, econômico e social de boa parte dos países do globo, sejam eles envolvidos diretamente ou indiretamente com o evento⁵. Tanto para os países de fora do cenário europeu, como é o caso brasileiro, quanto para os que optaram pela neutralidade, como fora o caso de Portugal, os anos da guerra foram marcados pelas diversas ações e reações entre os acontecimentos no cenário beligerante internacional e suas próprias dinâmicas internas.

Neste novo cenário global, onde grandes parceiros econômicos e políticos tanto do Brasil quanto de Portugal estavam conflitantes entre si, os governos brasileiros e portugueses buscaram relacionar-se com seus aliados da forma mais vantajosa possível.

O primeiro dos dois a ver-se atraído pelas consequências do novo cenário que se configurava foi Portugal que desde os princípios do ano de 1933 viu-se cercado pela recepção dos milhares de refugiados que viam no país uma oportunidade de fuga das perseguições políticas e sociais ocorridas na recém edificada Alemanha nazista. Foi, no entanto, a partir de 10 de maio de 1940 que Portugal se deparou com a guerra de forma concreta: milhares de refugiados franceses viram em Portugal a chance de exílio e transporte para países como os Estados Unidos da América ou outros países do continente americano, dentre os quais destacou-se também o Brasil.

Tanto o Brasil quanto Portugal reagiam aos eventos que decorriam no continente europeu. Para complicar ainda mais a situação, as relações que os dois países tinham tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos e Grã-Bretanha afetavam as políticas e ações dos dois governos.

⁵ Apesar do caráter global da Primeira Grande Guerra Mundial, da qual apresentou-se pela primeira vez a participação de nações de todos os continentes em um único conflito, com a participação da Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Japão, China, Índia e diversos países do Oriente Médio e África, a Segunda Grande Guerra Mundial teve como sua principal característica a participação direta ou indireta de praticamente todas as nações do globo, ou conforme Eric Hobsbawm aponta, a Segunda Guerra Mundial foi "uma aula de geografia do mundo", dado o seu caráter globalizante. (HOBSBAWM, 2003, p.32)

Durante o princípio da Segunda Guerra Mundial viu-se uma semelhança enorme entre estas duas nações, com ambas administrando com desconfiança cada movimento político, buscando em nomes reconhecidos por suas aliadas como nos casos dos diplomatas Oswaldo Aranha e Armindo Monteiro a oportunidade para encontrarem o caminho de sua própria auto conservação⁶. Estas semelhanças foram oriundas de como os dois governos haviam se formulado e se identificavam: ambos se expressavam como um Estado Novo.

António Costa Pinto, ao definir o Estado Novo português, abordou-o como:

Uma constituição que por representar um compromisso inicial com o republicanismo conservador seria como que congelada nos seus princípios liberais e reforçada na sua dimensão autoritária e corporativa. Deste modo os direitos e as liberdades dos cidadãos foram formalmente mantidos, mas eliminados por regulamentação governamental. A liberdades de associação foi mantida, mas os partidos eliminados, também por regulamentação (...) (PINTO, A. C. In. MARTINHO, F. C. P. PINTO, A. C. 2007, p.25-26)

Conforme Pinto apontou, o Estado Novo comandado por Salazar tinha como característica principal seu conservadorismo político intrínseco proposto por um partido de *direita radical* que propunha a ruptura total com o sistema liberal⁷ (IBIDEM, p.20).

As origens dos dois Estados Novos, no entanto, estão intrinsicamente conectadas com a ascensão do fascismo e a decadência dos modelos liberais e democráticos durante o período entre as duas grandes guerras mundiais. Segundo Vincent, Juan B. Linz buscou entender o fascismo como “um fenômeno da conjuntura, que combinou classes sociais heterogêneas com o apoio geracional” (VINCENT, 1995, p.154), ou seja, para ele o modelo político fascista implementado nos países europeus da primeira metade do século XX é

⁶ Tanto Oswaldo Aranha quanto Armindo Monteiro foram indivíduos importantes durante a guerra para a conservação e ampliação das alianças entre seus países com os aliados Estados Unidos e Grã-Bretanha. Os dois assemelhavam-se por serem grandes apreciadores dos princípios democráticos estabelecidos nos países anglófilos, principalmente referentes aos Estados Unidos no caso de Oswaldo Aranha e Grã-Bretanha no de Armindo Monteiro.

⁷ Para compreender esta vertente conservadora do modelo Estado Novista busco em Vincent o conceito de *conservadorismo tradicionalista* em que o autor aponta que este é um modo de pensamento que dá maior ênfase ao costume, à convenção e à tradição. Dentre as principais características deste tipo de conservadorismo destaco o fato de que o Estado é uma empresa comunal que possui qualidades espirituais, que brota naturalmente das tradições da comunidade e que tem na liderança, autoridade e hierarquia questões fundamentais para a organização da comunhão, mesmo que pondo fim às liberdades individuais e os direitos comunais (VINCENT, 1995, p.73).

uma resposta para as crises sociais e dos sistemas partidários do período antecedente a Segunda Guerra Mundial

Circundado pelo personalismo representado pelos chefes dos Estados (Getúlio Vargas e Oliveira Salazar)⁸, os corporativismos intrínsecos centralizadores dos Estados Novos dos dois países foram oriundos da constituição de governos que tinham como compromisso um liberalismo conservador, mas que tiveram como resultado o congelamento dos princípios liberais e o reforço do autoritarismo e da centralização do governo sobre todas as esferas políticas, econômicas e sociais. O corporativismo implementado pelos Estados Novos procedeu-se principalmente do modelo fascista da Itália e tinha como origem a tradição sindicalista que orientava o partido fascista italiano⁹ do princípio dos anos 1920 com bases nacionalistas e conservadoras. Tanto Portugal quanto o Brasil eram, com isso, expressões de ditaduras configuradas por figuras paternalistas e alta promoção estatal, contrariando os modelos liberais e democráticos provenientes de seus aliados do Norte e se aproximando do modelo fascista de governo.

Não menos importante, uma das principais características dos Estados Novos português e brasileiro foi o forte combate ao comunismo. Considerado tanto pelos governos Estado Novistas quanto pelos grupos de liberais (que eram contrários aos Estados Novos) como “grave doença” (CAPELATO, 1989, p.205), a presença de comunistas nos espaços de luta sociais e políticos promoveram a união dos liberais com os conservadores radicais dos dois países no sentido de dar legitimação aos governos para fortalecer o autoritarismo como ato de “legítima defesa” contra possíveis tentativas comunistas de entrada no poder (IBIDEM, p.208). Os dois governos tinham, por

⁸O personalismo do chefe de Estado nos dois Estados-Novos é bastante evidente na estrutura dos dois regimes autoritários. É preciso salientar, todavia, que mesmo que semelhantes, as posições e atuações dos dois chefes de estado eram diferentes um do outro. Enquanto Oliveira Salazar ocupava a posição de Presidente do Conselho de Ministros, cargo que não dava a ele a função do Presidente da República, assumida por Óscar Carmona, mas que possibilitava a participação efetiva em todos os espaços da administração lusa, como assim Salazar o fez ao acumular e presidir diversas pastas ministeriais durante os anos do Estado Novo. Getúlio Vargas, por sua vez, atuava na posição de Presidente da República onde, a partir da Constituição de 1937, passou a absorver o poder executivo e nomear interventores estaduais que recebiam do próprio Vargas autonomia de decisões.

⁹ As bases ideológicas fascistas destacam principalmente a aversão deste modelo ao liberalismo, individualismo e capitalismo, sendo o fascismo uma resposta conservadora de união nacional de parte das classes trabalhadoras europeias em relação ao expansionismo capitalista de potências industriais como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América (VINCENT, 1995, p.169).

isso, um forte discurso anticomunista e o usava para legitimar tanto seus mecanismos de repressão quanto os de censura.

Como países com qualificações políticas tão próprias, os eventos decorridos durante a guerra tiveram reações similares pelos dois governos. Cronologicamente falando, as diversas invasões no leste europeu e na península balcânica pouco interferiram no Brasil e em Portugal. Apesar de mais inserido nas confluências da guerra, Portugal posicionou-se passivamente em relação aos primeiros acontecimentos do combate, mesmo em relação aos próprios descendentes de portugueses, como no caso dos judeus de Tessalônica e Amsterdã¹⁰.

As invasões alemãs na França, como exposto anteriormente, e a declaração de guerra dos Estados Unidos, no entanto, encurtavam as opções de Vargas e Salazar, expondo as contradições de ambos os países em relação aos acontecimentos do cenário internacional e enfraquecendo a própria manutenção dos dois regimes. O passo seguinte, fora, portanto, conviver com as negociações com as potências globais.

1.1 - O ESTADO NOVO BRASILEIRO (1937 - 1945)

O início da década de 1940 foi um período conturbado para a governança do estado brasileiro. Desde o mês de outubro do ano de 1930 que se estabeleceu o governo provisório de Getúlio Vargas. O proeminente político, nascido na cidade gaúcha de São Borja e que tivera uma sólida carreira política até o ano de 1930, tendo seguido os passos do pai no Partido Republicano Rio-Grandenses (PRR) e atuado como promotor público, deputado estadual, líder da bancada do Rio Grande do Sul na Câmara Federal, Ministro da Fazenda no governo de Washington Luís e Governador do Estado do Rio

¹⁰ Algumas das comunidades judaicas de Tessalônica e Amsterdã são oriundas das diversas migrações judaicas da Península Ibérica, mais propriamente de Portugal cujo deslocamento originou-se das perseguições da Igreja Católica durante o século XVII. A passividade do governo português fora vital para a quase completa extinção dessas comunidades judaicas de descendência lusitana durante os anos de ocupação nazista nos respectivos países, como exposto em: <https://www.publico.pt/2012/08/08/culturaipsilon/noticia/o-holocausto-passou-por-aqui--308825> acessado em 1 de abril de 2017 às 17:40.

Grande do Sul teve sua triunfante entrada no poder em 1930 após uma longa marcha do sul do Brasil até a capital Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, o governo provisório, como era chamado o período de administração de Getúlio Vargas de 1930 a 1933, buscou modificar parte do modelo político brasileiro, tendo como princípio a centralização de todas as esferas, seja a econômica, a política e social. Em julho de 1934, no entanto, marcaria a promulgação da nova Constituição brasileira.

Inspirada na Constituição de Weimar, e semelhante ao antigo documento de 1891, a nova Constituição brasileira foi durante sua formação cercada pelo debate entre grupos regionalistas que buscavam fortalecer as políticas locais e centralizadores que viam a necessidade de unificar a política nacional, enfraquecendo os poderes das elites provinciais. O resultado final da Constituição, no entanto, fortaleceu tanto os defensores do centralismo político com a ampliação dos poderes da União quanto dos grupos regionalistas que ganharam força através da manutenção do Estado Federativo do país.

Os anos que procederam a Constituição de 1934 ficaram marcados pela forte oposição ao governo de Getúlio Vargas e pela ascensão de dois grupos políticos: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A AIB se identificava como inimigo do liberalismo, socialismo e capitalismo financeiro internacional e a sua organização se espelhava nos partidos fascistas europeus, com forte valorização de símbolos nacionais, culto a personificação do “chefe de Estado”, recrutamento e organização de grupos de juventude paramilitares e valorização do apoio popular das classes médias.

A ANL, por outro lado, era o partido representante de uma esquerda brasileira com forte apoio tenentista. Lançada em 20 de março de 1935 seu programa básico tratava particularmente de questões nacionalistas como o fim do pagamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, reforma agrária, garantia das liberdades populares e constituição de um governo popular (FAUSTO, 1995, p.359). Por causa de seu cunho popular houve uma grande projeção ao partido, com cálculos de 70 mil a 100 mil pessoas já em julho de 1935 (IBIDEM, p.360).

O forte viés de esquerda e o apoio recebido pela Internacional Comunista, no entanto, levaram a repressão e perseguição política à ANL pelo governo de Getúlio Vargas. Já em 11 de julho de 1935 foi efetuado o decreto de proibição da continuidade do partido. Foi com a Intentona Comunista, levante executado em novembro de 1935 nos estados do Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro pelo Partido Comunista Brasileiro e que teve como consequência um fracasso pelo fato do governo getulista ter dado aval para a criação e intensificação de órgãos específicos de repressão estatal contra possíveis “inimigos do país”.

Com o fortalecimento do estado repressivo, e a aproximação do fim do mandato de Getúlio Vargas, o governo constitucional usou-se de uma notícia propagada pelo integralista Capitão Olympio Mourão Filho sobre uma possível insurreição comunista intitulado de Plano Cohen. O documento, que teria sido secretamente forjado em setembro de 1937 foi amplamente propagado pelas redes de comunicação da época e teve efeitos imediatos na política brasileira, como a entrada em estado de guerra e suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. O efeito mais proeminente, no entanto, foi a atitude governamental de fechar o Congresso Nacional e proclamar a entrada da Carta constitucional elaborada por Francisco Campos, que abria uma nova fase da política brasileira intitulada de Estado Novo.

No campo econômico, o governo de Vargas retirou dos Estados produtores de café o controle sobre a comercialização do mesmo, graças a extinção do Conselho Nacional do Café (CNC) e a promoção de um novo órgão em substituição, o Departamento Nacional do Café (DNC). Esta mudança teve como efetiva alteração a diminuição dos poderes estaduais, já que o CNC sofria influência direta dos delegados dos Estados produtores, enquanto o DNC não sofria influência estadual alguma, tendo como principal característica a completa federalização do processo de produção e comercialização do café (FAUSTO, 1995, p.333).

Já no campo político, o governo federal buscou dissolver todos os poderes estaduais e municipais, além dos poderes Legislativos e Executivos, centralizando ao máximo o domínio político em suas próprias mãos. A

demissão dos governadores de todos os estados, exceto o de Minas Gerais, e a nomeação de interventores com poderes limitados e todos subordinados à esfera federal para a posição dos antigos governadores fortaleceu ainda mais a centralização política e do presidente Vargas.

Seria no âmbito social, no entanto, que as principais características do Estado Novo brasileiro se assemelhariam com o modelo salazarista que analisarei mais à frente. Primeiramente, o governo varguista sabia da necessidade da legitimação de sua revolução, e para isto utilizou-se da colaboração da igreja como forma de apoio às reformas praticadas.

Apesar da relação entre Estado e Igreja ser bastante presente na história brasileira, o estreitamento de laços entre ambos se destacou dentro da própria história do país durante o período Vargas, tendo sido efetivado com o apoio massivo da Igreja ao novo governo brasileiro, em troca de mudanças que fortaleciam o catolicismo no país, como visto com o decreto de abril de 1931 que permitia o ensino da religião católica nas escolas públicas brasileiras¹¹ (FAUSTO, loc. cit.).

No campo social, o governo federal também passou a ter total controle no campo da educação e buscou centralizar a política trabalhista estabelecendo, assim, um modelo corporativista de Estado. A sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX era marcada pela conflitante relação entre o público e o privado, e o papel do novo governo proposto por Getúlio Vargas e seus aliados era a promoção do encontro do Estado com a sociedade, ou seja, a participação estatal na centralização e intermediação das esferas públicas e privadas, reinventando-as no sentido de equilibrá-las em suas expectativas e gerenciamentos. O corporativismo, conjuntamente com o personalismo centralizador de Getúlio Vargas, era o ponto fulcral da nova proposta governamental brasileira dos anos 1930 (GOMES In. MARTINHO; PINTO, 2007, p.91).

¹¹ Igreja Católica do Brasil e o Estado governado por Getúlio Vargas teriam grande relação desde o seu princípio. Getúlio Vargas esperava apoio das instituições mais antigas do país, confiando que a força da tradição superasse as instituições do recente e controverso estado republicano, instituído nos finais do século anterior. A igreja aproximava-se do novo governo, desejando o sepultamento do laicismo estipulado pela Constituição de 1891, assim como a restituição da ligação entre a religiosidade e o poder político.

O Brasil durante os anos de 1937 a 1945 ainda era um país predominantemente agrário. Apenas as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo ultrapassavam a população de mais de um milhão de habitantes¹², enquanto outras capitais pouco alcançavam a população de meio milhão, exceto a cidade do Recife.

As relações comerciais, apesar da diminuição da importância do café nos finais dos anos 1930, o produto ainda era o principal artigo de exportação brasileiro, rendendo aproximadamente 50% de toda a exportação brasileira entre os anos de 1934 a 1939. Outros importantes produtos de exportação para o Brasil eram o couro, algodão, açúcar, cacau e fumo (ALVES, 2002, p.55).

Como principal aliado, os Estados Unidos dominavam a balança comercial brasileira, mas com a necessidade de algodão e outros produtos, o comércio entre Brasil e a Alemanha cresceu substancialmente nos anos finais da década de 1930. Já no ano de 1936, um grande contrato entre o governo brasileiro e a alemã Krupp para a aquisição de peças de artilharia para o Brasil com o pagamento brasileiro sendo feito em borracha, cacau, café e especialmente algodão demonstrou o novo cenário que o mercado alemão oferecia ao Brasil¹³. Enquanto nos anos 1920 a taxa de exportação de algodão brasileiro era de 18 mil toneladas ao ano, em 1939 exportava-se aproximadamente 323 mil toneladas por ano, boa parte direcionado ao mercado europeu (Ibid., p.59)¹⁴.

O ano de 1938 foi marcado, no entanto, com o início do fortalecimento expansionista da Alemanha nazista que iniciou sua ampliação com a anexação da Áustria no mês de março e com o prosseguimento do desmanche da

¹² Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-1940. Rio de Janeiro: IBGE, p. 1294 e 1297-1298, 1940.

¹³ Entre os anos de 1936 a 1938 o governo brasileiro e a Krupp celebraram diversos contratos de abastecimento de armas para o Exército brasileiro. Somados os anos de 1936 e 1937, apenas dois contratos entre o governo brasileiro e a Krupp absorveram 16.762.000 de libras, o equivalente a 60% do valor acumulado de importações brasileiras da Alemanha. Mais do que isso, ao final do ano de 1936 dezoito milhões de marcos de compensação acumulavam-se no Banco do Brasil, bloqueados como garantia para a cobertura dos contratos de armamento efetuados entre o Brasil e a Alemanha, demonstrando o forte intercâmbio entre o regime varguista com a Alemanha (TRONCA In. FAUSTO, 1991).

¹⁴ Conforme Alves aponta, enquanto em 1932 o algodão brasileiro supria aproximadamente 1% do algodão utilizado na Alemanha, em 1939 o algodão do Brasil já atendia 27% de toda a demanda alemã (ALVES, 2002, p.60).

Checoslováquia em setembro, restabelecendo, assim, o retorno do grande império Alemão, anterior à Primeira Guerra Mundial e que fora dividido pelo Tratado de Versalhes assinado em 28 de junho de 1919.

O cenário de guerra estava se armando, e o "perigo alemão" passou a se estabelecer como um dos grandes problemas para o Estado brasileiro. A população teuto-brasileira, estabelecida através das diversas ondas migratórias no sul do país desde meados do século XIX, principalmente nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, alcançava uma população de 880 mil habitantes em um país que possuía aproximadamente 40 milhões. Para piorar o cenário, tanto a língua quanto a cultura alemã ainda eram efusivamente difundidas no interior destes dois Estados, assim como a introdução do Partido Nacional Socialista Alemão adquiria adeptos entre os descendentes de alemães e migrantes recentes.

Como reação do governo getulista, em abril de 1938 uma série de decretos de lei foram instaurados, dentre os quais a proibição da utilização de línguas que não fossem o português, a proibição aos estrangeiros de qualquer exercício de natureza política e a proibição da utilização de qualquer símbolo que não fossem a bandeira nacional brasileira ou os símbolos cristãos. Por fim, em novembro do mesmo ano proibiu-se em todas as escolas brasileiras o ensino exclusivo em qualquer língua estrangeira, imposição que se direcionava principalmente aos estrangeiros ou descendentes que residiam no Brasil.

O caso teve grande impacto nas relações teuto-brasileiras, levando a reação imediata do próprio embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, que se queixara intensamente à Getúlio Vargas destas imposições. Entre as consequências destes sucessivos atos e queixas destacam-se não apenas a manutenção das novas leis anti-estrangeirismos como também o pedido de afastamento do embaixador alemão do país e a consequente retaliação por parte do governo alemão com a retirada de Moniz de Aragão de seu posto de embaixador brasileiro na Alemanha esfriando, assim, as relações entre os dois países entre os meses de outubro de 1938 a junho de 1939, período onde não

havia um embaixador brasileiro na Alemanha e nem embaixador alemão no Brasil¹⁵.

Apesar das relações políticas teuto-brasileiras terem tido um abalo aparente causado pelos conflitos políticos, o ano de 1939 ainda seria marcado pelo crescimento das relações econômicas dos dois países. Durante os seis primeiros meses de 1939 foram assinaladas a venda de 53 mil toneladas de algodão do Brasil para a Alemanha, montante bastante próximo às 83 mil toneladas comercializadas durante todo o ano de 1938. A própria anexação alemã dos territórios da Áustria e dos Sudetos acrescia 13 milhões de habitantes ao país, tornando imprescindível a continuidade da compra das matérias primas brasileiras, o que ampliava a importância do Brasil para o governo alemão (ALVES, 2002, p.66).

O grosso do comércio com a Alemanha, no entanto, decorreu-se durante os anos de 1936 a 1938, quando o crescimento perceptível alcançava números significativos, tendo os algarismos de importações de produtos alemães pelo Brasil superado os do comércio com os Estados Unidos. Na tabela a seguir, podemos perceber também que no cenário de exportação da balança comercial brasileira os números, apesar de não tão inflados, também destacam o crescimento do comércio teuto-brasileiro, tendo os anos de 1936, 1937 e 1938 respectivamente uma quantia de 13,2%, 17% e 19,1% de todas as exportações brasileiras, contra os estáveis números de 36,2%, 34% e 36,3% com os Estados Unidos, conforme visto na tabela a seguir.

¹⁵ Foi somente a partir e junho de 1939 que o novo embaixador alemão, Kurt Max Prüfer, foi nomeado embaixador alemão no Brasil, reaproximando os dois governos. Era evidente, no entanto, que as relações teuto-brasileiras estavam entrando em um ponto onde a continuidade de sua manutenção já se tornava improvável. A aproximação brasileira com os Estados Unidos da América através da célebre conferência Pan Americana em Lima no mês de dezembro de 1938 apontava o futuro do país no cenário político mundial, ação que se confirmara nas conferências seguintes até a de 1942 com a efetiva participação do Brasil na beligerância.

TABELA I: Tabela referente ao percentual de importações e exportações dos principais parceiros comerciais do Brasil durante os anos de 1934 a 1941¹⁶.

IMPORTAÇÕES

	<i>Estados Unidos</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Reino Unido</i>
1934	23,7	14,0	17,1
1935	23,4	20,4	12,4
1936	22,1	23,5	11,3
1937	23,0	23,9	12,1
1938	24,2	25,0	10,4
1939	33,4	19,4	9,3
1940	51,9	1,8	9,4
1941	60,3	1,8	5,7

EXPORTAÇÕES

	<i>Estados Unidos</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Reino Unido</i>
1934	39,1	13,1	12,1
1935	39,5	16,5	9,3
1936	38,9	13,2	11,9
1937	36,2	17,0	9,1
1938	34,3	19,1	8,8
1939	36,3	12,0	9,6

¹⁶ As duas tabelas foram reproduzidas conforme os números extraídos em: Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional e do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Exterior do Brasil. *Apud* Alves, Vágner. *Op. Cit.*, p.71.

1940	42,3	2,2	17,3
1941	57,0	1,2	12,2

Como podemos perceber, no entanto, os anos de 1940 e 1941 teriam um grande decréscimo na balança comercial teuto-brasileira, ocasionado por causa do bloqueio naval britânico. A viagem do chanceler Oswaldo Aranha aos Estados Unidos no início de 1939 para tratar sobre as diretrizes americanas em relação a situação política internacional espelhavam os novos rumos que seriam tomados pelo Brasil, tendo o próprio Góes Monteiro, que era supostamente um apreciador de ideias germanófilas, declamado o futuro a ser seguido: um alinhamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América (VIGEVANI, 1996, p.70).

1.2 - O BRASIL NA GUERRA - DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS À BELIGERÂNCIA

O primeiro semestre do ano de 1939 evidenciou a todos que uma guerra de escala global se encaminhava, os países buscavam com isto se estabelecer nos diferentes espaços da política internacional e o Brasil demonstrava-se duvidoso quanto a seu posicionamento por conta das possibilidades de uma vitória alemã. Se por um lado o apoio ao seu histórico aliado Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha era a opção mais plausível, a aproximação de membros importantes do regime varguista com os regimes nazistas e fascistas não poderia ser desconsiderado.

A dualidade de posicionamento do Brasil entre os Estados Unidos e a Alemanha no cenário econômico e político apresentavam não apenas esse direcionamento ideológico, mas também uma evidente estratégia do Estado Novo brasileiro em relação às negociações de alianças. O governo brasileiro buscou efetuar uma grande barganha por seu apoio, do qual saiu-se vitorioso com ganhos expressivos.

Essencialmente, era evidente o posicionamento de Getúlio Vargas e do governo brasileiro em relação a sua situação política. Durante a segunda metade da década de 1930 e no princípio da guerra o presidente brasileiro utilizou-se de uma estratégia que Gerson Moura chamou de "eqüidistância pragmática" (MOURA, 1980).

Vargas em suas falas deixava claro a necessidade de afastamento dos sistemas democráticos, dos quais considerava "idéias velhas e ideais estéreis" (MCCANN, 1995, p.154) mas, tentando intermediar uma evidente aliança negociável, buscava sempre concluir suas críticas aos sistemas democráticos apontando que "(...) no Brasil, estabelecemos um regime adequado às nossas necessidades sem imitarmos nem nos filiarms a quaisquer das ideologias correntes" (Ibid., p.154). Ele demonstrava, com isto, uma grande indefinição que apaziguava tanto os governos de Berlim quanto de Washington, e que proporcionava mais espaço nas mesas de negociações, mesmo que desagradando em diferentes graus ambos os lados.

Dentro do governo varguista, no entanto, nomes importantes viam com desconforto este jogo duplo. O grande número de membros pró-germânicos dentro do próprio Exército Brasileiro interferiam na tripla relação entre Brasil, Estados Unidos e Alemanha. Alas do exército eram favoráveis a aliança com o regime nazista, da qual consideravam grandes favoritos a vitória em uma provável guerra contra a Inglaterra e França. Os discursos dúbios de Vargas, no entanto, traziam incertezas que levavam às críticas tanto da imprensa internacional¹⁷ quanto de membros próximos do líder político, como Oswaldo

¹⁷ Tanto as imprensas estadunidenses quanto sul-americanas publicaram duras críticas às incertas e pouco confiáveis falas de Getúlio Vargas. Após a fala de Getúlio Vargas no dia do Marinheiro, da qual o ditador apontou suas simpatias aos estados autoritários e aversão à Inglaterra e aos sistemas democráticos, o jornal The New York Times publicou em 12 de junho de 1940 o artigo intitulado *Vargas reaffirms criticized Speech* enquanto o jornal Washington Post, na mesma data, lançava o título *Totalitarian Way Defended By Vargas*. No certame sul-americano, se escrevia que "Vargas com Linguagem Fascista Justifica Agressão dos Bárbaros" e informava que tanto a Argentina quanto o Paraguai reforçavam suas guarnições nas fronteiras (MCCANN, 1995, p.154); http://spiderbites.nytimes.com/pay_1940/articles_1940_06_00_000.html; http://pqasb.pqarchiver.com/washingtonpost_historical/doc/151301827.html?FMT=ABS&FMTS=ABS:AI&type=historic&date=Jun+12%2C+1940&author=By+the+Associated+Press&desc=Totalitarian+Way+Defended+By+Vargas, acessados em 18 de abril de 2017.

Aranha e representantes do governo dos EUA como o embaixador Jefferson Caffery¹⁸.

A conferência Pan-Americana de setembro-outubro de 1939, em Lima, havia firmado a neutralidade de uma ampla parte das nações americanas sob a égide dos planos estadunidenses, criando uma área de definição espacial marítima de neutralidade de trezentas milhas náuticas de largura que se estendia do Cabo Horn até a fronteira dos Estados Unidos-Canadá em torno do continente, com apoio do próprio Brasil¹⁹ (ALVES, 2002, p.84). O general Góes Monteiro, em discurso em 22 de junho de 1940 em homenagem ao general Allen Kimberley, do exército dos Estados Unidos, reafirmou o compromisso brasileiro com o tratado pan-americano tendo, todavia, exigido maior compromisso estadunidense no armamento das nações aliadas.

A Conferência de Havana que estava marcada para outubro de 1940 foi antecipada para julho do mesmo ano a pedido dos próprios Estados Unidos, o que demonstrava a preocupação do país em relação ao perigo germânico no continente. A vitoriosa investida alemã na França em maio de 1940 e consequente domínio nazista dos territórios da Europa Ocidental tiveram forte impacto dos demais países do globo, principalmente na América que tinha países com forte ligação econômica tanto com a Inglaterra quanto com a Alemanha.

No lado brasileiro a missão Aranha, como foi chamado o envio de embaixadores brasileiros liderados por Oswaldo Aranha aos Estados Unidos entre os meses de fevereiro a março de 1939, apontavam a vontade tupiniquim por um atrelamento da economia e da diplomacia do país aos dos Estados Unidos.

A missão Aranha foi, no entanto, o início do fim do modelo da "eqüidistância pragmática" (CERVO; BUENO, 2008, p.252) já que através de

¹⁸ Para Aranha, era necessária "maior prudência e da maior parcimônia" nas falas e gestos de Vargas em relação ao posicionamento tanto de um lado quanto de outro, aconselhando, com isto, apenas um posicionamento efetivo após a conferência Pan-Americana de Havana em julho de 1940 ou ao final do próprio resultado da guerra entre Alemanha e Inglaterra (MCCANN, 1995, p.157).

¹⁹ O objetivo principal dos Estados Unidos da América com a criação desta zona de neutralidade hemisférica era principalmente a de proteger o comércio interamericano e de afastar a influência germânica principalmente da América Latina.

Aranha, que foi o principal canal de comunicação brasileira com os Estados Unidos, deu-se início a arquitetura da aproximação massiva dos governos brasileiro e estadunidense. Enquanto Vargas aparentava em seus discursos e suas ações um dualismo referente ao Pan-Americanismo e o Europeísmo, a permanência de Aranha como Ministro das Relações Exteriores do Brasil firmava a grande influência pan-americanista dentro do governo Estado-Novista para a efetivação da aliança entre os dois países.

Cada passo dado pelo Estado Novo brasileiro rumo à aliança com os Estados Unidos significava um menor leque de opções de escolhas para o governo e um envolvimento maior com a guerra contra o Eixo. O próprio Getúlio Vargas conseguia visualizar que suas opções estavam se reduzindo. A Alemanha nazista, apesar da rápida vitória em solo francês e da grande demonstração de poder na guerra contra o Império Britânico, não tinha interesses em mover recursos monetários e humanos para atender a série de demandas do governo brasileiro a curto prazo²⁰ e nem as ligações marítimas, cortadas pelo bloqueio naval britânico. Por outro lado, a importância geográfica para a defesa continental ajudava nas negociações com os Estados Unidos da América, que receavam uma invasão alemã pelo desprotegido nordeste brasileiro.

As negociações entre os dois países, no entanto só entrariam em pontos de concordância a partir do ano de 1941. Em março de 1941 a "lei de Empréstimo e Arrendamento", assinada por Roosevelt e aprovada pelo congresso estadunidense abriam as possibilidades do suporte dos Estados Unidos na causa Aliada. O fornecimento de armas pelos Estados Unidos à ingleses e soviéticos passava a ser um importante mecanismo de financiamento dos Aliados perante o Eixo, e o centro de distribuição destes armamentos era justamente a base aérea de Parnamirim, aos arredores de Natal, cedida oficialmente em junho de 1941 por decreto assinado por

²⁰ Conforme Alves aponta, a América do Sul não era de interesse alemão nem a curto e nem a longo prazo, muito calcado pela intenção do Reich de construção de um império alemão centro-africano para abastecimento de materiais tropicais e das diversas possibilidades nazistas de invasão de Gibraltar, Açores, Madeira e Canárias. (ALVES, 2002, p.110-112).

Vargas²¹. Conjuntamente a isto, as promessas estadunidenses de fornecer materiais de defesa e de financiar a siderúrgica ao Brasil fortaleciam o afastamento do país da neutralidade.

A entrada dos Estados Unidos na guerra em dezembro de 1941 precipitou os países americanos na entrada do conflito. O ataque japonês a base estadunidense de Pearl Harbor levou à beligerância quase todos os pequenos países da América Central, além do próprio Estados Unidos, e elevou a pressão aos restantes dos países americanos para que rompessem relações com os países do Eixo. Com isso, já janeiro de 1942 todos os países americanos, exceto a Argentina e o Chile, haviam rompido relações com o Eixo.

Em 1942, portanto, o compromisso de guerra brasileiro era bastante presente. O fortalecimento do comércio de materiais importantes para a indústria armamentista e a entrega das bases aéreas e aeroportos nordestinos aos Estados Unidos faziam do Brasil o principal ponto de fornecimento de materiais bélicos pelos Estados Unidos a seus aliados europeus. Esta aproximação acarretou, todavia, em um extensivo ataque de submarinos alemães aos navios brasileiros. Já em fevereiro e março deste ano, cinco navios do Brasil foram afundados na costa do Atlântico Norte (Cabedelo, Buarque, Olinda, Arabutã e Cairu). Nos meses seguintes, entre maio e julho sete navios do país foram atacados na região do Caribe (Parnaíba, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Piave e Barbacena).

Foi apenas em 22 de agosto de 1942, no entanto, que o governo do Brasil declarou oficialmente sua participação na guerra contra o Eixo após nova ofensiva alemã, desta vez no litoral brasileiro. Estes ataques, que afundaram sete embarcações (Baependi, Araraquara, Aníbal Benevolo, Itagiba, Arará e Jacira), acarretaram em uma grande pressão popular em prol da entrada do Brasil na guerra, chegando a níveis de manifestações públicas em praticamente todas as regiões do país. Estas reivindicações pela entrada

²¹ Construída secretamente pela empresa Pan Am sob o discurso de que se estava apenas investindo nas infraestruturas civis já existentes, a base aérea de Parnamirim que havia sido edificada com o pretexto de ser um ponto de defesa pela Força Aérea dos Estados Unidos acabou sendo utilizada como um importante ponto de envio de suprimentos pelos Estados Unidos para as frentes de batalha travadas pelos britânicos (OLIVEIRA, 2015, p.52).

brasileira na beligerância foram ocasionadas principalmente por causa das perdas materiais e dos mais de 600 mortos brasileiros, dentre os quais ao menos 100 militares, ocasionadas pelos ataques de submarinos alemães (ALVES, 2002, p.169-175).

Pressionado pelos dois lados da beligerância, o Brasil viu-se instigado em apoiar seu principal aliado, Estados Unidos, enquanto os países do Eixo, em especial Alemanha e Itália, pressionavam o governo brasileiro a não deixar a neutralidade, não sem antes ter a confirmação do próprio presidente Roosevelt de que as forças armadas brasileiras seriam reequipadas (CERVO; BUENO, 2008, p.262).

O ano de 1943 iniciou com extensivo contato entre o presidente estadunidense Roosevelt e o presidente Vargas. Ainda no mês de janeiro, os diálogos entre os dois presidentes davam o tom sobre a necessidade do reequipamento das forças armadas. O Brasil entrara no complexo contexto da guerra, mas seu poder militar era antiquado e completamente indefeso contra um possível ataque dos países do Eixo, principalmente aos alemães.

Outro ponto do diálogo travado na Conferência de Natal em janeiro de 1943 seria a efetiva participação brasileira na guerra com o envio de tropas. Tanto o Estado-Maior do Exército quanto o governo norte-americano não viam a necessidade do envio de tropas brasileiras para combate. A própria Inglaterra achava não apenas desnecessário como era contrária a participação do Brasil neste sentido, deixando claro que para ela a contribuição do Brasil dando suporte geográfico e técnico aos Estados Unidos já eram de grande valor militar.

A participação brasileira, no entanto, foi originada mais pela vontade do governo Estado-Novista do que pela necessidade de maiores contingentes em batalha. Vargas sabia que para galgar uma posição de destaque em um cenário pós-guerra era muito mais interessante participar efetivamente do combate²². Havia também motivações relativas a política interna. Vargas

²² Para Getúlio Vargas, a participação do Brasil na guerra era uma oportunidade de lidar com dois problemas, um futuro e outro presente. Primeiramente, a participação militar do Brasil na guerra asseguraria uma melhor posição internacional no fim do conflito. Para além disso, no

estava ansioso por apagar sua antiga imagem de simpatizante ao Eixo e passou a adotar uma nova e realista postura de combatente do nazi-fascismo. Para isso seria indispensável enviar tropas brasileiras para lutar além mar. A imposição estadunidense de só fornecer armas a nações que estivessem efetivamente combatendo os países do Eixo também foi um motivador do envio de tropas brasileiras para o front.

Um outro estímulo vinha de Washington. A delegação brasileira na Comissão Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos (Joint Brazil-United States Defence Commission) inclusive apoiava a participação militar brasileira em outros continentes (OLIVEIRA, 2015; CERVO; BUENO, 2008, p.264). Foi dela que partiu a sugestão de se usar os efetivos originalmente destinados à defesa do Nordeste brasileiro para lutarem ao lado das forças estadunidenses.

A guerra, na verdade, era uma ótima oportunidade para um grande número de forças políticas atuantes no Brasil. Vargas via nela a possibilidade de reestruturar sua posição no governo, os democratas viam nela uma chance de que o combate contra as forças nazifascistas pudessem ajudar na restauração da democracia no país, as forças armadas percebiam na participação da guerra uma oportunidade de se fortalecer como uma instituição com força e reconhecimento internacional enquanto que para alguns oficiais do exército esta era a oportunidade de limpar seus nomes depois de anos de apoio as ideologias nazifascistas (Ibid., p.272). Com tantos desejos acesos, a decisão estava tomada: o Brasil iria para a guerra.

Desde o princípio os Estados Unidos demonstraram relutância com a participação brasileira na luta armada. Não apenas pela pouca capacidade logística do exército brasileiro, mas por medo de que a entrada brasileira interferisse na neutralidade dos países ibéricos, em especial Portugal. A relutância, no entanto, tornou-se percepção de que a aliança com o Brasil significava a participação do país no cenário de guerra.

entanto, a entrada do Brasil na guerra era uma oportunidade de envolver as Forças Armadas em atividades de defesa, desviando suas atenções para a beligerância e diminuindo suas pressões aos jogos de poder da governança do país (MCCANN, 1995, p.242).

Roosevelt inicialmente propôs que Vargas interagisse com Salazar para o envio de tropas brasileiras para os arquipélagos da Madeira e dos Açores, reforçando as defesas aliadas no centro do Atlântico. Esta ideia estadunidense permaneceu até a Conferência de Natal, em 28 janeiro de 1943, quando se percebeu a oportunidade de que a participação de outras nações do continente fortaleceria a paz dentro do continente e a posição dos Estados Unidos como força dominante sobre os outros países no espaço americano. Seria a partir desta conferência que a criação e o planejamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) fizeram parte do novo marco da aliança dos dois países.

A participação brasileira no conflito só ocorreu efetivamente a partir de setembro de 1944, quando o 6º regimento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) atuou em conjunto com o 371º regimento afro-americano e com outras unidades militares menores dos Estados Unidos, tendo a FEB sido incorporada sob o comando do exército estadunidense até o fim da guerra, no ano seguinte.

A presença do Brasil na beligerância trouxe consigo consequências internas bastante significativas. Enquanto o exército, força aérea e a marinha viram-se reequipados e modernizados, a participação brasileira no cenário internacional teve leve melhora, mesmo que abaixo da imaginada pelos líderes brasileiros (CERVO; BUENO, 2008, p.267). O convívio de oficiais do exército brasileiro com militares estadunidenses resultou também em um novo nível de colaboração que teria fortes consequências nos anos posteriores a guerra.

Para Vargas, a Segunda Guerra Mundial não trouxe o afastamento das forças armadas na disputa de poder, como ele pretendia, mas sim na elevação do grau de profissionalização militar dos oficiais. Com isso, a aproximação do exército brasileiro com os Estados Unidos durante o período da guerra contribuiu para o esfacelamento do Estado Novo brasileiro e assegurou a participação dos militares nos processos políticos do período pós-guerra (MCCANN, 1995, p.348-349).

1.3 - O ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1933 - 1945)

As primeiras décadas do século XX para Portugal foram dos períodos mais conturbados de sua história. A violenta mudança governamental de monarquia constitucional para República em 1910, que acarretou na morte do último rei D. Carlos I, foi apenas o início de uma série de insurreições, problemas sociais e golpes de estado. Em meados dos anos 1920, no entanto, a primeira república portuguesa caía em prol de uma ditadura militar liderada pelo general Óscar Carmona e seu bem-conceituado ministro das finanças António de Oliveira Salazar, empossado em 1928. O prestígio de Oliveira Salazar o pôs já em 1932 como presidente do Conselho de Ministros, dando amplo domínio para si da governabilidade do país, legitimada pela Constituição de 1933.

A Constituição de 1933 tinha como principal meta o congelamento dos princípios liberais da república e a ampliação dos poderes da autoridade governamental e do corporativismo. Formalmente, os direitos e liberdades da população permaneceram, mas apenas superficialmente já que o Estado efetivamente eliminou-os (PINTO In: MARTINHO; PINTO, 2007, p.26-27). O Estado Novo português, instaurado em 1933, no entanto, teve como maiores características a fé na moral cristã e o fortalecimento e reorganização do modelo repressor já implementado pela ditadura militar de 1926. A censura e a autonomia da polícia política tiveram amplos investimentos, tornando-se as principais forças do governo.

Enquanto a participação de Oliveira Salazar foi fundamental como homem central do Estado Novo, o “patriarca” do país manteve-se fortalecido através da manutenção de sua posição pelos poderes militares simbolizados pelo exército e pela União Nacional. O acentuado autoritarismo no Estado Novo português foi representado pela polícia política estatal que buscou sempre manter o controle sobre oposicionistas e movimentos sindicais (RIBEIRO, 2014, p.47-48).

Se o controle e repressão do Estado Novo foram efetivos e simbolizavam a real conservação dos poderes políticos nas mãos dos militares e da União Nacional, a grande colaboração para a institucionalização do

regime Estado-Novista estava nas mãos da Igreja Católica Portuguesa. Oliveira Salazar teve em sua infância grande apreço à religiosidade, tendo cursado Teologia na cidade de Viseu no ano de 1908 e demonstrado interesse no sacerdócio ainda jovem (MENESES, 2011, p.39-40). A aversão da Igreja em relação ao liberalismo apenas confluía as ideias dos dois grupos e sua proposta da *Encíclica Rerum Novarum*²³ ainda mantinha-se repercutindo nas elites portuguesas que construíram suas bases ideológicas nas duas primeiras décadas do século XX. Surgia com isto os suportes teóricos necessários para a construção da base legitimadora do novo sistema, evidenciado pela criação dos Sindicatos Nacionais em 1933 (MARTINHO, 2007, p.23).

A Igreja teve papel fundamental na manutenção, legitimação e popularização do Estado Novo em suas mais variadas formas. Cardeal da Igreja Católica e Patriarca da cidade de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira foi um importante apoiador e amigo de Oliveira Salazar, do qual conheceu quando estudantes na cidade de Coimbra²⁴. A constituição da Acção Católica Portuguesa (ACP) em 1933 ajudou a expandir ideologicamente os fundamentos cristãos por vastos setores da sociedade lusitana, restabelecendo a religiosidade cristã após um período de promoção de ideias laicas durante os governos republicanos do início do século XX.

No entanto, as relações entre o Estado Novo e a Igreja nem sempre foram estáveis, tendo a integração forçada das organizações de juventude para o âmbito estatal em 1936 e as próprias discordâncias entre Salazar e cardeal Cerejeira demonstrado que mesmo entre o governo e a Igreja havia disputas

²³ Escrita pelo Papa Leão XIII e publicada em 15 de maio de 1891, a *Rerum Novarum* foi uma importante encíclica da qual a Igreja posicionava-se politicamente acerca das condições sociais vivenciadas pelas populações europeias do final do século XIX, mais especificamente sobre as condições dos trabalhadores urbanos durante o período da 2ª revolução industrial. Contrária as ideias de luta de classes, a exploração da mão de obra com baixos salários, a centralização da propriedade privada na mão de poucas pessoas, o socialismo e as ideias liberais, tinha por principal defesa a melhor distribuição de riquezas, a intervenção do Estado na economia e a crítica às relações estatais laicizadas. Retirado de https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html acessado em 1 de maio de 2017.

²⁴ Oliveira Salazar participou, ainda na época de estudante na Universidade de Coimbra, do Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC) onde conheceu alguns de seus melhores amigos, dos quais destaca-se Manuel Cerejeira (MENESES, 2011, p.47).

de poder²⁵. Por isso, apesar de reconhecido por seu caráter religioso, o regime salazarista teve como atitude o fechamento do espaço político da Igreja, apesar de ter oferecido a ampla esfera social e religiosa, entregando para ela a tarefa da “recristianização” de Portugal em um sentido de dissolver as ideias republicanas e liberais e de resgate à identidade católica ao povo português (PINTO In. MARTINHO; PINTO, 2007, p.35-36).

O estabelecimento do governo salazarista em Portugal teve como grande referência os estados fascistas europeus. A aberta admiração de Oliveira Salazar pelo líder italiano Benito Mussolini e a distante amizade com Francisco Franco, da qual resultou na única viagem ao exterior pelo líder português, foram demonstrações da forte presença ideológica com que o governante luso tinha com os regimes autoritários que se estabeleciam no continente europeu.

O aspecto mobilizador do Estado Novo português, no entanto, não se enquadravam nos modelos fascistas europeus, tendo o regime salazarista confiado principalmente nas organizações estabelecidas pela Igreja e pelas elites locais e regionais ao invés de organizações de massas ou instrumentos estatais (MARTINHO, 2007, p.23), o que não significava uma inexistência de um aparato cultural do Estado. Através deste organismo estabeleceram-se orientações nas mais diversas áreas culturais e sociais do país, regidas pela Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e comandada por António Ferro²⁶.

O SPN teve efetiva participação durante as décadas de 1930 até meados dos anos de 1940 com grandes e pequenas obras de cunho ideológico que alimentavam e legitimavam a presença e manutenção do regime autoritário de Salazar. Averso ao modelo liberal-democrático, António Ferro desde os anos 1920 já expunha seu viés fascista, como demonstrada pelas suas entrevistas com expoentes do autoritarismo crescente na Europa como

²⁵<http://www.jn.pt/nacional/interior/cerejeira-e-salazar-eram-amigos-com-negocios-a-parte-1511608.html> acessado em 1 de maio de 2017.

²⁶ António Ferro (1895-1956) foi um intelectual e político português da primeira metade do século XX. Escritor e jornalista, teve influente carreira em diversos jornais de Portugal, tendo sido chamado por Oliveira Salazar para dirigir o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Ferro teve importante papel na propaganda do Estado Novo português, tendo sido responsável pela criação de diversas obras de propaganda nacional, como a *Exposição do Mundo Português* (1940), a *Revista dos Centenários* (1939), fundou o *Museu de Arte Popular* (1940) e foi presidente da *Emissora Nacional* (1941).

Gabrielle D'Anunzio, Primo de Rivera, Adolf Hitler, Mustapha Kemal e Benito Mussolini.

Em sua atuação na SPN, Ferro liderou a propaganda governamental contratando intelectuais, artistas, jornalistas e propôs, coordenou e procurou meios para financiar pequenos, médios e grandes empreendimentos culturais, inclusive no panorama internacional, como veremos nos capítulos a seguir através da relação da SPN com o Departamento de Propaganda e Imprensa do Brasil.

Sua principal atuação, no entanto, foi no objetivo principal para a criação do SPN: a construção de uma identidade portuguesa. A reformulação, centralização e homogeneização de uma identidade era um mecanismo bastante presente nos princípios dos anos 1900. Existente desde a constituição dos Estados nacionais modernos e reformulado com as construções do estado Alemão e Italiano nos finais dos anos 1800, o modelo de propaganda e reconstrução identitárias sofreu novos ajustes nos princípios dos anos 1930 com a construção de mecanismos de promoção mais eficazes. A popularização do rádio e a criação de ministérios específicos para a propaganda, como o Ministério da Informação Popular e Propaganda (Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda) chefiado por Joseph Goebbels na Alemanha demonstrava como os meios de comunicação passavam a destacar-se entre os chefes de governos²⁷.

O projeto cultural português perpassou pela restauração dos "valores tradicionais portugueses", tendo o enfoque na história, no passado, folclore e etnologia, em uma busca por aquilo que Hobsbawm e Ranger chamaram de *Invenção das Tradições*, mais especificamente na categoria na qual eles expõem sobre as tradições criadas para "b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade e c) aquelas cujo

²⁷ O destaque dado aos meios de propaganda por nomes importantes da política europeia apenas demonstrava a nova atitude dos estados sobre os mecanismos de propagação e controle de informação. Adolf Hitler em seu livro *Mein Kampf* expunha que " a arte da propaganda consiste em ser capaz de despertar a imaginação pública fazendo apelo aos sentimentos, encontrando fórmulas psicologicamente apropriadas que chamam a atenção das massas e tocam os corações" (CAPELATO In. PANDOLFI, 1999, p.167) enquanto outras nações despontavam em seus mecanismos de propagação de notícias e ideias, com destaque à Radio Moscou e à BBC.

propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento" (HOBBSAWM; RANGER, 2008, p.17). São através de propostas como a Exposição do Mundo Português e o Museu de Arte Popular, a construção e reformas de espaços públicos como o Padrão dos Descobrimentos e o Castelo de Guimarães, ou a própria valorização de mitos populares como o do galo de Barcelos que a SPN passou a redefinir o modelo de ser português, segundo os princípios aceitos pelo Estado Novo português.

A educação e a censura passaram também a serem pensados e organizados pelo SPN. As criações da Mocidade Portuguesa (MP) em 1933 e da Acção Escolar de Vanguarda (AEV) em 1934 direcionavam o carácter proto-fascista de organização estatal²⁸, sendo instituições de combate ao sindicalismo e aos inimigos do regime. A censura, por outro lado, já vinha com fortes investimentos desde o golpe de 28 de maio de 1926.

Comandada pelos altos escalões da Guarda Nacional Republicana, a censura agia em todas as áreas da sociedade. Já em 1932 António Ferro expunha a necessidade da existência da censura para evitar ataques injustos ao governo (RIBEIRO, 2014, p.63) e em 1936 controlavam-se todas as publicações em território português. A preocupação de Salazar com a capacidade da imprensa de influenciar a opinião pública levava o próprio a controlar as publicações, como percebido com a criação em 1940 do Gabinete de Coordenação de Propaganda e Informações, diretamente chefiado pelo próprio líder.

O regime salazarista teve por todas essas características apontadas laços com o fascismo, principalmente com os modelos italiano e espanhol. Estatutos de corporativismo, de propaganda e de controle educacional foram demonstrações claras da forte influência fascista, modelada por uma forte onda conservadora, o Estado Novo português faria destas características suas bases de ação para o desgastante cenário decorrente da Segunda Guerra Mundial. Sua participação apresentou pouca, mas importante influência na guerra, enquanto os anos de 1939 a 1945 ficaram marcados também pela dualidade e

²⁸ <http://www.causanacional.net/index.php?itemid=12> acessado em 3 de maio de 2017.

pelo fortalecimento dos mecanismos autoritários para a manutenção do poder central.

1.4 - PORTUGAL NA GUERRA - A NEUTRALIDADE PELA ALIANÇA E O CASO DOS AÇORES

Quando a guerra se iniciou, em 1939, Salazar rapidamente publicou uma carta em que buscava anunciar a neutralidade portuguesa aonde expunha que:

Felizmente, os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, a que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade. (...). O governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da providência poder manter a paz para o povo português. (SALAZAR, 1943, p.174)

Era o princípio de um período em que o próprio Salazar viu-se desgastado física e psicologicamente absorvendo diversos ministérios. Apesar de pequeno e pouco relevante comercialmente falando, Portugal tornou-se um importante espaço durante o período da guerra por uma série de motivos. O primeiro destes fora sua importância como exportador de Volfrâmio e o segundo pela localização excepcional contendo uma vasta área de importância estratégica da costa do Atlântico Nordeste, entrada do Mar Mediterrâneo e de ilhas oceânicas.

Desde o ano de 1939 Portugal era reconhecido como um grande exportador de Volfrâmio do continente europeu. A "corrida ao Volfrâmio"²⁹ foi um importante componente estratégico de Portugal para seu enriquecimento e para a manutenção de sua neutralidade durante o período da guerra. Dominada pelos países Aliados de setembro de 1939 a junho de 1940, a venda de Volfrâmio e o consequente comércio entre Portugal e a Alemanha passaram a crescer vertiginosamente com a vitória e invasão nazista em solo francês. O bloqueio efetuado após o início da guerra pelo bloco Aliado deixou a Alemanha com poucas opções de importação do minério, impossibilitando o comércio com os produtores latino americanos e asiáticos. Portugal, no

²⁹ Utilizo este termo conforme João Paulo Avelãs Nunes expõe, do qual retrata o período dentre os anos de 1939 a 1944 nos quais o Volfrâmio tornou-se uma das peças centrais das relações internacionais de Portugal com a Alemanha e com a Grã-Bretanha.

entanto, despontava como principal produtor do minério em solo europeu, e passava a ser um importante mercado comercial para a máquina de guerra nazista.

A partir da conquista alemã na França, o Eixo passou a efetuar o comércio com Portugal através da Espanha, período no qual os números comerciais entre portugueses e alemães cresceram copiosamente. As negociações, efetuadas de forma bastante precavida pelas autoridades lusas, que só aceitavam ouro por duvidarem da autenticidade do papel moeda oferecido pelos alemães, tiveram dos meses de julho de 1940 a março 1941 o saldo da balança comercial lusa sempre favorável à Alemanha, tomando um período apontado como a 2ª fase da neutralidade portuguesa (DUARTE, 2015, p.56).

Por outro lado, Portugal pela primeira vez viu-se cercado pela real possibilidade do conflito chegar na península ibérica, e consequentemente no próprio país. A esmagadora vitória alemã na França e a entrada italiana na beligerância pavimentaram uma guerra de grandes proporções, e ampliaram a possibilidade da entrada espanhola no combate ao lado do Eixo. Portugal, por outro lado, despontava como um dos principais aliados da Grã-Bretanha, e viu-se ameaçado pela possibilidade de se tornar um campo de batalha entre os países Aliados e os do Eixo.

O jogo duplo português, todavia, fortaleceu as relações ibéricas para a manutenção da neutralidade espanhola, e para isto foi preciso demonstrar um afastamento com a Grã-Bretanha e uma aproximação com a Alemanha. Foi nesta conjuntura que o comércio português com os alemães mais cresceu, reduzindo a possibilidade de uma invasão das potências do Eixo no território luso e a consequente entrada portuguesa na guerra.

É neste cenário desfavorável, onde a guerra beirava as portas de Portugal com a constante instabilidade de Francisco Franco, líder do partido nacionalista Espanhol, que Salazar e a Grã-Bretanha passaram a lidar com uma estratégia tênue, mas importante: a da neutralidade ibérica. Gerson Moura (MOURA, 1980) demonstrou como os limites da política externa de países dependentes são frágeis e altamente influenciáveis por potências

próximas. O caso português não foi diferente. A permanência portuguesa na neutralidade não foi apenas uma opção do governo salazarista, mas sim uma escolha britânica para a península ibérica.

A manutenção da neutralidade era, no entanto, uma vontade de ambos. Os objetivos portugueses para o período da guerra eram quatro: preservar o regime político do Estado Novo, ampliar a margem de manobra de Portugal em face às grandes potências em particular em relação à grande aliada Grã-Bretanha, apoiar a Espanha "nacionalista" por receio das tendências anexionistas do governo nazista e assegurar a independência nacional. Estes quatro objetivos dependiam, portanto, da não entrada na guerra e da manutenção da neutralidade da península ibérica. A neutralidade espanhola e portuguesa também era favorável aos Aliados, já que afastava a Alemanha do Mediterrâneo e ajudava a proteger a principal base inglesa na região, situada em Gibraltar (IBIDEM, p.55).

A neutralidade lusa, no entanto, nem sempre esteve assegurada. A assinatura do tratado de Paz e Não-Agressão de 17 de março de 1939 e o protocolo adicional do mesmo em julho de 1940 com o governo espanhol foi um dos principais movimentos do governo Português na promoção da neutralidade ibérica.

A Inglaterra, por sua vez, encontrou mais facilidades em dialogar com o governo espanhol do que com o português, o que demonstra a dualidade das intenções espanholas durante a guerra (NUNES, 1999, p.816). A partir da derrota francesa e a entrada dos Estados Unidos da América, o ano de 1941 transformou-se numa constante pressão estadunidense pela entrega de uma base nos Açores. A Grã-Bretanha passou a moderar o ímpeto estadunidense, que preferia a invasão dos Açores, enquanto os britânicos optavam por resolver a questão através da diplomacia. No entanto, com receios do governo português de qualquer tentativa de invasão das ilhas, o arquipélago dos Açores que deveriam ter no máximo 4000 efetivos militares, já em 1941 recebiam mais de 13000 militares portugueses (DUARTE, 2015, p.60).

Com a investida nazista sobre os soviéticos na frente russa e contra os britânicos na África nos fins de 1941, Portugal deu ainda maior ênfase em

manter-se neutro. Era evidente a antipatia de Oliveira Salazar pela ideologia soviética, e a possibilidade de vitória alemã e destruição do regime soviético agradava o líder português. Combinado a isto, a invasão de australianos e holandeses no Timor Leste em dezembro de 1941 deixou o governo de Lisboa contrariado, conturbando as relações portuguesas com os países Aliados (DUARTE, 2015, p. 61-64) e expondo a região a ocupação japonesa. Este foi o período mais problemático nas relações anglo-lusas até a derrota nazista em Stalingrado (novembro de 1942 a janeiro de 1943) e a vitória aliada na África pela "Operação Torch" (novembro de 1942), que demonstraram o enfraquecimento do poderio alemão e clarearam o novo cenário que estaria por vir.

A entrega da base das Lajes nos Açores para os britânicos em outubro de 1943 e o encerramento do comércio de Volfrâmio, que já estava reduzido a poucas toneladas no ano de 1944³⁰, com a Alemanha concluiu a neutralidade portuguesa e colocou Portugal praticamente na causa Aliada.

A neutralidade portuguesa sempre esteve em cheque diante das necessidades das potências beligerantes. Foi possível, no entanto, graças ao suporte da Grã-Bretanha, que via nesta a garantia do afastamento espanhol da guerra. No entanto, Oliveira Salazar soube desenvolver uma estratégia de política externa e diplomática que, encaixando com os interesses das potências beligerantes, conseguiu expor e desenvolver os próprios interesses portugueses (IBIDEM, p.69-70).

1.5 - SALAZAR, FERRO, VARGAS, ARANHA E OS SUJEITOS NA HISTÓRIA DA GUERRA

³⁰ Segundo aponta Nunes, enquanto a produção de Volfrâmio em Portugal atingia a marca de 4500 toneladas em 1940, com o envio de 1783t para o Reino Unido, 768t para os EUA, 540t para a França e 185t para a Alemanha, já nos anos de 1941 o número de 4607 toneladas totais encaminhou-se principalmente para o Reino Unido (2363t) e Alemanha (1814t) enquanto em 1942 os números tiveram um leve grande crescimento para o lado germânico o envio de 2589t para o Reino Unido e 2169t para a Alemanha de um total de 4801 toneladas. Já no ano de 1943, no entanto, os números voltaram a ficar desbalanceados com a venda de 5321t para o Reino Unido e 1342t para a Alemanha de um total de 6669t produzidas. Por fim, os números de 1944 apontam a diminuição na produção e no comércio com a Alemanha, com o envio de 1987t para o Reino Unido e apenas 701t para a Alemanha de um total de 2688 toneladas (NUNES, 1999, p.798).

Quando proponho estudar a história do Estado Novo brasileiro e português saliento a importância da presença, vida e ações de personagens centrais da história destes países durante este período. Estudar os governos varguistas e salazaristas sem atentar-se à importância de personagens centrais dos modelos governamentais destes períodos comprometeria o entendimento do estudo. Busco, por isso, perceber como as atuações de figuras centrais como os dois líderes políticos Getúlio Vargas e Oliveira Salazar interferem no processo de diálogo entre as suas nações e as beligerantes.

Também busco perceber a importância de António Ferro e Oswaldo Aranha como apoiadores ou críticos dos regimes de seus países, apontando ambos como figuras centrais para as relações políticas entre Brasil e Portugal, cada um com suas participações. É por isso que busco no individualismo metodológico de Max Weber uma base para meu estudo, pois são os sujeitos históricos individuais e suas ações que dão o ponto de partida para os fenômenos sociais (OLIVEIRA, 2008, p.2).

Conforme explanado anteriormente, uma das principais características destes dois modelos estatais são as personificações dos governos nas figuras fraternais de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar. Tanto Vargas quanto Salazar tiveram não apenas as decisões estatais em suas mãos como também foram figuras emblemáticas que souberam lidar com as intrigas de poder e com os relacionamentos internos e externos durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Getúlio Vargas fora um mestre de manobras políticas, apoiando seu poder nos diferentes generais das forças armadas e assegurando que nenhum membro do governo adquirisse poderes ou popularidade excessivos. Em sua vida, buscou mediar as relações, aproveitando-se de suas capacidades políticas para obter o máximo de privilégios possíveis e cuidando sempre com sua imagem pessoal, a qual procurou demonstrar como um homem sério e sem ostentações. Sua força administrativa destacava-se por sua imagem pública, e fora através dela que conseguira por diversas vezes transpassar as adversidades políticas.

Oliveira Salazar assemelhava-se com Getúlio Vargas. Originário do interior da região das Beiras, fora seminarista e estudante da Universidade de Coimbra, onde formou-se em Direito e tornou-se professor catedrático desta

mesma instituição. Sua atitude política derivou-se de suas origens, apontando sempre sua imagem pública como um ditador reservado e provinciano.

Foi com sua disposição conservadora e retraída que dialogou com as diversas nações interessadas na capacidade geográfica e comercial portuguesa, em especial com a Alemanha e o Reino Unido, tendo sido capaz de manipular e adaptar-se as diferentes circunstâncias do período da guerra, principalmente referente ao vizinho Francisco Franco e ao Reino Unido, do qual se manteve sempre distanciado do cenário político através de suas ações e ameaças³¹. Salazar cuidou sempre de reforçar seu grau de autonomia perante as potências beligerantes, principalmente em relação aos Aliados, na busca de consolidar tanto o crescimento econômico de Portugal quanto o modelo político e social implementado no país.

Tanto Vargas quanto Salazar foram, por conseguinte, figuras centrais no modo como seus respectivos países lidaram com as relações internacionais do período. Suas semelhanças os aproximavam como líderes políticos, assim como os sistemas governamentais implementados nos dois países também propiciavam o aumento de suas relações diplomáticas e culturais.

Havia, no entanto, outras figuras importantes que interferiram nas relações entre os dois países e as nações beligerantes, com destaque para figuras centrais nas suas respectivas pastas: Oswaldo Aranha nas Relações Internacionais e António Ferro no SPN.

O primeiro fora fundamental na aproximação entre Brasil e os Estados Unidos, tendo sido o maior apoiador do pan-americanismo dentro do governo varguista, usou sua influência como amigo pessoal do próprio Getúlio Vargas para direcionar as políticas internacionais em confluência com os pedidos do governo de Roosevelt. Reconhecido diplomata, sua presença em Washington teve grande destaque na conservação das relações amigáveis entre o Brasil e os Estados Unidos, mesmo com as constantes atitudes de aproximação com o Eixo efetuado pelo Presidente Vargas.

³¹ As relações entre Portugal e Reino Unido foram durante os anos de 1940 a 1944 bastante instáveis. Apesar do evidente suporte lusitano ao aliado inglês, onde as cumplicidades em relação às necessidades da guerra foram atendidas em todos os domínios (CASTAÑO, 2006, p.28), os meandros de suas relações foram sempre bastante conturbados, demonstrando uma maior facilidade de diálogo do Reino Unido com o próprio Francisco Franco do que com o Oliveira Salazar (NUNES, 1999, p.816).

António Ferro, no entanto, teve uma participação menos efetiva nas relações internacionais entre Portugal com os países beligerantes. Apontado como Secretário da Propaganda do Estado Novo luso, Ferro teve grande participação nas produções culturais e de construção identitárias portuguesas. Sua atuação, todavia, teria grande influência na aproximação luso-brasileira, tendo saído de suas mãos os principais mecanismos de ligação entre os dois países.

Já conhecedor do Brasil, onde estivera durante o ano de 1922 e no qual teve contato com alguns dos principais personagens do movimento modernista das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Ferro e sua iniciativa pró-lusitanismo ajudou na criação dos mecanismos e eventos necessários para a construção da luso-brasilidade. Fora através de sua influência e de suas escolhas, como conhecedor do Brasil e das novidades culturais deste país, que se facilitou a aproximação decorrente dos espaços das artes e cultura dos dois países.

Sua participação na formulação do Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro e na produção de alguns dos principais eventos de constituição da lusofonia fora essencial para a construção dos mecanismos de valorização nacionalistas e governamentais que foram imprescindíveis para a conservação dos modelos Estados Novistas brasileiro e português.

2 - AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E BRASIL: DA INDEPENDÊNCIA À COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

2.1 - AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS (1822 - 1931)

Desde os finais do século XIX, tanto Portugal quanto o Brasil passaram por turbulentas, mas constantes tentativas de aproximação política, econômica e cultural. Conforme André Tavares Barbosa aponta:

O relacionamento luso-brasileiro é marcado por um paradoxo: se por um lado, em virtude dos laços histórico-culturais que unem os dois países, existem convergências político-diplomáticas difíceis de serem alcançadas em outros relacionamentos, por outro, há um histórico de pequenas divergências também neste domínio, que conturbaram o relacionamento bilateral ao longo dos anos – a ponto de se falar até mesmo em uma “diplomacia do conflito” (BARBOSA, 2008, p.4).

Estudar as relações entre Portugal e o Brasil e a tentativa de reaproximação dos dois países, no entanto, é uma tarefa de análise não apenas do curto período das relações luso-brasileiras durante os anos de minha fonte ou das aproximações efetuadas pelos governos salazarista e varguista, mas também de uma pesquisa da progressão das relações entre os dois países em uma perspectiva de longa duração, iniciando-se já desde o princípio da separação dos dois povos. Conforme Fernand Braudel apontou ao escrever sobre o trabalho do historiador em relação às análises das conjunturas históricas: "O único erro, a meu ver, seria escolher uma dessas histórias com exclusão das outras. Foi e seria um erro historizante" (BRAUDEL, 2014, p. 53). A publicação da revista *Atlântico* no mês de maio de 1942 foi mais um capítulo da longa história de contatos e afastamentos entre a ex-colônia brasileira e portugueses durante a primeira metade do século XX e sua publicação é, por conseguinte, um passo no desenrolar de toda uma tentativa luso-brasileira de se reaproximarem.

As relações entre o Brasil independente e Portugal são apontadas por Amado Cervo como uma história dividida em três tempos distintos. O primeiro ocorreu entre 1822, com a proclamação da independência do Brasil até as festividades ocorridas em homenagem ao centenário da própria independência deste, em 1922. Cervo aponta que as relações políticas entre os dois países

durante este período de cem anos podem ser descritas como irrelevantes³², apesar do forte diálogo dos dois povos que ocorreram no decorrer deste tempo.

O segundo momento apontado por Cervo é referente ao que ele chamou de fase da retórica nas relações bilaterais, que se estenderia de 1922 até a retirada de Portugal de suas antigas colônias africanas em 1974-75. Neste período, que abrange não apenas os anos antecedentes aos domínios estado novistas como também os anos de decorrência da Segunda Guerra Mundial, é registrado por Cervo como um período onde os discursos dos dois países aproximavam-nos, mesmo que terminando sem haver uma real aproximação econômica e política entre ambos.

Por fim a terceira fase iniciou-se nos meados dos anos 1970 e avança até os dias atuais, sendo reconhecida porque houveram, definitivamente, progressões nas relações políticas, culturais e principalmente econômicas, visualizado pelo crescimento acentuado das relações e do diálogo entre os dois países (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p.2).

A ideia das relações entre portugueses e brasileiros durante o período dos anos 1920 até 1970 como uma fase retórica, no entanto, é criticada pela pesquisadora portuguesa Paula Santos (SANTOS; AMORIM In. SOUZA et al, 2010). Para Santos, apesar dos resultados finais das relações dos dois países terem sido pouco efetivos durante este período de cinquenta anos, principalmente em relação na área econômica, a cooperação luso-brasileira rendeu frutos futuros não apenas na manutenção de uma comunidade transatlântica nos ramos culturais e sociais como também houve uma maior aproximação no sentido afetivo e linguístico que efetivamente ajudaram na colaboração bilateral, seja no sentido político ou ideológico para uma maior

³² Apesar do apontamento de Cervo acerca das relações luso-brasileiras durante o século XIX evidenciar as dificuldades relacionais entre as duas nações é preciso problematizar este critério de descrição das relações durante o período. É evidente que Cervo expõe sua visão através de uma análise no sentido econômico e político. Entretanto, apesar das dificuldades relacionais dos dois países durante o século XIX, é preciso salientar o extenso contato social e cultural ocorrido durante todo o século XIX e início do XX ocasionado principalmente pelo volumoso contingente de emigrados portugueses fugidos dos seguidos problemas sociais de Portugal ocasionados pela implementação do liberalismo, corrupção administrativa, maus anos agrícolas e por revoltas (PASCKES, 1990/91, p.82-83; MARQUES, 2015, p.293) e também o forte vínculo ideológico e afetivo do movimento republicano português em relação com o republicanismo brasileiro (GONCALVES, 2014, p.68) o que demonstra o extensivo contato e inter-relação entre os grupos sociais dos dois países.

manutenção que cada um dos dois governos necessitavam para sua operacionalização.

Iniciar a análise destas relações luso-brasileiras, no entanto, remete-nos novamente ao ano de 1822, cujo evento primordial e fundamental, por ter marcado as histórias tanto do Brasil quanto de Portugal, foi a separação da colônia de sua metrópole. Esta quebra histórica é representativa pela ruptura política que a concebeu, levando a uma reestruturação não apenas em cada nação, mas também em como relacionavam-se os governos de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Apesar de comumente exposto como um afastamento amigável, versão muito apontada principalmente por historiadores do século XIX e primeira metade do século XX, os anos de 1820 apresentam-se como um período de tensão decorrente do rompimento dos laços entre as duas maiores potências do império colonial português. A independência brasileira decorreu-se através da ruptura em três dimensões: a da separação política entre Lisboa e o Rio de Janeiro, a militar através da guerra travada entre lusos liderados pelo general Madeira de Melo nas províncias da Bahia, Maranhão e Piauí e o grupo separatista brasileiro e na questão diplomática (CERVO; MAGALHÃES, op. cit., p.20). As consequências seriam percebidas desde 1822 até 1825, com a quebra de relações entre os dois países durante este período.

Os anos seguintes à ruptura seriam marcados por turbulências entre as duas nações, tendo estendido as dificuldades de aproximação entre lusos e brasileiros durante todo o restante do século XIX e inícios do século XX, período caracterizado por reconciliações e afastamentos, tendo estas dificuldades se iniciado já em 1825 e perpetuando-se por um século de problemas relacionais entre lusos e brasileiros. O Tratado de Paz e Aliança, assinado em 29 agosto de 1825, realizado pelo rei D. João VI e por D. Pedro I³³ é reconhecido como o tratado de reconhecimento da independência do Brasil, e também a primeira tentativa de apaziguamento e interação diplomática entre as duas nações. Demoraria, no entanto, mais de uma década para que

³³ Proponho, em minha escrita, utilizar a terminologia D. Pedro I em detrimento de D. Pedro IV conforme comumente ele é reconhecido em Portugal.

brasileiros e portugueses voltassem a se comunicar politicamente e economicamente.

O Tratado de Comércio e Navegação de 19 de maio de 1836, apesar de bastante contestado dentro de ambos os países, viria a destacar-se por causa dos múltiplos interesses dos dois lados em relação ao oceano Atlântico. O documento, que era dividido em vinte e um artigos foi um expoente das relações luso-brasileiras logo em seu início. Com grande enfoque nas possibilidades econômicas, as partes tratantes buscavam reaproximar os dois impérios através de uma ampla atividade comercial, dotada de um forte protecionismo na comunidade lusófona do globo. Sua premissa, que abria o precedente de uma “reciproca liberdade de commercio, e navegação entre os subditos das Altas Partes Contractantes em navios de ambas as Nações, e em todos, e quaisquer portos, cidades, e territórios pertencentes às mesmas Altas Partes Contractantes (...)”³⁴, no entanto, limitou-se ao descrédito e ao fracasso graças à oposição de alguns setores tanto na sociedade portuguesa quanto (e principalmente) na brasileira, o que dificultou uma concordância mútua em relação às prerrogativas do tratado.

As décadas seguintes foram de pouco interesse entre as duas nações no sentido diplomático, e, quando demonstrado, serviram mais para lidar com problemas políticos e sociais internos entre os dois países do que em um efetivo diálogo relacional. Tanto o acordo de 12 de janeiro de 1855 quanto o de 10 de junho de 1872 foram aprontados para facilitar questões diplomáticas referentes à imigração e problemas de criminalidade internacional, que foram questões com grande interferência social e que se adensava como litígios bastantes prejudiciais não apenas nas relações luso-brasileiras como dentro das próprias nações.

Tanto o Brasil quanto Portugal sentiam as consequências das crises internas estabelecidas dentro dos dois países³⁵ e esses dois tratados viriam,

³⁴ Retirado de <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1836/tratado-de-comercio-e-navegacao/> em 06 de julho de 2017.

³⁵ O século XIX é um período bastante conturbado para a história tanto do Brasil quanto de Portugal. As crises políticas decorrentes do conturbado cenário político pós-independência levaram dentro do território brasileiro a ocorrência de uma série de revoltas durante as décadas de 1830-40, além da participação do império brasileiro nas guerras da Cisplatina e do Paraguai, tendo como principal consequência o consumo total da reserva interna de recursos do Brasil e a instabilidade política referente ao fortalecimento de segmentos do exército

então, para estabelecer uma regulamentação binacional em relação ao encaminhamento de criminosos de um país que estava no outro e na maior afirmação para a desarticulação de produtores de moedas falsas³⁶. No tratado de 1872, no entanto, houve pela primeira vez uma abordagem cultural, com a tentativa portuguesa de estabelecer uma unidade de organização literária entre os países. A proposta, entretanto, possuía um caráter mais protecionista do que de interação cultural, já que as causas de preocupação portuguesas que referenciaram a proposta deste acordo foi a frequente e inescrupulosa utilização indevida de textos e livros de autores lusitanos no Brasil sem o devido respeito aos direitos autorais³⁷.

Apesar do pouco contato dos dois Estados, o afluxo de imigrantes portugueses para o Brasil, que havia paralisado durante os anos posteriores ao processo de independência, voltara a ser um importante segmento de estrangeiros que entravam no Brasil³⁸.

O resultado desta grande migração de portugueses para o país, principalmente focados nos espaços urbanos como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, foi através da grande participação do capital comercial luso na criação de estabelecimentos industriais têxteis e modernização na

brasileiro e enfraquecimento do poder monárquico. No cenário Português, para além dos problemas decorrentes da imigração maciça de portugueses para o Brasil, o século XIX foi cercado de conflitos sociais ocasionados pelas disputas políticas entre grupos defensores do absolutismo e grupos sociais liberais.

³⁶ Já no ano de 1842 a polícia da cidade de Paris descobrira uma ação de falsificadores de moedas brasileiras que diziam ser oriundos da cidade do Porto. A partir desta data a diplomacia luso-brasileira teve grande relação com o caso, principalmente durante a década de 1850, cuja atitude portuguesa irritava repetidamente o governo brasileiro por transparecer complacência em relação ao problema, principalmente porque relacionavam-se ao crime alguns nomes importantes da sociedade portuguesa, com destaque ao rico empresário portuense António Alves Souza Guimarães, 1º Conde de Bolhão.

³⁷ Desde os finais do século XVIII países como a Holanda, França, Prússia e Inglaterra já possuíam leis de propriedade intelectual. Todavia, tanto em Portugal quanto no Brasil ainda no século XIX não haviam leis que regulamentassem a questão, sendo os privilégios para quem investisse tempo e recursos na produção intelectual dado via concessões régias. Os problemas começaram a decorrer a partir do momento em que livros de autores portugueses eram lançados no Brasil sem o consentimento dos próprios, e em muitos casos sem o próprio conhecimento do lançamento por esses autores. O caso passaria a ser um problema diplomático bastante acalorado, levando a criação do Acordo de Proteção de Obras Literárias entre o governo brasileiro e português, em 9 de setembro de 1889. No entanto, o acordo só seria posto em prática depois da Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística trinta e três anos mais tarde.

³⁸ Apesar de pouco confiável, os números apontados por Simões demonstram a entrada de 8.329 lusitanos no Brasil no ano de 1853 e 18.261 em 1888, tendo entre os anos de 1853 e 1887 anualmente atingido número de quatro mil a dez mil portugueses emigrados para solo brasileiro por ano (MARTINS In. RAMOS et al, 2001, p.251).

administração dos empreendimentos industriais nos centros urbanos através da introdução de inovações tecnológicas e do sistema paternalista de cuidado com os trabalhadores de seus estabelecimentos. A presença da imigração portuguesa no Brasil da segunda metade do século XIX teve importante participação na configuração dos espaços urbanos e nas relações de trabalhos deste período (MARTINS In. RAMOS et al, 2001, p.276-278).

Os finais dos anos 1800 seriam de novos conflitos diplomáticos, propriamente relacionados a algumas decisões do novo governo republicano brasileiro. A *grande nacionalização*³⁹, que se impunha de maneira forçada sobre todos os estrangeiros que residissem em terras brasileiras pelo tempo de 6 meses a partir da data de emissão do decreto (14 de dezembro de 1891), elevou os ânimos de diversos países europeus em relação a nova república brasileira, sobretudo os governos da Itália e Portugal. A naturalização forçada efetuada pelo governo republicano brasileiro teria forte influência na queda de arrecadação lusa, já que boa parte dos portugueses em solo brasileiro passaram a ser considerados naturais do Brasil, facilitando a permanência dos mesmos e reduzindo o retorno de portugueses que conquistaram riquezas no Brasil.

As relações a partir de 1892 passaram a piorar gradativamente. A não aprovação do novo Tratado de Comércio e Navegação de 14 de Janeiro de 1892, muito ocasionada pelas complicações políticas brasileiras (em especial a mudança da presidência de Deodoro da Fonseca para Floriano Peixoto), pelo protecionismo cafeeiro forçado do Estado de São Paulo, que preferia comercializar com países como a França ou a Itália enquanto Portugal optava por não comprar café do Brasil, dando preferência ao consumo de café de suas colônias africanas, foi um duro golpe nas relações luso-brasileiras principalmente porque havia de fato uma demanda lusitana em relação a

³⁹ Dentre os principais motivos para a forçada estratégia da recente república brasileira em nacionalizar o máximo de estrangeiros possíveis eram a criação uma sociedade brasileira calcada em uma mistura étnica, principalmente referente aos grupos de europeus e a manutenção de capital em terras brasileiras, dando possibilidade aos imigrantes de se estabelecerem de forma legal, evitando uma evasão de imigrantes europeus de volta aos seus países após os anos de enriquecimento no Brasil.

assinatura do tratado. A política protecionista e nacionalizante de Floriano Peixoto interferiria consistentemente na reaproximação dos dois países⁴⁰.

Outro baque ainda maior nas relações luso-brasileiras ocorreu graças ao caso das concessões de asilo político aos 518 combatentes da Revolta da Armada pelos navios portugueses *Mindello e Affonso d' Albuquerque* ao fim da rebelião que durou dois anos entre 1893 e 1894. A descoberta pelo governo brasileiro de que as ordens para a aceitação do asilo político dos revoltosos teriam sido oriundas do próprio governo luso criou um conflito político ainda mais sério, acarretando no corte completo de relações entre os dois países durante o período de 13 de maio de 1894 a 16 de março de 1895 (JÚNIOR, 2014, p.57; CERVO; MAGALHÃES, 2000, p.223).

A partir do início do século XX, no entanto, Portugal e Brasil passariam a dar uma guinada rumo ao entendimento. Dos anos de 1895 a 1922 diversas tratativas fizeram parte de uma aparente aproximação luso-brasileira. As animosidades estavam, no entanto, ainda aparentes conforme percebido pelo ministro português no Brasil, o poeta Tomás Ribeiro, que foi alvo de duras críticas pelo deputado nativista Érico Coelho apenas por ser português. O incidente agravou-se de tal modo que o presidente brasileiro, Prudente de Moraes, interpôs em defesa a Tomás Ribeiro declarando as acusações como ataques injustificados e absurdos⁴¹.

Ainda em 1895, Brasil e Inglaterra entrariam em um impasse pelo território da ilha da Trindade. O caso iniciou-se por que a Companhia Telegráfica Britânica (Electric Telegraph Company), que queria passar um cabo da Inglaterra até o Uruguai e Argentina, pediu ao governo britânico a ocupação da ilha da Trindade, que ficava a 20 quilômetros da costa sul do estado do Espírito Santo. A ocupação britânica ocorreu pelas forças navais do governo de Londres, instaurando um caso diplomático de violação de soberania do Brasil.

⁴⁰ A política internacional de Floriano Peixoto seria marcada pelo protecionismo, pelo antilusitanismo e pela ausência de grandes acordos internacionais com potências europeias. O grande motivo para esta constante negação de tratados era a alegada convicção do novo governo republicano de que fazer acordos comerciais com grandes potências regularmente eram injustas e trariam apenas benefícios às grades potências em detrimento do Brasil.

⁴¹ Este e outros casos de acusações praticadas contra Tomás Ribeiro por políticos brasileiros acarretou na desistência de Tomás Ribeiro do cargo do ministério em 1896, apenas um ano após sua posse.

A proposta inglesa de submeter o caso à arbitragem internacional acabaria recusada pelo governo brasileiro, que incontestavelmente declarou que documentos portugueses, espanhóis e britânicos provavam a soberania brasileira da ilha da Trindade. O caso só se encerraria com a entrada de Portugal no impasse, onde através de documentos comprovou a soberania brasileira do território e encerrou o caso a favor do Brasil (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 258).

Dois anos depois, o governo brasileiro apontaria o rei D. Carlos I como presidente de honra do 4º centenário do Descobrimento do Brasil e convidou a participação lusa ao evento, o que ocorreu com o envio de uma comitiva presidida pelo General Francisco Maria da Cunha, o mais velho dos generais da Divisão do Exército Português para o evento que foi considerado "de grande gala para todos os efeitos legais e de estilo" em 5 de maio de 1900, no Rio de Janeiro (IBIDEM, p.260-261).

As reaproximações seguiram através das comemorações brasileiras do centenário da Abertura dos Portos efetuada em 28 de janeiro de 1808. Para tal comemoração abriu-se a possibilidade da viagem do monarca D. Carlos I de Portugal ao Brasil com crédito ilimitado pelo congresso brasileiro para a viagem e estadia do rei lusitano. O evento, com grande repercussão e ansiedade, apontava-se como a primeira visita de um monarca português desde a vinda da família real portuguesa cem anos antes.

Programada para 7 de junho de 1908, a presença de D. Carlos I ao Brasil seria o momento ideal para uma reaproximação luso-brasileira após a conturbada década de 1890. Mesmo com o agravamento político em Portugal no ano de 1907, mantiveram-se os preparativos para a visita do rei à ex-colônia, só interrompido pelo regicídio de 1º de fevereiro de 1908. Para o lugar de D. Carlos I, o governo português foi representado pelo Conde de Salir nas comemorações do centenário no Rio de Janeiro.

As mudanças políticas em Portugal com o fim da monarquia e estabelecimento da república foram marcadas pela tentativa de reaproximação e consolidação das relações luso-brasileiras. Seria neste período também uma progressão das primeiras propagações de ideias de uma possível "civilização

atlântica" luso-brasileira, não apenas em um sentido cultural, mas também econômico (CASTRO In. GUIMARÃES, 2009, p.59-60). Nos anos de 1913 e 1914, com o intuito de aproximarem-se, os dois governos decidiram elevar suas representações políticas estabelecendo embaixadas no Rio de Janeiro e Lisboa.

No campo cultural seria fundada também a revista *Atlântida* (1915-1920) pelos intelectuais João de Barros e Paulo Barreto⁴². Tanto a comitiva portuguesa do Brasil de 1918, presidida por Alexandre Braga, para cumprimentar o governo português pela declaração de guerra contra o Império Alemão quanto a visita do presidente Epitácio Pessoa a Portugal em 1919 consistiram em novos impulsos diplomáticos que elevariam as relações dos dois países.

As repercussões destes eventos foram bastante agradáveis e ajudaram no estabelecimento da participação efetiva de importantes figuras políticas e culturais portuguesas nas comemorações do centenário da independência do Brasil, com, inclusive, uma viagem de avião dos pilotos Artur Sacadura Cabral e Carlos Gago Coutinho da ilha de São Vicente de Cabo Verde até a ilha de Fernando de Noronha (CERVO, 2000, p.266-268).

Os anos 1910 haviam sido marcados, portanto, por uma evidente aproximação econômica e cultural entre as duas repúblicas, e esta evidenciava as vontades singulares de cada um dos dois povos. Se para o lado brasileiro a aproximação significava a porta de entrada para demonstrar para a Europa uma "evolução da civilização brasileira", para os portugueses era uma oportunidade de apresentar às nações amigas europeias o seu poder colonizador e civilizador (CASTRO In. GUIMARÃES, 2009, P.74).

⁴² Considerada como um prelúdio das relações culturais que ocorreram nos anos 1930 (CASTRO In. GUIMARÃES, 2009, p.61), a revista *Atlântida* teve relativa importância no papel da aproximação cultural luso-brasileira. Sua fundação teria forte influência nas aproximações dentre os dois países referentes a proclamação da república portuguesa e de luta ao modelo pangermanista que se estabeleceu durante a década de 1910 tanto na Europa quanto no sul do Brasil. A revista que durou cinco anos teve 48 edições e os temas da revista focavam-se em aspectos culturais e políticos de confluência dentre os dois povos, além do enfoque na construção de uma ideia de aliança luso-brasileira de interação e domínio do Atlântico Sul através da trinca Lisboa, Rio de Janeiro e Luanda.

Em uma tratativa importante entre os dois países para melhorias diplomáticas, as comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil foram marcadas não apenas pelas festividades, mas também pela organização de uma grande comitiva portuguesa com importantes figuras lusas que rumaram de Lisboa ao Rio de Janeiro. Liderando a comitiva estava o Dr. José Barbosa de Magalhães, licenciado da pasta dos Negócios Estrangeiros, indo como embaixador português ao Brasil. Além dele, participaram da missão também António Luís Gomes como reitor da Universidade de Coimbra, Jaime Cortesão na qualidade de diretor da Biblioteca Nacional portuguesa, João de Barros como grande amigo de Paulo Barreto e reconhecido letrado nos dois países, o economista Francisco António Corrêa do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, representantes da marinha e do exército luso e o próprio presidente da República Portuguesa António José de Almeida.

Os resultados da missão, no entanto, não foram tão proveitosos como se esperava. A mudança de governo brasileiro de Epitácio Pessoa para Artur Bernardes em 15 de novembro de 1922 dificultou os convênios estabelecidos pelos dois países, apesar da Convenção Literária e Artística ter sido sancionada em 23 de janeiro de 1924, todos os outros acordos comerciais e relacionados à emigração e questões trabalhistas acabaram ficando no limbo do poder legislativo brasileiro. O contato estabelecido, no entanto, seria fundamental para as futuras aproximações.

2.2 - APROXIMAÇÕES ENTRE ESTADOS-NOVOS (1931 – 1941)

A década de 1930 marcou uma nova fase tanto do sistema político português quanto brasileiro. Em Portugal, a Constituição de 11 de abril de 1933 legitimou o Estado Novo liderado por António de Oliveira Salazar. No mesmo período, no outro lado do oceano Atlântico, Getúlio Vargas chefiava o governo provisório instaurado a partir de 1930 e fortalecido após as Constituições de 1934 e 1937.

Como Paula Santos afirma, as relações luso-brasileiras nos anos 1930 estavam despontando de modo que os processos políticos dos dois países se

assemelharam facilitando na própria aliança, que convinha para efetivar todos os mecanismos políticos dos dois regimes que se desenrolavam durante o período. Era necessária a *consciencialização recíproca* (SANTOS, 2006, p.8) para a manutenção tanto de um espaço lusófono no planeta quanto na manutenção das duas ditaduras durante o período da Segunda Guerra Mundial, que foi marcada pelo choque da ideia de democracia x estados autoritários. As relações luso-brasileiras tornaram-se, por isso, importantes veículos não apenas nas manutenções isoladas de seus sistemas políticos, mas também na confrontação ideológica com os modelos estrangeiros, principalmente em relação aos modelos anglófilos, representados pelas democracias-liberais inglesa e estadunidense.

A primeira aproximação real entre os dois governos nesta década aconteceu no ano de 1933 com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação que se baseou na liberdade comercial e de navegação e que previu a constituição de uma zona franca no território de cada um dos dois países para uma maior comercialização e proteção das marcas de café brasileiro (*Café do Brasil, Tipo Santos, Tipo Sul de Minas e Tipo Rio*) e vinho português (*Porto, Madeira, Moscatel de Setúbal, Carcavelos e Estremadura*). O tratado, no entanto, nunca teve reais condições de intensificar as transações comerciais dos dois países. Magalhães aponta que a crise econômica que assolou o planeta nos anos 1930 direcionou o governo brasileiro a intensificar seu modelo protecionista, o que prejudicou a efetivação do tratado de 1933 (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p.273).

Os dois governos voltaram a dialogar cinco anos mais tarde quando, em 1938, o governo luso enviou ao Brasil uma comissão para fortalecer o relacionamento comercial atlântico. O resultado desta missão acarretou na assinatura de um protocolo adicional em 21 de julho de 1941 no Tratado de Comércio e Navegação de 1933, em uma tratativa para a não elevação das taxas aduaneiras entre os dois países em alguns produtos. O propósito deste documento adicional era diminuir a intensidade do protecionismo que assolava os modelos econômicos dos dois países. O protocolo, no entanto, tinha pouco tempo de atividade, com duração de apenas um ano, com data de caducidade em junho de 1942, e teve por fim poucos resultados efetivos.

Ao mesmo tempo em que os dois governos buscavam estabelecer relações econômicas, dialogavam também no sentido cultural de modo bastante assíduo. Em 30 de abril de 1931 a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa assinaram um Acordo Ortográfico com o intuito de promover e unificar a língua portuguesa. Este primeiro acordo nesta década possuía importância porque, para além de ser um primeiro contato relacional entre os governos de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas, ele aconteceu dois anos antes do Tratado de Comércio e Navegação, o que demonstrou uma abertura maior de aspectos culturais nas relações luso-brasileiras.

A importância destes tratados culturais pelo lado brasileiro provinham da oportunidade da autopromoção, conforme formulado por Gustavo Capanema em 1934 em sua entrada na pasta da Educação e Saúde (GUIMARÃES, 2009, p. 137). O lado português também via nas relações com o Brasil a possibilidade de sua propaganda como nação civilizadora e capaz. O contato dos dois povos transformou o oceano Atlântico como um canal de ligação, com grupos de acadêmicos e intelectuais circulando entre a comunidade lusófona, principalmente entre Portugal continental e o Brasil (IBIDEM, p.138-140).

No cenário português, diversas ações demonstravam a importância dada pelo Estado Novo luso em relação ao "irmão brasileiro". A criação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura em Lisboa em 1935, a implementação da *Hora brasileira* na Emissora Nacional no ano seguinte e a entrega de dez das cinquenta cadeiras da recém-criada Academia Portuguesa de História para sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram obras de aproximação que ajudaram ainda mais na interação luso-brasileira. A participação de ilustres brasileiros como Gilberto Freyre, Mário Melo, Manuel Peregrino e Luís Camilo de Oliveira Neto no Congresso de Expansão Portuguesa no Mundo em 19 de junho de 1937, financiados pelo Ministério das Relações Exteriores de Portugal, foi outra importante interação entre os grupos de intelectuais dos dois povos.

Além destas ações, outras atividades relacionadas ao encontro de cientistas brasileiros com o antropólogo português Augusto Mendes Correia, ou

a criação do Grupo de Estudos Brasileiros na cidade do Porto em 1936 e a reinauguração da Sala Brasil na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 7 de dezembro de 1937 ajudaram a fortalecer os laços entre Portugal e Brasil. A Sala Brasil, que posteriormente tornar-se-ia o principal espaço de pesquisas sobre o Brasil em Portugal, foi renomeado como Instituto de Estudos Brasileiros quatro anos mais tarde⁴³ e tivera destaque nas relações dos dois países porque, mais do que academicamente, o instituto era imbuído de um grande caráter simbólico, pois refletia o jogo de estratégias políticas ao fortalecer tanto o posicionamento brasileiro quanto o português.

Se pelo lado tupiniquim, o Instituto de Estudos Brasileiros investia na possibilidade de expor ao “civilizado” continente europeu os avanços alcançados pelo povo brasileiro, no lado lusitano a oportunidade de demonstrar as qualidades modernas da sociedade brasileira era uma feliz ocasião para comprovar a contestada capacidade colonizadora dos portugueses, principalmente em um período onde a preservação dos territórios ultramarinos era não apenas um desafio, mas também um risco. O Instituto de Estudos Brasileiros fincava, portanto, um importante espaço de construção acadêmica e cultural para “o povo lusófono”, como uma espécie de elo entre os dois países e também uma vitrine para os demais centros europeus.

A partir do ano de 1941, os governos luso-brasileiro intensificaram ainda mais suas relações, decisão muito afetada pelos progressos da Segunda Guerra Mundial. Conforme Paula Santos aponta, este segundo momento iniciado em 1941 e que iria até o ano de 1945 é marcado pelas necessidades próprias de ambos os governos ditatoriais e pela propaganda agressiva e extremamente organizada, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, o que facilitou a progressão das relações culturais luso-brasileiras e acarretou no Acordo Cultural de 1941 (SANTOS, 2010, p.15).

Também durante os anos da beligerância houve grande cooperação diplomática e política entre os dois países. Esta aproximação tornou-se ainda

⁴³ A Sala Brasil fora apontada como um espaço produzido e destinado por estudantes brasileiros em Coimbra. No entanto a institucionalização do espaço é resultado mais da confluência de vontades e esforços dos dois governos, tanto no sentido diplomático quanto cultural, e de intelectuais de ambos os países do que apenas os esforços de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (GUIMARÃES, 2009, p.142).

mais aparente graças as similaridades de como as duas nações buscaram posicionar-se durante a guerra, tendo ambos se encaminhado como neutros até 1942, ano em que o Brasil entrara na guerra a favor dos Aliados e também tendo Portugal se posicionado sempre a favor da Inglaterra e efetivamente apoiado a estratégia britânica durante a guerra.

A cooperação luso-brasileira se intensificaria ainda mais após a entrada do Brasil no cenário da guerra, em 1942, tendo o governo brasileiro feito uma solicitação formal aos governantes portugueses pedindo que se interpusessem como representantes dos cidadãos brasileiros nos países inimigos aos do Brasil, com resposta positiva de Salazar, que imediatamente intercedeu por todos os cidadãos brasileiros presentes nos países do Eixo e em território francês. O governo português também buscou assegurar a manutenção da comunicação entre o governo brasileiro e seus diplomatas, tendo sido encaminhado pelos governantes lusos um canal exclusivo para as transmissões de decisões importantes que referissem aos representantes brasileiros no exterior.

2.3 - ACORDO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO E A CONFLUÊNCIA RUMO A UMA COMUNIDADE COMUM

As confluências presentes entre o governo brasileiro e o português levaram, no campo cultural, em 4 de setembro de 1941 a assinatura de uma tentativa de aproximação literária, cultural e principalmente ideológica, que foi denominado *Acôrdio Cultural Luso-Brasileiro*. Assinado por António Ferro, que era o diretor do SPN e Lourival Fontes que dirigia o DIP em 1941⁴⁴, o acordo dividia-se em dois artigos, sendo que o primeiro antevia a participação conjunta entre os dois órgãos através da presença de um delegado brasileiro no SPN e de um português no DIP.

⁴⁴ Lourival Fontes foi diretor da DIP durante os anos de 1939 a 1942, tendo sido sucedido pelo Major Coelho do Reis de agosto de 1942 até julho de 1943 e pelo capitão Amílcar Dutra de Menezes que dirigiu o órgão até a sua extinção em maio de 1945. Retirado de <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/DIP> acessado em 22 de junho de 2016.

No segundo artigo do acordo previa uma série de ações como a publicação de uma revista cujo nome especificara-se como *Atlântico*; a criação de uma divisão portuguesa na DIP e uma divisão brasileira na SPN; a troca de colaborações culturais e acadêmicas com o envio de palestrantes e artistas; a publicação e divulgação de livros, artigos e fotografias brasileiras e portuguesas nos dois países; emissões de rádios conjuntas; criação de um prêmio literário; troca de atualidades cinematográficas e colaboração recíproca em favor de uma orientação comum em todos os noticiários de divulgação que expressassem opiniões acerca de Portugal e do Brasil. O acordo previa, portanto, para além da colaboração cultural, uma cooperação em relação às orientações comuns dos Estados Novos⁴⁵. Apesar da imensidão de orientações citadas pelo acordo, um dos destaques presentes neste é a própria criação da revista *Atlântico*, quando no Artigo 2º cita-se que:

Para efeitos do artigo anterior, as duas secções criadas por êste acôrdo promoverão especialmente: (...) a criação duma revista denominada *Atlântico*, mantida pelos dois organismos, com a colaboração de escritores e jornalistas portugueses e brasileiros. (SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL. *Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1941)

A revista *Atlântico* era, portanto, um dos pontos fundamentais deste acordo cuja intencionalidade perpassava pela construção de uma identidade luso-brasileira e da política cultural, como nos moldes da "política do espírito" formulada por António Ferro⁴⁶. O acordo previa também a oportunidade de interação e troca de materiais literários, musicais, cinematográficos e acadêmicos entre os dois povos, facilitando o intercâmbio cultural e modernizando os espaços de produção intelectual dos dois países.

⁴⁵ Dentre as criações construídas através deste acordo de cooperação, destacava-se também a revista *Brasília*, publicada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. Com apoio do SPN, a revista tinha cunho acadêmico e focava-se nos segmentos das línguas, literaturas e história do Brasil. Para Élio Serpa, a revista tinha como propósito enfatizar que ambos os países não possuíam ideias divergente e de que, ao final, o Brasil era fiel a sua formação histórica.

⁴⁶ António Ferro descrevia a "Política de Espírito" como uma "matéria prima da alma dos homens e da alma dos povos", mas também via nesta uma oposição a política da matéria e a "tudo o que suja o espírito, fazendo o necessário para evitar certas pinturas *viciosas* do vício que prejudicam a beleza, como certos crimes e taras ofendem a humanidade, a felicidade do homem. Defender a Política de Espírito é combater sistematicamente, obra da vida e obra da arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio por simples volúpia ou satanismo". (TORGAL, 1999, p.405).

Para brasileiros, era uma possibilidade de expandir sua produção, oferecendo para os espaços europeus a produção intelectual do país, enquanto para portugueses era oportuno o intercâmbio da intelectualidade lusa com alguns dos artistas modernistas mais influente do mundo lusófono. O acordo era uma importante chance para os dois povos expandirem suas produções culturais, como espaço de propaganda para os governos e também uma oportunidade de construir temas centrais para os governos Estado Novistas como a defesa pelo "gênio colonizador" dos portugueses, a valorização das "práticas culturais" estabelecidas no Brasil e em Portugal, o destaque ao descrédito do sistema democrático liberal e a valorização das políticas praticadas pelos governos brasileiro e português.

2.4 - COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA: UM SONHO POSSÍVEL?

Como visto anteriormente, os princípios do século XX tiveram como principal característica nas relações panlusitanas a forte aproximação não apenas entre os dois governos como também entre ambos os povos. De uma relação firmada pelo simbolismo violento da colonização e pela não confluência de brasileiros e portugueses, as primeiras décadas dos anos 1900 apresentou a forte reaproximação de lusitanos e brasileiros, mesmo que lenta e não tão efetiva.

O grande ponto de convergência dos dois povos, se não anteriormente com a sucessiva interação de eventos que ocorreram durante a primeira década do século XX, foi definitivamente a queda da monarquia e consequente implementação da república portuguesa em 5 de outubro de 1910. Conforme Élio Serpa aponta, parte da intelectualidade portuguesa do período da Primeira República alimentava a ideia de um reagrupamento e do retorno da reprodução de interdependência entre Portugal e o Brasil (SERPA In. RAMOS et al, 2001, p.93).

Tanto das penas incansáveis de defensores do Império Atlântico como Afonso Celso, João de Barros e João do Rio, que dialogaram com os mais diversos intelectuais através de múltiplos espaços como as revistas "Seara

Nova”, “História”, “Águia”, “Nação Portuguesa” e “Lusitânia”, aos intercâmbios culturais que possibilitaram um verdadeiro diálogo cultural entre intelectuais dos dois países, as relações luso-brasileiras eram fortalecidas não apenas em nome da tradição comum, mas também pelas potencialidades que a interação dos dois povos se apresentava tanto para portugueses quanto para brasileiros. O domínio do Atlântico Sul, assegurado pelo triângulo Lisboa - Rio de Janeiro - Luanda despontava a oportunidade tanto brasileira quanto portuguesa de estabelecer na região sul do oceano Atlântico um grande complexo político e comercial, propiciando com isto um lugar de relevo destes dois povos no cenário político internacional após a Primeira Guerra Mundial (GUIMARÃES, 2009, p. 59; SERPA In. RAMOS et al, 2001, p.99).

Desta oportunidade, a interação entre lusos e brasileiros passou a ampliar-se, já que para além das palavras de uma aproximação cultural se estabelecia uma possibilidade de elevação no cenário internacional. A aproximação tinha em seu princípio, por este motivo, uma motivação de efetivo crescimento. Com o passar dos anos 1920 e a consolidação dos estados autoritários do General Carmona e Oliveira Salazar em Portugal e Getúlio Vargas no Brasil, as motivações da interação luso-brasileira seria reinterpretada para outros fins.

Com as movimentações internacionais ocasionadas pelos regimes totalitários nazifascistas, a política internacional estava estabelecida em um complexo processo de rivalidades imperialistas e de regimes políticos. Destas novas exigências relacionais, espaços como a Sala Brasil ou as revistas “Brasília” e “Atlântico” possibilitaram novas discussões, mas com o tema do panlusitanismo reestabelecido conforme registrado por Mário de Figueiredo, amigo pessoal de Oliveira Salazar, que expressou que “Portugal e Brasil – que foram um só povo, são comandados pelo fundo da mesma história e do mesmo sangue... As duas civilizações não podem ser divergentes: só podem ser paralelas” (SERPA In. RAMOS et al, 2001, p.114).

Com o estabelecimento do “imperialismo popular” como expressado por Fernando Rosas (1995, p.22) e a reafirmação do nacionalismo português através da reutilização do papel ideológico do “império”, durante os anos 1930

a ideia de panlusitanismo era uma forte vertente na consolidação do sistema de governo Salazarista. Para isto, portanto, era não somente possível como necessária a reprodução de uma comunidade luso-brasileira.

O sonho passado tornava-se não mais um desejo, mas uma necessidade governamental portuguesa. O “imperialismo popular” tinha como premissa a intervenção estatal no discurso nacional, afastando o discurso negativista da decadência portuguesa e reestabelecendo a positividade das virtudes do povo lusitano. O Brasil tinha, por isso, o papel fundamental para o reestabelecimento deste discurso resplandecente, pois não apenas era o mais rico dos territórios do antigo império como também se apresentava como uma jovem e promissora nação.

No lado brasileiro, os anos 1930 levaram ao fortalecimento das relações com Portugal por uma série de questões. Primeiramente, era manifesta a aproximação de Getúlio Vargas com os regimes autoritários europeus. Com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, e o fortalecimento do poder autoritário no governo brasileiro, Vargas necessitava dos mecanismos de legitimação para sua manutenção no poder, algo que o aproximava de governos como o de Francisco Franco e Oliveira Salazar.

Em segundo, a vitrine portuguesa na Europa possibilitava ao Brasil não apenas a oportunidade de propagandear sua soberania como país em franca expansão econômica no continente americano, como também ajudava no fortalecimento da identidade nacional brasileira, que ainda sofria da mescla cultural ocorrida poucas décadas antes pela grande imigração europeia para o país.

Por fim, a ideia de uma aliança luso-brasileira reintroduzia o discurso de um domínio do Atlântico Sul pelos povos de língua portuguesa, retornando ao sonho do triângulo comercial dominado por Rio de Janeiro, Lisboa e Luanda.

É evidente, no entanto, que em ambos os governos de Salazar e Vargas o panlusitanismo não era visto como um mecanismo de domínio internacional, mas sim de possíveis suportes supranacionais para a legitimação e fortalecimento de seus respectivos governos em cada um dos dois países.

Todavia, o esforço português demonstrava-se maior sobre as relações entre os dois países, visto não somente pelo forte investimento do país em criar mecanismos de interação cultural, mas também pelo manifesto esforço de António Ferro em produzir ferramentas para a aproximação.

O lado brasileiro, no entanto, ainda demonstrava inconsistência em suas atitudes e principalmente em seu discurso. O posicionamento de Oswaldo Aranha em relação aos regimes totalitários e sua influente aproximação com o governo dos Estados Unidos da América apontava a contradição do discurso brasileiro, que apresentava uma forte rejeição ao europeísmo, como apresentado no jornal Folha da Manhã de 17 de novembro de 1937 ao exprimir que:

É necessário levantar, sobre o Atlântico, de norte ao sul, uma parede espiritual que nos poupe das doenças que predominam na Europa... Ditaduras... comunistas e fascistas vamos afastá-las vigorosamente do nosso caminho... Identidade de interesses induz identidades políticas... Voltemo-nos, portanto, para os Estados Unidos. De lá virão os bons exemplos, que seguiremos, mais cedo ou mais tarde (apud MCCANN, 1995, p.62).

A dualidade pan-americanismo x europeísmo foi, portanto, uma constante não apenas dentro dos espaços de governo, com a participação de nomes importantes como o próprio Oswaldo Aranha, como também em parte da imprensa brasileira.

A dualidade que em vários momentos dificultou as relações entre Brasil e Estados Unidos foi fundamental para a colocação de Oswaldo Aranha na pasta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Americanista assumido, sua importância para a aproximação entre os dois países foi essencial, mesmo que sua visão política sobre a relação luso-brasileira fosse conflituosa no que diz respeito ao modelo panlusitano. Em uma carta de Aranha para Vargas, datada de 25 de janeiro de 1943, ele escreveu uma série de consequências que o Brasil deveria buscar com a segunda guerra mundial, dentre as quais a ascendência maior do Brasil a Portugal e suas possessões, ao mesmo tempo que esperava o colapso do império português nos anos seguintes ao do fim da guerra (IBIDEM, p.244). Sua presença, portanto, indicava não uma aproximação, mas sim um afastamento do sonho do grande império do Atlântico Sul.

Isto, no entanto, não impossibilitou a comunicação e aproximação dos dois países. Nos anos seguintes ao início da guerra, tanto Portugal quanto Brasil passaram a dialogar acerca de diversos temas de modo efusivo, utilizando-se principalmente dos mecanismos artísticos e culturais, conforme analisaremos nas páginas a seguir. Seriam em espaços como a revista *Atlântico* ou em congressos acadêmicos e culturais, portanto, que os grandes diálogos dos dois povos ficaram mais evidenciados nos anos 1940, e foram através destes espaços, também, que brasileiros e portugueses puderam aproximar-se politicamente sobre assuntos referentes aos seus próprios modelos governamentais e se apresentar como uma comunidade naturalmente aliada e historicamente coesa.

3 - A REVISTA ATLÂNTICO E A GUERRA: UM SÍMBOLO LUSO-BRASILEIRO

A revista *Atlântico* tem em suas origens o longo trajeto do diretor do SPN, António Ferro, verdadeiro idealizador dos mecanismos que foram utilizados para recriar e legitimar a Política de Espírito e os modelos Estado-Novistas estabelecidos nos dois países durante os anos da guerra.

Destacado escritor e jornalista, António Ferro teve uma carreira prodigiosa desde seus tempos de juventude em diversas revistas portuguesas como a *Orpheu*, *O Século* e no *Diário de Lisboa*. Apoiador de um Estado Intervencionista e contrário à ideologia liberal, em seu currículo ele possuía, para além de sua atuação artística, uma série de entrevistas com expoentes do autoritarismo e antiliberais europeus como Gabrielle D'Annunzio, Primo de Rivera, Mustapha Kemal, Adolf Hitler e Benito Mussolini, antes de ser nomeado diretor do Secretariado da Propaganda Nacional por Oliveira Salazar, órgão que foi diretor de 1933 a 1949. Desde jovem, atuou no cenário cultural português através do projeto da revista *Orpheu* em conjunto com nomes como Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa e Armando César Côrtes-Rodrigues. Participou ainda de outras publicações como a *Exílio* e de eventos artísticos.

Com forte viés modernista⁴⁷, principalmente nos anos pós-*Orpheu*, Ferro procurou olhar para fora de Portugal as novidades artísticas que tanto apreciava. Em sua busca por pares modernistas, ele teve contato com artistas italianos e brasileiros, tendo se estabelecido durante o ano de 1922 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Durante sua estadia no Brasil teve extensivo contato com o movimento modernista brasileiro e com os diversos intelectuais que posteriormente fizeram parte da *Atlântico*.

⁴⁷ A respeito do modernismo associado a António Ferro é preciso salientar que mesmo sendo reconhecido como um modernista, ele possuía politicamente e socialmente um pensamento conservador, podendo ser apontado como um modernista anti-moderno. Conforme explanado por Peter Gay (2007), os *Eccentrics*, conhecidos também por ele como *anti-modern modernists*, eram grupos de artistas ou figuras sociais modernistas da década de 1920 e 1930 que tinham como principais características a rejeição tanto do cânone quanto da tradição acadêmica e da cultural contemporânea, além de um forte desejo por estabelecer suas artes em uma futura e imaginável sociedade melhor (GAY, 2007, p.359-362).

Em seu período de vivência no Brasil, demonstrou grande apreço pelo teatro, do qual obtivera sucesso. Ao retornar a Portugal, produziu diversas obras como *Knock ou a Vitória da Medicina* e *Uma verdade para cada um*. Ferro, no entanto, viu-se cerceado por um público luso avesso ao modernismo, o que ditara a morte de seus projetos em um primeiro momento⁴⁸. Sua paixão pelo teatro, no entanto, foi demonstrada pela criação do itinerante Teatro do Povo, financiado pelo SPN e que percorreu Portugal durante seus anos na direção do organismo.

Como diretor do SPN expandiu os horizontes da propaganda nacional, espelhando-se nos modelos nazifascistas alemão e principalmente italiano. Já desde 1919, Ferro demonstrava-se participante dos espaços de discussão de ideologias ditatoriais, com publicações no periódico sidonista *O Jornal*, embalado por aproximações como a com Mussolini. Tinha particularmente bastante apressado pelo líder italiano por causa do forte protecionismo e investimento nas artes efetuados pelo ditador na Itália durante os anos 1920. Responsável pela propaganda do regime salazarista, Ferro teve papel fundamental nas principais obras propagandistas do governo português como a Revista dos Centenários em 1939, a Exposição do Mundo Português em 1940, evento que inaugurou o Padrão dos Descobrimentos em Lisboa de evidente inspiração modernista, e presidiu a Emissora Nacional em 1941, além de ter sido peça basilar na construção do Acôrd Cultural Luso-Brasileiro de 1941.

Ferro, todavia, teve como seu principal legado para as relações luso-brasileiras do período a divulgação da Política de Espírito, conceito criado e propagado por ele e que referenciou a Atlântico conforme exposto por Lourival Fontes no início da primeira edição da revista em seu texto *Unidade Espiritual*. A Política do Espírito não foi, por isso, apenas uma vontade imaginária ou teórica, mas uma política (como sua própria conceituação expõe) que determinava um conjunto de ideias a serem seguidas em suas atividades de propaganda e construção cultural.

⁴⁸ <http://www.modernismo.pt/index.php/antonio-ferro-1895-1956> acessado em 19 de agosto de 2017.

Ela acentuava-se, para isto, em três pilares: no uso da cultura como símbolo de nacionalidade e meio de propaganda; na tentativa de conciliar uma cultura tradicional lusitana com a civilização da modernidade, identificada no espírito do Estado Novo; e na recriação da cultura popular em torno dos ideais estado novistas, ou seja, na readaptação da cultura conforme as necessidades do "bem maior". A Política do Espírito deu o tom, portanto, de todas as sessões e diálogos entre os intelectuais dentro da revista Atlântico.

A Política de Espírito, defendida por António Ferro, buscou desde o seu princípio ser uma forma de contraponto de um modelo latino ao modo de pensar político e ideológico anglo-saxão. Sua base, por isso, foi idealizada na confrontação de uma identidade latina em relação aos modelos democráticos-liberais oriundos principalmente dos sistemas ingleses e norte-americanos. Confrontando o "Espírito" contra a "Matéria", Ferro apontou a existência de um binarismo entre o "Espírito do Bem", que seria propriamente o espírito exemplificado pelo "belo", pelas artes e pela moralidade espiritual cristã e o "Espírito do Mal", que é representado pelo satanismo e pelo materialismo. Conforme Graça dos Santos apontou:

Esta visão binária (espírito *versus* matéria, Mal *versus* Bem) subentende a orientação estética que será desenhada pela propaganda salazarista, e consequentemente ao apresentado na revista Atlântico. Associa-se o bem ao espírito (alma, sonho, céu...) e o mal à matéria (quotidiano, real, terra...); definem-se os artistas correspondendo a estes ditames como "criadores de beleza" devendo estes procurar as alturas e não o chão (SANTOS, 2008, p.62).

Foi com este idealismo binário e afluente em relação às “elevações latinas”, que se aproximam da religiosidade e das artes em relação aos sentidos mundanos, ao concreto, que aqui podem ser vistos como o estudo das economias, da política e do quotidiano, que a Atlântico foi idealizada. Foram com estas premissas permanentemente focadas em uma “espiritualidade e beleza” que a materialidade da revista foi construída.

3.1 – UM ESPAÇO DE RELAÇÕES: ANALISANDO A REVISTA ATLÂNTICO

A revista teve como característica o esmero pelos órgãos financiadores em sua produção, demonstrado no grande apreço não apenas pelo conteúdo do periódico como também por sua construção física e beleza artística. Os amplos investimentos presentes na parte artística e de modelação do periódico com a contratação do pintor, artista gráfico e decorador português Manuel Lapa⁴⁹ como diretor artístico da revista em suas seis edições de 1942 a 1945 demonstrou a importância dada à revista pelos órgãos competentes por sua produção. Lapa teve como trabalho preencher a *Atlântico* com imagens referentes ao conteúdo inserido no periódico.

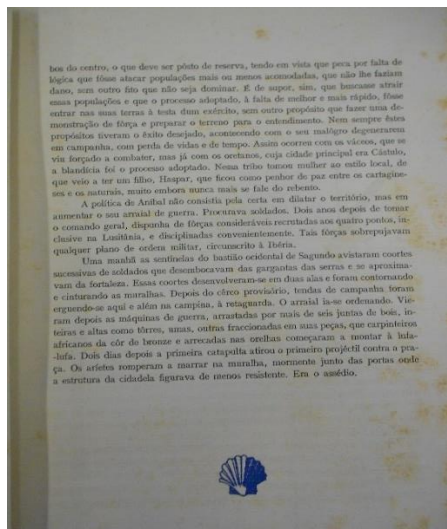
O primeiro destaque a ser notado sobre a revista é a qualidade de sua construção e apresentação. Ricamente ornamentada com imagens, enfeites e letras coloridas (uma cor para cada edição⁵⁰) cada uma das revistas *Atlântico* é cuidadosamente produzida, tendo a capa de cada edição uma coloração colorações diferente. Internamente o periódico possui letras de tamanho mediano, mas sem economias de espaço. A qualidade do material também se destaca, com folhas espessas e firmes.

Acerca da produção artística, é perceptível a ênfase de Lapa em apresentar imagens que se referem ao oceano Atlântico, símbolo que os diretores apontam como espaço que une os dois povos. Podemos visualizar destas referências ao mar pequenos desenhos de âncoras, conchas (FIGURA 1), cavalos-marinhos, águas-vivas e estrelas-do-mar preenchendo os espaços vazios da primeira parte de cada edição da *Atlântico*.

⁴⁹ Manuel Francisco de Almeida e Vasconcelos, também conhecido como Manuel Lapa, foi um pintor e artista gráfico português nascido em Lisboa no ano de 1914. Conhecido por ter sido professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa, Manuel Lapa fora um artista modernista da segunda geração de modernistas portugueses. Com grande afinidade com António Ferro, participou ativamente das atividades da SPN, tendo colaborado na revista *Panorama*, na *Exposição do Mundo Português* e na própria *Atlântico*. Ainda em 1948 integrou a equipe de artistas que fizeram a decoração do Museu de Arte Popular, tendo sido responsável pela produção dos murais das salas de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Algarves.

⁵⁰ As cores escolhidas para cada edição são a azul na primeira edição; dourado na segunda; cinza na terceira; alaranjado na quarta; marrom na quinta; vermelho na sexta. Não há, no entanto, referências dentro da *Atlântico* sobre as motivações para as escolhas destas cores.

FIGURA 1 - IMAGEM DE UMA CONCHA COM A FUNÇÃO DE PREENCHIMENTO DE ESPAÇO E ENFEITE DA OBRA.



FONTE: **Atlântico**, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 23.

A própria escolha da concha-do-mar como o objeto símbolo nas capas do periódico, tendo sido escolhido para estampar o centro da capa de cada uma das edições, demonstra o grande apreço dos editores da revista de enfeitá-la com os objetos e referências possíveis acerca das conexões entre portugueses e brasileiros, neste caso, o mar.

FIGURA 2 - CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA ATLÂNTICO: REVISTA LUSO-BRASILEIRA



FONTE: **Atlântico**, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942.

A revista é também ricamente preenchida com imagens referentes aos artigos, poemas, romances e ensaios, complementando-a com figuras de igrejas, pinturas famosas e desenhos autorais de influência modernista, criados especialmente para os textos. Vale ressaltar a forte presença modernista nas imagens e desenhos selecionados para a *Atlântico*.

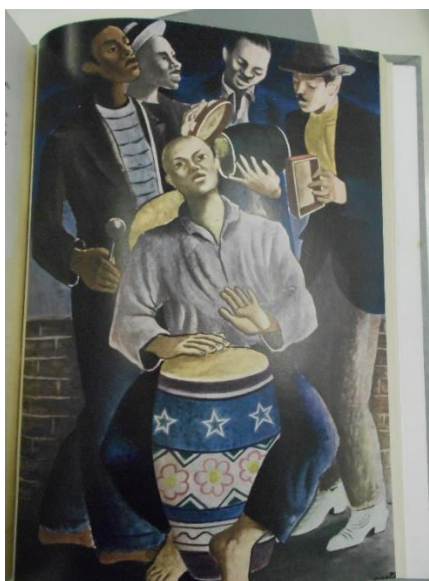
Conforme exposto anteriormente, a influência artística dominante dentro da revista foi o modernismo por conta da direção de António Ferro, José Osório de Oliveira e Manuel Lapa e é demonstrada nas diversas obras escolhidas para ornamentar o periódico, como visto em obras como *Pintura Brasileira* da artista Tarsila do Amaral (Figura 3), na obra *Escola de Samba* de Tomás Santa Rosa (Figura 4) ou nos diversos desenhos produzidos para a revista como o de Cicero Dias produzido para o poema *Pela Fé de Zambi* (Figura 5) e o desenho produzido para o poema *Última Canção do Beco* (Figura 6).

FIGURA 3 - PINTURA BRASILEIRA DE TARSILA DO AMARAL



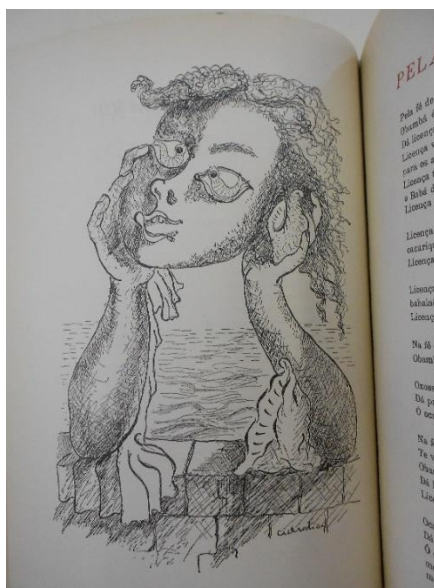
FONTE: **Atlântico**, nº6, Lisboa, SPN/DIP, abr. de 1945, p.173.

FIGURA 4 - ESCOLA DE SAMBA DE TOMÁS SANTA ROSA



FONTE: **Atlântico**, nº4, Lisboa, SPN/DIP, Nov. de 1943, p.142.

FIGURA 5 - PELA FÉ DE ZAMBI DE CICERO DIAS



FONTE: **Atlântico**, nº6, Lisboa, SPN/DIP, abr. de 1945, p.88.

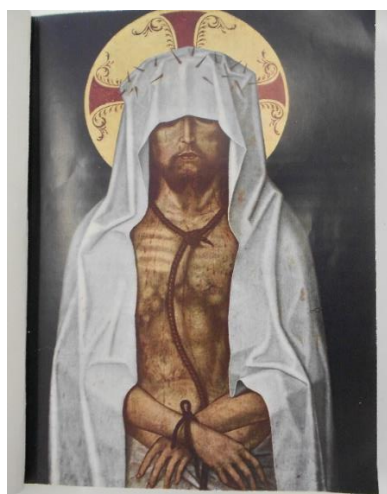
FIGURA 6 – IMAGEM DO POEMA ÚLTIMA CANÇÃO DO BECO



FONTE: **Atlântico**, nº2, Lisboa, SPN/DIP, out. de 1942, p.262.

Outros tipos de imagens que se destacam são as de cunho religioso. Parte predominante da construção identitárias luso-brasileira durante os governos varguista e salazarista, as imagens referentes a cristandade receberam também as atenções de Oliveira e Lapa. Este enfoque na temática religiosa é demonstrado pela colocação de figuras coloridas e com destaque dentro da revista, como visto logo no início da primeira edição com a presença da *Ecce Homo* (Figura 7) ainda antes da primeira página numerada.

FIGURA 7: ECCE HOMO



FONTE: **Atlântico**, nº1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942.

Esta reprodução da imagem *Ecce Homo* é particularmente interessante porque a obra é uma produção de enfoque cristão e originária do auge do imperialismo português, tendo sido produzida no século XVI por autor desconhecido, o que qualifica sua presença logo no início da revista como uma espécie de “benção” ao periódico, apresentando não somente uma imagem de Jesus Cristo como também transmitindo a lembrança de um período onde Brasil e Portugal ainda faziam parte de um mesmo Império.

Foi observado também a inexistência de imagens com ênfase patriótica, e as próprias cores utilizadas tanto nas figuras quanto para a decoração da revista não evidenciam finalidades nacionalistas. Averiguo, portanto, que as escolhas de ornamentação para a *Atlântico* são direcionadas para o aproveitamento deste espaço para promoção do modernismo como movimento artístico efervescente dentro do ambiente luso-brasileiro, constituído principalmente pela importante participação da direção da revista por Ferro, Oliveira e Lapa e pelo grande número de artistas e obras modernistas promovidas dentro do periódico.

No entanto, ainda a respeito da materialidade, no que cerne a utilização das figuras pelos diretores da *Atlântico*, é perceptível que diversas imagens postas dentro da revista possuem características de construção ou demonstração de aspectos culturais dos dois países, sempre interligadas com os assuntos dos textos publicados pelos colaboradores. As imagens produzidas ou apresentadas dentro da *Atlântico* possuem, por isso, forte apelo de construção deste espaço como um local de interações e constituições identitárias, de modo a afirmar às propostas de integração nacional da DIP e da SPN.

Um outro ponto percebido refere-se ao fato de que por ela ser ricamente ornamentada com diversos recursos visuais e desenhos próprios que reproduzem um sentido de grandiosidade e preenchimento de espaço para uma melhor sensação estética ao leitor, é perceptível a tentativa dos órgãos diretores de demonstrar todo o cuidado dos produtores da revista para fazê-la não apenas mais um meio de diálogo, ou um periódico passageiro, mas para apresentá-la como uma espécie de antologia da “raça lusitana”.

A ausência de publicidade é mais uma forma de apontamento a este aspecto da revista, tendo em todas as suas linhas o tom da *Atlântico* como um espaço de diálogo, conhecimento mútuo e reconstrução de uma identidade luso-brasileira, de modo a reatar os laços entre os dois povos. Por isso, acima de princípios como o lucro ou da importância dos valores privados ou materiais, este periódico é uma fonte que demonstra o esmero dos órgãos de imprensa e propaganda do Brasil e Portugal em relação a *Atlântico* e também da utilização da Política de Espírito em sua concepção.

Ainda sobre a materialidade, é de fundamental importância pontuar questões acerca do tamanho da revista, seu alcance e inserção dentro das sociedades brasileira e portuguesa e a periodicidade da mesma, já que estes interferem no modo como o periódico se relacionava com os diferentes sujeitos e espaços das quais estava presente. Não há muitas informações sobre o volume de distribuição do periódico, exceto a fala de José Osório de Oliveira nas notas da redação da segunda edição da revista em que o diretor aponta que “o êxito que a *Atlântico* alcançou no Brasil convence-nos de que seguimos o bom caminho da Aproximação” (OLIVEIRA In. ATLÂNTICO, n°2, 1942, p.367). Não há, entretanto, dados concretos e numéricos sobre a inserção da *Atlântico* dentro das sociedades brasileira e portuguesa, exceto o fato de que diversos intelectuais tanto a favor como contrários aos modelos governamentais de seus países participavam da revista.

Sobre este tema é preciso considerar também a questão de que a *Atlântico* era um espaço de diálogo entre as elites luso-brasileiras. Legitimadas pelo discurso intelectual e pela proteção do espaço estatal a revista era uma local que possibilitava tanto o diálogo entre as elites como a formação dos discursos raciais de construção de uma civilização atlântica assim como Oliveira apontou com o uso da palavra “Aproximação” em letra maiúscula. Esta peculiaridade não demonstra a simples vontade do contato entre os dois povos, mas também a constituição de uma unidade específica e conjunta entre os povos de língua portuguesa.

Não há informações a respeito da tiragem da *Atlântico* dentro de nenhuma edição da revista e a respeito da distribuída também há poucas

informações atribuídas sobre este aspecto para além de que a *Atlântico* circulou nas principais cidades dos dois países, especialmente em locais onde as elites letradas estavam mais presentes,

Existe, no entanto, uma única referência sobre a distribuição dentro do periódico, presente no texto *Viana da Foz do Lima de 1534* por Artur Maciel onde, ao fim do texto, foi posta uma nota de rodapé em que é apontado que “omitimos tôdas as referências a documentos ou indicações de fontes, dado o carácter literário desta revista. O autor reserva para o livro as notas que possam interessar os eruditos” (MACIEL In. *ATLÂNTICO*, n°3, 1943, p.21). Há através desta pequena fala uma referência a diferenciação entre grupos sociais distintos, um deles “os eruditos”, ou seja, estudiosos sobre o tema ou intelectuais interessados em questões literárias e técnicas, e outros leitores.

Como foi averiguado, no entanto, a *Atlântico* foi uma revista de cunho elitista e direccionada para o público letrado, com pouca presença de leitores que não fossem dos círculos intelectuais dos dois países. Através deste pequeno trecho, por isso, podemos refletir sobre a não necessidade de postar as fontes retiradas pelo autor do texto, já que praticamente todos os leitores da revista teriam de alguma maneira acesso à obra em que o texto está inserido.

A revista tinha como periodicidade de lançamento de cada edição uma duração de aproximadamente seis meses para cada nova publicação, mesmo que não houvessem datas específicas para seu lançamento. Houve, por exemplo, na edição 5 um atraso da edição, onde o redator José Osório de Oliveira expôs nas notas finais da edição que: “embora esta revista não tenha data certa de publicação, devemos confessar que o quinto número sai atrasado”. (OLIVEIRA In. *ATLÂNTICO*, n°5, 1944, p.204). Não houve enumerações dos motivos que levaram a quinta edição da revista ao atraso, há entretanto uma pequena indicação do que pode ter ocorrido quando o redator aponta na mesma nota que:

Não leva, êste número, as costumadas indicações bio-bibliográficas sobre os colaboradores. Tivemos que desistir do propósito de informar os leitores do Brasil sôbre os colaboradores portugueses por não podermos fornecer, aos leitores de Portugal, dados idênticos sôbre os colaboradores brasileiros (IBIDEM, p.204)

Há, portanto, uma indireta indicação de que a censura governamental foi efetuada na própria *Atlântico*. Não existe, no entanto, outros indícios acerca do evento, o que dificulta no aprofundamento sobre este caso. Mas não é impossível ou improvável que a demora da edição tenha ocorrido pela retenção de sua publicação por causa da própria censura do governo português.

Este aspecto nos apresenta a ideia de que a revista foi construída de modo a ser uma antologia portuguesa, pois para além das publicações, os organizadores da revista buscavam para cada edição um sentido e um tema, constituindo a publicação como um espaço para discussões delimitadas que abrangessem e valorizassem fundamentalmente o luso-brasileirismo, seus países, seus governos e “sua” cultura.

As questões que levaram a formação da *Atlântico* têm grande importância, por isso, para a sua publicação, principalmente referente ao fato de que, diferentemente da maioria das revistas que circulavam no período, a *Atlântico* é uma produção binacional, tendo interferência tanto do SPN e do DIP. Conforme o próprio José Osório de Oliveira escreveu nas notas da primeira edição da revista *Atlântico*: “Esta revista não surge por acaso, mas por determinação do Acôrdo Cultural. Por isso, tem uma razão de ser, um objectivo, um critério, uma feição especial” (OLIVEIRA In. *ATLÂNTICO*, nº1, 1942, p. 170), ou seja, a revista não estivera ali apenas para o contato de intelectuais dos dois países, mas por princípios estabelecidos e com metas traçadas pelos dois órgãos regentes.

O tamanho e forma de cada edição da revista e sua organização também são informações fundamentais para a análise de periódicos, tendo a *Atlântico* uma forma que estabelece cada edição com uma média de 170 a 200 páginas, com o formato semelhante ao de um livro para cada edição, divididas em cinco partes: O início de cada edição da revista é direcionado aos principais artigos e fragmentos de estudo selecionados pelo editorial, geralmente envolto em assuntos referentes aos assuntos culturais e políticos, por vezes selecionados sobre alguns temas específicos.

Neste primeiro espaço da revista é bastante perceptível desde a edição número um que os artigos mais específicos referentes às temáticas políticas se concentram aqui, além de haver em algumas edições versões escritas de discursos ou questões pertinentes ao lado político luso-brasileiro. Logo na primeira edição da revista tanto António Ferro quanto Lourival Fontes, então diretor da DIP, abrem a revista apontando os motivos de sua criação. Enquanto nas palavras de Ferro, a construção da revista está intrinsecamente relacionada ao fato de que “existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também existe, sonoro búzio onde se repercute a voz da raça, o *mare nostrum*, o Atlântico, pátria maior, pátria infinita...” (FERRO in. ATLÂNTICO, n°1, 1942), para Fontes não apenas a revista, mas o próprio Acôrdo Cultural desenvolveu-se pois:

Dêsse conhecimento resultará a defesa dum formidável património espiritual, que não é português, nem brasileiro, porque é comum. Na hora sombria, que o mundo vive, os esforços dessa natureza redobram de expressões. Os ódios insanáveis, as incompatibilidades rancorosas, os equívocos sem remédio dividiram os homens e os povos, à míngua de compreensão. Quando assim acontece, a conduta de portugueses e brasileiros, estendendo-se a mão sobre o oceano, reduzindo as distâncias e coordenando as vontades, constitui formoso exemplo (FONTES in. ATLÂNTICO, n°1, 1942, p.2-3).

Para ele a criação do Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro, acima da própria conexão histórica e espiritual dos dois povos, era uma reação ao que ele se refere ser um momento sombrio, no caso, a Segunda Guerra Mundial. Sua referência “as incompatibilidades rancorosas” é também uma crítica evidente a não aceitação da existência de outros modelos políticos e sociais, demonstrando também uma opinião recorrente do próprio Oliveira Salazar.

Além da primeira, houve apresentação de discursos também no quarto e quinto exemplar da revista. Enquanto na primeira edição, Ferro e Fontes introduziam os motivos da criação da revista, no quarto volume da Atlântico apresentou-se o discurso do embaixador brasileiro João Neves da Fontoura, que atuara como diplomata em Portugal dos anos de 1943 a 1945. Em seu discurso intitulado *A realidade do Acordo Cultural*, Fontoura buscou focar-se em duas questões bastante pertinentes para a Atlântico: a primeira é a ideia de solidariedade oceânica, da qual defende em conjunto com “a defesa da

civilidade cristã e a verdadeira flama da latinidade”, novamente se referindo à uma ideia de raça latina.

Para além desta defesa, a fala de Fontoura destaca-se pela sua pertinente descrição referente a Atlântico como “a publicação da mais luxuosa, da mais bela revista até agora editada em língua portuguesa” (FONTOURA In. ATLÂNTICO, n°4, 1943). Seu destaque para a revista Atlântico novamente recai a ideia da criação da revista como uma espécie de antologia da raça lusitana.

A quinta edição, no entanto, o destaque inicial foi o discurso de Getúlio Vargas em sua posse na Academia Brasileira de Letras em 29 de dezembro de 1943. Este foi o único momento em que foi apontada uma fala de um dos dois líderes de governo, o que amplia o destaque desta colocação na revista. Outro interessante ponto acerca deste espaço cedido para a presença do líder brasileiro é o particular cuidado artístico dado à fala de Vargas, tendo neste espaço uma decoração diferenciada que dá um sentido de valorização para o discurso do líder brasileiro.

Em sua fala, oriunda de um discurso externo embutido dentro do periódico⁵¹, a presença de uma fala dúbia e bastante discutível em relação aos próprios conceitos do Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro e da Revista Atlântico é perceptível. Se por um lado Vargas direciona sua fala a uma referente presença da *Política de Espírito*, quando aponta que “as energias sociais dispersavam-se estèrilmente e o desdém do “espírito” pela “matéria” tomava formas quási extravagantes”, estabelecendo relações com o discurso luso-brasileiro da época, Vargas encerra sua fala de modo bastante nacionalista, apontando que para além da emancipação política já adquirida, o Brasil

⁵¹ A presença de textos e artigos originados de obras externas e que foram embutidas dentro da Atlântico é uma constante durante todas as seis edições da primeira fase da revista. Como espaço de diálogo e propaganda nacional, é evidente que a propagação de ideias originadas de obras consideradas como referências ideológicas ou históricas pelo DIP e SPN acabaram fortalecendo os discursos presentes dentro da revista. Podemos perceber, com isso, que as escolhas de textos externos para serem adicionados dentro da Atlântico era uma oportunidade de propagação de certos aspectos ou comunicações pontuais acerca de temas específicos para fortalecer os laços de interação e conhecimento mútuo entre os intelectuais portugueses e brasileiros que interagiam com a revista.

encaminhava-se “a sua emancipação económica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural” (VARGAS In. ATLÂNTICO, nº5, 1944).

Sua fala, bastante dúbia, demonstra-se de certo modo deslocada do próprio julgamento da linha editorial. Há, no entanto, logo abaixo desta fala, uma pequena imagem de um aperto de mãos, em referência as boas relações luso-brasileiras. Não existem, no entanto, qualquer referência na edição seguinte a esta fala de Vargas. Suponho, no entanto, que da mesma maneira com a qual Vargas tratava suas relações com os Estados Unidos, tendo diversas vezes posicionamentos duplos, o mesmo acontecia com as relações luso-brasileira, dando a entender que Vargas buscava agradar não apenas os intelectuais interessados neste acordo como também aos nacionalistas contrários às relações entre os dois países.

Para além destes quatro discursos apresentados no começo das edições um, quatro e cinco, a primeira parte da revista era direcionada para artigos e estudos com temas referentes a lusofonia, lusitanidade, história e cultura portuguesa e brasileira. Os temas mais recorrentes entre as edições, no entanto, são os referentes as questões culturais e as artes.

Neste aspecto, destaco primeiramente os artigos de Mário de Andrade intitulado *O Génio e a Obra de Aleijadinho*, o de Reynaldo dos Santos chamada *O Significado Histórico e Artístico da Exposição de retratos Portugueses do Século XVII* e o de Otto Maria Carpeaux cujo título era *Antero de Quental e o Pensamento Alemão*. Meu destaque inicial a estes três artigos, presentes em ordem de escrita na primeira, segunda e terceira edição, deve-se ao fato de que todos possuem não apenas uma temática em comum, que é a ideia de uma construção artística, cultural e ideológica luso-brasileira, mas também apresentam uma confrontação com outras culturas oriundas de outras nacionalidades em um sentido de valorização da própria identidade lusa.

Enquanto no primeiro artigo, de Mário de Andrade, o autor busca expressar a arte intrinsecamente brasileira relacionando-a com a estrangeira ao exprimir que “as igrejas de Aleijadinho não se acomoda com o apelativo “belo”, próprio à São Pedro de Roma, à catedral de Reims, à Batalha, ou à horrível

São Marcos de Veneza” (ANDRADE In. ATLÂNTICO, nº1, 1942, p.25) e ele continua apontando que a beleza própria do Brasil é sua simplicidade pura oriunda da mestiçagem do colonialismo, ou seja, da portugalidade americanizada.

Tanto nos artigos de Reynaldo do Santos e de Otto Maria Carpeaux é possível ver este tipo de referência também. Enquanto em Santos, a própria construção da arte de retratos é intrinsicamente relacionada à pintura flamenga, onde o autor aponta que a pintura de retratos portuguesa se origina como uma escola artística por sua “visão de sensibilidade próprias”, distinguindo-a da flamenga, italiana ou espanhola, em Carpeaux a sua fala sobre Antero de Quental parte do mesmo pressuposto, afastando-o da filosofia alemã e transformando-o em um expoente da tradição filosófica portuguesa, mesmo que esta esteja “esquecida”. O artigo prossegue, então, apontando a falha lusa em prescrever a tradição filosófica portuguesa.

Esses três textos, como percebido, são exemplos de uma das principais características dos artigos presentes na Atlântico, onde os autores buscaram a lusitanidade se fundamentando no “outro”, demonstrando que “as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades” (APPIAH, 1997, p.243).

Ainda na primeira edição, outros dois textos colocados consecutivamente destacam-se por suas características de enfatizar a constituição da luso-brasilidade. Enquanto no primeiro, Luís Chaves escreveu em *A Alma Colectiva do Povo Português* um longo texto expondo a histórica característica portuguesa de ser uma povo “coletivo” e que culturalmente destaca-se por sua capacidade de fortalecimento das relações em conjunto com os vários povos, no texto seguinte Vitorino Nemésio produziu em seu texto intitulado *O Ilhéu Emigra* uma homenagem aos açorianos emigrantes, que com sua capacidade colonizadora, e seu convívio com o mar, induziu-os a não serem conservadores, mas sim exploradores. Esta perspectiva sobre o mar, por isso, torna-se, segundo os dois autores, uma característica tipicamente portuguesa de dar as costas ao continente, justamente porque “a terra é

conservadora” enquanto o mar chama, é magnético, atrai como uma melodia (NEMÉSIO In. ATLÂNTICO, n°1, 1942, p.66-68).

Nas três últimas edições, novos textos abrangem temas já debatidos nas edições anteriores, no entanto alguns destacam-se por serem não apenas estudos, mas simbolicamente espaços de expressão da defesa da luso-brasilidade. No texto da quarta edição da revista, chamado *O Mito do Brasil*, José Osório de Oliveira reproduz mais uma vez através de um texto de quatro folhas o recorrente discurso que embasava as relações luso-brasileiras. Dentro de seu texto, destaca-se a importância do Brasil não apenas como uma colônia, mas como o mito da promessa da felicidade portuguesa, e aponta através de uma breve análise de poemas portugueses que “o Brasil substituiu, entre os portugueses, o mito das ilhas; que esse país tem para nós todos, ou para quasi todos, um valor de mito” (OLIVEIRA In. ATLÂNTICO, n°4, 1943, p.14). A mitificação do Brasil lhe reproduz como um espaço de crescimento e valor, de civilidade e modernidade. É o espaço final para a civilização lusitana.

Já no texto de Vieira de Almeida, *Do Pensamento Português*, retorna-se a fala de Otto Maria Carpeaux, apontando uma “ineficiência” portuguesa de criar um ambiente filosófico próprio. Mas conforme apontado por Carpeaux, Almeida retorna a afirmar que a ausência de uma “escola filosófica” não significa a inexistência de uma filosofia portuguesa, e neste sentido ele a identifica através dos trabalhos de nomes como Sá de Miranda e Alexandre Herculano. O aspecto mais interessante acerca de seu trabalho, no entanto, é novamente a dualidade do pensamento português em relação ao pensamento anglo-saxão e germânico, presente quando o autor aponta que:

Impõe-se a união cultural do Ocidente, com todas as consequências que dela possam advir, quer da cultura típica, que da solidariedade consciente. E nela não parece que o pensamento português, criado finalmente o meio favorável ao indivíduo, não possa vir a ter lugar tão digno como o de qualquer outro colaborador, sem as ridículas, ilusórias, místicas e míticas vaidades de superioridade filosófica racial (ALMEIDA In. ATLÂNTICO, n°5, 1944, p.22).

Podemos perceber, portanto, que esta primeira parte da revista se destaca principalmente pela forte defesa ideológica da “civilização atlântica”, seja no sentido artístico, cultural ou filosófico.

Em seu segundo momento, a revista direciona os leitores à apreciação de poemas diversos, em uma quantidade que varia de oito a treze poemas por edição. Os poemas, curtos ou longos, direcionam seus temas tanto para o cotidiano urbano, quanto para temas como religiosidade, elevação espiritual e ao passado luso-brasileiro. Intercalam-se nesta sessão poetas brasileiros e portugueses, nas quais destacam-se escritores como Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meirelles, Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, Tristão de Athayde, Armando Côrtes-Rodrigues dentre outros. Outro destaque acerca deste espaço da revista é sobre a participação feminina nas publicações de poemas, tendo a primeira e a sexta edição a presença de quatro poemas produzidos por mulheres⁵².

No terceiro momento da revista, direcionada para a publicação de textos literários de escritores brasileiros e portugueses, os editores apresentam uma quantidade de cinco a dez textos literários por edição. Estes textos são referentes tanto a escritos próprios para publicações em periódicos quanto trechos soltos de livros autorais. Também é presente a existência de um texto produzido por um autor de uma das colônias africanas, como visto na participação do escritor cabo-verdiano Baltasar Lopes logo na primeira edição da revista. Sobre a sua participação, e de outros autores oriundos da África, José Osório de Oliveira, em suas notas ainda na primeira edição, aponta as particularidades que levaram a revista a dialogar com o autor cabo-verdiano. Segundo apontado por Oliveira:

Estamos perante êste facto, a da maior importância para Portugal como nação criadora de povos: uma geração de crioulos, queremos dizer de naturais de Cabo-Verde, descobriu que a sua terra tem, dentro do Mundo Português, a sua fisionomia própria e que lhes compete exprimi-la (OLIVEIRA In. ATLÂNTICO, n.º1, 1942, p.171).

A escrita de Baltasar Lopes, que tem como principal característica o seu posicionamento propriamente emancipador, no entanto, torna-se uma oportunidade de fortalecer o ideário político/cultural luso, com sua introdução na revista Atlântico passando a ser vista com bons olhos, pois, conforme ele é

⁵² Além dos quatro poemas na primeira e sexta edição, há na segunda edição um total de dois poemas produzidos por mulheres e na terceira, quarta e quinta edição a presença de um poema produzido por escritoras para cada edição.

inserido neste espaço ele se torna um exemplo do princípio “civilizador” do povo português, como exposto posteriormente na própria nota ao exprimir que:

Resultará daí, se é que não resultou já pelo simples facto de essa descoberta ter sido feita uma maior riqueza do “bloco de sentimento e cultura” que, no exacto dizer de Gilberto Freyre, Portugal forma com o Brasil e a Índia Portuguesa, a Madeira, os Açores e Cabo Verde (IBIDEM, p.171).

A exclusão da participação de escritores de outras colónias portuguesas na África, como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, no entanto, demonstra a complexa relação lusa com as possessões africanas. Enquanto Cabo Verde era um exemplo de “mistura racial”, tendo a população cabo-verdiana uma grande percentagem de miscigenados, os espaços africanos continentais eram vistos como recintos de negros, com ínfima população portuguesa, no geral limitadas a poucos bairros das capitais Lourenço Marques ou Luanda.

Baltasar Lopes, por sua vez, é conhecido por suas obras de valorização da cultura cabo-verdiana e da língua crioula, como visto em sua obra *O dialecto crioulo em Cabo Verde*, e também por ter participado do grupo da revista Claridade. Sua presença na revista, no entanto, foi utilizada como um símbolo da efetividade civilizatória portuguesa, contrariando o próprio propósito do grupo que tinha como principais movimentos a emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana em relação a Portugal. Não houveram outros africanos, no entanto, a participar da revista Atlântico.

Acerca dos textos literários escolhidos, destacam-se novamente a presença feminina nas publicações, com a publicação de quinze dos quarenta e sete textos literários presentes, totalizando 32% do número total apresentado na revista. Nomes como Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Rachel Bastos, Fernanda de Castro, Ana de Castro Osório e da Luzia (Luísa Grande) dentre outras demonstram o limitado mas presente espaço dado às escritoras brasileiras e portuguesas.

No quarto momento da revista retorna-se aos artigos e fragmentos de estudo. A temática deste espaço, no entanto, é menos relacionada às questões ideológicas ou políticas, mas sim de divulgação artística e cultural. Dos temas mais discutidos apresentam-se análises acerca das exposições musicais,

cinematográficas ou teatrais nas cidades do Rio de Janeiro e Lisboa. Há também uma vertente crítica neste espaço que direcionam seus destaques nas análises de livros, autores ou problemas estruturais dos espaços culturais luso-brasileiros, como visto nos artigos *Possibilidades do Cinema Português* de Fernando Garcia e *O preconceito “Intelectual” Contra o Teatro Português* por António Lopes Ribeiro.

Neste espaço há ainda a presença de discussões políticas acerca dos espaços de produção intelectual, como no texto do viseense Mario de Albuquerque, intitulado *O Papel das Universidades na Política Atlântica* na qual o autor aponta a importância da criação e suporte do Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de Coimbra e da revista Brasília para a expansão e consolidação da lusitanidade. Sua fala condizia com sua participação como professor da Cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, como um modo de expor a importância da expansão deste tipo de intercâmbio cultural entre as duas nações.

Na mesma edição, Luís Silveira aponta semelhante abordagem, em seu texto intitulado *A literatura Brasileira nas Universidades Europeias*. Sua abordagem expõe a natural presença conjunta dos estudos luso-brasileiros, e argumenta que:

Como ‘Atlântico’ é revista luso-brasileira e, portanto, espécie de tablado onde os dois povos de língua comum vêm conversar, não me pareceu despropositado escrever aqui sobre este tema pouco conhecido, visto que do esforço comum e bem combinado, em matéria de propaganda de idêntica linguagem e das duas literaturas na Europa, só bem pode advir para ambos os países (...) (SILVEIRA In. ATLÂNTICO, n°4, 1943, p. 150).

Ou seja, a revista expõe a importância e as conveniências da aliança proposta pelo Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro, demonstrando como a progressão cultural dos dois países andam de mãos dadas quando relacionadas em relação ao outro. Novamente é perceptível a ênfase da luso-brasilidade dentro dos discursos da elite intelectual da revista em relação às questões vindas do exterior, ou seja, de um espaço externo ao “império atlântico”.

Por fim, cada edição da *Atlântico* apresenta um espaço onde o redator expunha as notas referentes aquela edição, apontando erratas da edição anterior, dificuldades na publicação ou tirando dúvidas referentes ao prosseguimento da revista. Regularmente, excetuando-se na edição cinco da *Atlântico* como exposto anteriormente, apresentava-se também uma breve sinopse dos colaboradores da edição, contendo local de nascimento, atuação profissional e principais publicações ou trabalhos de cada um dos participantes da edição. Ao final deste espaço havia também a apresentação de algum documento ou comunicado oficial de um dos órgãos financiadores, tendo as edições um, três, quatro e cinco da revista um documento apresentado, enquanto as edições dois e seis não contém nada à disposição⁵³.

Logo na primeira edição a DIP e a SPN, em conjunto com o editor, escolheram por apresentar dois documentos, um deles de importância fulcral à própria existência da revista *Atlântico*: o Acôrdio Cultural Luso-Brasileiro (anexo 2). Foi exposto, portanto, na primeira edição a cópia do acordo cultural praticado pelos dois países, contendo os três artigos presentes no acordo.

Para além da cópia do Acôrdio Cultural Luso-Brasileiro, foi escolhido também exibir os resultados dos prêmios literários e artísticos do SPN, contendo todos os prêmios dedicados aos artistas portugueses pelo órgão desde 1934 até o ano de 1941. Dentre os prêmios presentes no documento estão o prêmio de História, Ensaio, Romance, Novela ou Contos, Literatura Infantil, Poesia, Teatro, Doutrina ou Polêmica, Reportagem, Inéditos, Prêmio de Camões, Pintura e Escultura. Cada um destes prêmios possui um “patrono” famoso, sendo nomes como Alexandre Herculano, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, Amália Vaz de Carvalho, Antero de Quental, Gil Vicente, António Enes, Afonso de Bragança, Luís de Camões, Columbano, Souza Cardoso e Manuel Pereira os homenageados respectivamente por cada um dos prêmios.

⁵³ Os quatro documentos apresentados ao final das edições da *Atlântico* são o anexo *Acôrdio Cultural Luso-Brasileiro* na primeira edição da revista (maio de 1942), três documentos de títulos *Amizade Luso-Brasileira*, *Política do Atlântico* e *Prêmio de Pero Vaz de Caminha* no terceiro volume (março de 1943), um anexo intitulado *Portugal Perante a Guerra* no quarto exemplar (novembro de 1943) e um documento de título *Convenção Luso-Brasileira sobre a Língua Portuguesa* na quinta edição (julho de 1944).

Logo na terceira edição, novamente são apresentados mais do que apenas um documento, tendo nesta edição a presença de três. O primeiro documento, intitulado *Amizade Luso-Brasileira*, é uma resposta a entrada brasileira na beligerância da Segunda Guerra Mundial. O documento contém um breve apontamento acerca da entrada do Brasil na guerra e em seguida dois pequenos textos assinados pelos respectivos diretores dos órgãos responsáveis: António Ferro e Major Coelho dos Reis. O segundo documento intitula-se *Política do Atlântico* e refere-se a uma pequena fala que António Ferro expôs no programa de rádio chamado “Meia Hora Brasileira”, na qual ele reapresenta a ideia da união atlântica entre os dois povos, demonstrando o apreço português pelo Brasil. Nesta transcrição, podemos perceber o constante sentido de valorização do oceano atlântico como elo de ligação entre as duas “pátrias irmãs”, ou como Ferro expressou:

O Portugal vivo – o que mais nos interessa – êsse também não está só aqui, esse também se encontra noutras partes do Mundo; está no meio do Atlântico, está na África e está na América do Sul, onde se chama Brasil. Por isso, a política do Atlântico não é, apenas, um tema, mas um facto. (FERRO In. ATLÂNTICO, nº3, 1943, p.213)

Neste texto podemos perceber novamente a invocação da ideia do Atlântico não como a separação, mas a ligação do grande império português. Por fim, o terceiro documento presente na revista é novamente a exposição de um prêmio artístico que se intitula como *Prêmio de ‘Pêro Vaz de Caminha’*. Diferentemente da edição um, no entanto, este documento tem como meta a apresentação das bases da criação deste prêmio, elaborado ainda no Acôrdo Cultural dois anos antes.

A quarta edição da revista apresenta apenas um único documento, cujo nome é *Portugal Perante a Guerra*. Como expresso pelo próprio nome do documento, esta é uma nota oficial tornada pública por Oliveira Salazar no dia 12 de outubro de 1943, e encaixada na revista para o seu arquivamento. O documento, dividido em cinco comunicados expressos pelo líder do governo português, é uma resposta a entrada do Brasil na guerra e à pressão dos Aliados pela utilização da base das Lajes no arquipélago dos Açores para fins de proteção da navegação no Atlântico Norte, e por isso possui grande importância sua publicação, como veremos no subcapítulo a seguir.

Encerrando os documentos presentes nas seis edições da revista *Atlântico*, o item intitulado *Convenção Luso-Brasileira sobre a Língua Portuguesa*, presente na quinta edição do periódico, é novamente a apresentação de um documento oficial assinado por Oliveira Salazar e pelo embaixador brasileiro João Neves da Fontoura sobre a criação do sistema ortográfico da língua portuguesa. A ideia central foi a aproximação da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras para o estabelecimento de um regime ortográfico único para a língua portuguesa, evitando as possibilidades da emancipação cultural brasileira, expressada pelas constantes tentativas de criar uma língua brasileira, tratativa bastante presente desde os finais do século XIX entre intelectuais e políticos nacionalistas e anti-lusitanos brasileiros⁵⁴.

A publicação dos documentos na revista foi mais uma oportunidade de apresentação destes em um espaço oficial para o conhecimento de suas existências pelos seus leitores e demonstração da efetividade do Acôrd Cultural Luso-Brasileiro do que a declaração de opiniões pessoais de indivíduos. No entanto, podemos perceber as duas escolhas de temas dos documentos, como: 1) Documentos relacionados ao Acôrd Cultural, contendo ações conjuntas de criação de premiações artísticas ou falas reafirmando o caráter luso-tropicalista da revista e 2) a apresentação de documentos oficiais referentes a participação e posicionamento das nações brasileira e portuguesa perante os acontecimentos da guerra. Estes documentos demonstram-nos os dois tópicos mais presentes referentes às relações luso-brasileira.

Apesar dos temas centrais da revista reafirmados continuamente durante a seis edições do periódico, através da análise dos participantes e dos indivíduos que formaram a *Atlântico* podemos perceber a grande complexidade que se entrelaçavam com as criações e publicações da revista. Personagens

⁵⁴ A criação do Acordo Ortográfico de 1943, que vinha desde 1931 sendo rotineiramente expressada como necessidade pelos dois países, e que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1944, no entanto, teve pouca efetividade. As persistentes divergências existentes entre as duas Academias apresentavam ainda os problemas ocasionados pelos regionalismos e nacionalismos presentes nos dois países, e foram um combustível não apenas para o fracasso do Acordo Ortográfico de 1943 como também para a posterior tentativa efetuada pelos dois países dois anos depois, no ano de 1945 e que também esteve fadada ao fracasso. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm acessado em 08 de agosto de 2017 às 19:24.

como o secretário da redação José Osório de Oliveira, ou participantes da revista como Sofia de Mello Breyner Andresen e Jorge Amado demonstravam como este espaço de aparente domínio ideológico era, na verdade, um complexo espaço de diálogo entre conservadores apreciadores dos sistemas de governo e oposicionistas declarados aos modelos político e ideológicos traçados pelos dois regimes existentes em ambos os países.

A participação dos diversos grupos dentro da Atlântico demonstra também os propósitos da participação de todos esses indivíduos. Se por um lado a ideia da edificação homogênea de uma identidade é falsa já que os diversos poemas, escritos e artigos trazem construções de diversas identidades luso-brasileiras, por outro as opiniões individuais dos colaboradores da revista são menos importantes do que a participação destes sujeitos neste espaço estatal de diálogo.

É evidente que não havia homogeneidade em um local com tantas figuras políticas diferentes, no entanto, este não era o cerne da participação de muitos deles na revista. Mais do que a própria individualidade, era necessário para cada um dos colaboradores se inserir em um grupo coletivo que remetesse a vínculos institucionais não apenas para propagar suas ideias mas para a própria legitimação destes indivíduos como intelectuais (PÉCAUT, 1990, p.25-34).

É preciso perceber também que os diferentes acontecimentos ocorridos durante o período de produção da revista, dentre os quais podemos destacar não somente a guerra, mas também as crises internas referentes as greves gerais de operários na cidade em Portugal⁵⁵ e o oposicionismo contrário ao modelo Estado Novista de Vargas proveniente de alas do Exército e de grupos prol democracia da população civil brasileira principalmente a partir de 1944, combinado com a participação massiva de artistas modernistas com posições contrárias aos dos governos autoritários, abrem precedentes para análises

⁵⁵ Dentre as principais greves de trabalhadores portugueses durante os anos de 1940 a 1945 em Portugal destacam-se a dos operários têxteis na Covilhã em 27 de novembro de 1941, a dos trabalhadores da Carris, da construção naval e dos estivadores entre os meses de outubro e novembro de 1942, a dos trabalhadores da produção de calçados e Oliva de julho a agosto de 1943 e a dos produtores rurais no Vale do Santarém em 1944.

minuciosas do rompimento da ideologia que pautava a Atlântico, demonstrando os conflitos e as complexidades que esta revista possui quando analisamos os discursos sócio-políticos presentes em suas páginas.

Um dos principais exemplos para perceber esta questão foi a participação na revista dos artistas Aquilino Ribeiro, Sofia de Mello Breyner Andresen, Jorge de Sena, Jorge Amado, Caio Prado Jr. e Carlos Drummond de Andrade. Tanto Aquilino Ribeiro quanto Sofia Breyner e o escritor Jorge de Sena foram opositores ao modelo estabelecido com a constituinte de 1933 em Portugal. Liberais e democratas assumidos, os três buscaram denunciar a truculência do regime salazarista. Aquilino Ribeiro e Jorge de Sena acabariam sendo perseguidos politicamente, acarretando na migração de Jorge de Sena ao Brasil e do veto da divulgação dos trabalhos de Ribeiro durante os anos do Estado Novo.

Do outro lado do oceano Atlântico, Caio Prado Jr. era considerado uma referência do Partido Comunista Brasileiro, notavelmente reconhecido pela iniciação de uma tradição historiográfica marxista no Brasil. Jorge Amado também era conhecido por algumas de suas obras como *Capitães da Areia*, *Terras do Sem-Fim* e *O Cavaleiro da Esperança*, famosas por suas abertas críticas sociais, e também a presença de Carlos Drummond de Andrade, que tinha uma clara oposição ao modelo adotado pelo Estado Novo brasileiro, demonstrado ao atuar como co-fundador da Associação Brasileira de Escritores, entidade que tinha como um dos princípios ser opositora ao governo Getulista.

A escolha pela abertura de espaço para esses intelectuais não era o desconhecimento de suas preferências políticas pelos regimes brasileiro e português, mas sim o investimento na construção de um patrimônio cultural. A ideia dos criadores da revista era a cooptação desses intelectuais, que claramente representavam as tensões entre um grupo de intelectuais e a máquina do Estado, evidenciada não somente pela questão ideológica, mas também pelo impasse entre o trabalho artístico e o cultural, ou seja, o voltado ao próprio trabalho oriundo das ideias do artista e o outro que era o divulgador da ideologia predominante, muito mais financiado e propagandeado.

O propósito maior para a abertura de espaço para estes intelectuais era claramente uma tentativa de promoção de uma identidade e uma memória coletiva, absorvendo as mais variadas vertentes ideológicas presentes nos dois países durante o período para a construção identitária desejada pela DIP e SPN, segundo os conceitos presentes na política de espírito e da civilização atlântica. A absorção da oposição para a unanimidade do pensamento orientado pelos estados novos, buscado antes de confrontar, absorver, preferindo engrandecer do que fragmentar era o maior desejo dos regimes estado novistas.

Um exemplo claro deste tipo de ação foi, por exemplo, a presença de Mário de Andrade na primeira edição da revista com seu texto *O gênio e a obra de Aleijadinho*. Apesar de sua atuação na já mencionada Associação Brasileira de Escritores no ano de 1942, sua presença na *Atlântico* no mesmo ano em que participara da fundação da Associação Brasileira de Escritores, entidade de aberta oposição ao modelo Estado Novista, tem como principal propósito o fornecimento de um estudo do folclore e arquitetura brasileira, em paralelo à de suas atuações políticas no período, demonstrando a maior importância na construção da luso-brasilidade acima das incongruências políticas existentes entre uma parte da intelectualidade e os governos.

A censura também merece destaque, tendo sido inclusive citada indiretamente nas notas da segunda edição da revista, quando é exposto por Osório de Oliveira que:

Esta revista, tendo só uma política: a luso-brasileira, não pode deixar de servir a ideologia nacional dos dois países, mas, sendo uma revista de cultura e de literatura, não pode também de deixar de conceder, aos seus colaboradores, brasileiros ou portugueses, ampla liberdade de pensamento crítico ou de expressão literária. Pelas Notas, não assinadas, é responsável o Secretário da Redacção; pelos ensaios, estudos ou artigos assinados, bem como pelos poemas ou obras de ficção, são responsáveis os seus autores. Fazemos, evidentemente, uma selecção, de acôrdo com o critério que os dois Directores da *Atlântico*, responsáveis pela orientação dos organismos que editam esta revista, entendem dever impor, aliás com mais ampla visão, à escolha dos colaboradores (OLIVEIRA In. *ATLÂNTICO* Nº2, 1942, p.368).

A redacção da revista deixava claro que havia uma seleção dos colaboradores e dos textos conforme a ideologia direcionada pelos dois órgãos

de imprensa. A censura estava não apenas presente como também era um fato aberto aos leitores da revista, o que não impossibilitou, no entanto, a presença de escritores contrários aos regimes, como nos casos de Aquilino Ribeiro, Sofia de Mello Breyner Andresen, Jorge de Sena, Jorge Amado, Caio Prado Jr. e Carlos Drummond de Andrade citados anteriormente. Regularmente cooptados pelos sistemas estado-novistas a escreverem com direcionamento referentes às ideias governamentais, estes intelectuais eram reconhecidos opositores dos estados vigentes.

A própria presença de José Osório de Oliveira é mais uma demonstração de como a *Atlântico* permanecia em contato com os diferentes grupos ideológicos, e fora pensada para circular entre a intelectualidade luso-brasileira, evitando bloquear as possibilidades existentes para uma mais profunda construção de identidade e memória coletiva. Sua função era uma das mais importantes para a publicação da revista, sendo ele o próprio Secretário da Redação em todas as seis edições da primeira fase da *Atlântico*. Ficcionista, poeta e crítico literário, José Osório de Oliveira circulara durante sua vida pelos diversos espaços do império português e pelo Brasil. Tendo frequentado diversas vezes o Brasil, Cabo Verde e a África ocidental, tornou-se nos anos 1930 um dos maiores defensores da aproximação literária luso-brasileira⁵⁶. Mário de Andrade descreve-o como um dos mais importantes sujeitos para a manutenção e efetivo sucesso do intercâmbio luso-brasileiro quando assinala que:

[...]Na verdade, creio que foi o sr. José Osório de Oliveira o primeiro intelectual português a conceber a nossa literatura como uma entidade unida e independente, um corpo lógico e tradicional em movimento evolutivo, e não apenas um florilégio de escritores que se sucediam esporadicamente, apenas vivos pelo acaso da maior ou menor inteligência que possuíam (ANDRADE, 1940, p.13).

Osório de Oliveira foi, portanto, um dos nomes que lançou a literatura brasileira em Portugal através de seus contatos, suas amizades e suas críticas literárias. O contato entre Mário de Andrade e Osório de Oliveira foi apenas uma das vantagens que deram suporte a revista *Atlântico* durante os anos do Acordo Cultural Luso-Brasileiro.

⁵⁶ http://acpc.bnportugal.pt/colecoes_autores/n24_oliveira_jose_osorio.html acessado em 23 de janeiro de 2017.

Outras ações feitas por ele, para além de sua relação com Mário de Andrade, foi o constante contato com intelectuais modernistas, atividade que ajudou a engrandecer a revista por terem ajudado a aproximar nomes não conservadores das artes do Brasil com a própria *Atlântico*, como no convite da colaboração de Cecília Meireles, efetivada pela escritora com a publicação do texto *Evocação Lírica de Lisboa*, ou na citação feita pelo próprio em sua análise do texto *Urupês* de Monteiro Lobato onde ele analisa um escrito que claramente possuía um viés anti-lusitano. José Osório de Oliveira seria, por isso, um importante nome para a continuidade da revista e também um elo entre o conservadorismo proposto pelo SPN/DIP e um passo para um diálogo aberto com intelectuais modernistas que efervesciam o cenário artístico português e principalmente brasileiro.

Os participantes das edições da revista *Atlântico* são, portanto, bastante heterogêneos, tendo em cada edição a presença de diferentes intelectuais dos dois países. Durante as seis edições da revista, apenas José Osório de Oliveira teve seis participações na revista. O pernambucano Álvaro Lins e o lisboeta Gastão Bettencourt são, após Osório de Oliveira, os dois maiores participantes da revista, com cinco presenças cada um. Em seguida, com quatro participações estão António Lopes Ribeiro, Fernando Garcia, Graciliano Ramos e João de Castro Osório. Com três participações apresentam-se Carlos Pereira, Jorge de Lima, Luis Silveira, Natércia Freire e Tristão de Athayde enquanto com duas participações aparecem Abgar Renault, Afrânio Peixoto, Alberto Osório de Castro, Augusto Frederico Schmidt, Cabral do Nascimento, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Queiroz, Correia de Melo, Dinah Silveira de Queiroz, Diogo Macedo, Edmundo Correia Lopes, Enêas Ferraz, Endouro Souza, Fernanda de Castro, Frederico Alves, J.A. Cesário Alvim, Jorge de Sena, José Blanc de Portugal, Luis Amaro, Luis Chaves, Manuel Bandeira, Manuel de Figueiredo, Maria da Graça Azambuja, Mário de Andrade, Murilo Mendes, Otto Maria Carpeaux, Paulo Silveira, Rachel Bastos, Tomaz Kim e Vinícius de Moraes. Os outros intelectuais participaram apenas uma única vez no periódico.

Conforme é perceptível, há uma grande mistura entre nomes brasileiros e portugueses entre os participantes da *Atlântico*. As dificuldades para a participação brasileira da revista, no entanto, foram apontadas por Osório de Castro nas notas da primeira edição, ocasionada pelos problemas de comunicação oriundas dos problemas da guerra. Por ser produzida e impressa em Lisboa, a participação de intelectuais portugueses era mais comum do que a brasileira.

Segundo apontei anteriormente, portanto, a *Atlântico* foi pensada e produzida para leitores específicos, sendo ela uma publicação menos direcionada a um público popular, mas sim ao público intelectual das maiores cidades portuguesas e brasileiras, principalmente ao grupo de artistas e intelectuais interligados aos meios governamentais. Suas referências, exclusivas aos principais centros urbanos, e a presença de escritores e intelectuais situados em sua grande maioria nas duas capitais nos remetem a conclusão de que o espaço de distribuição não ultrapassava os ambientes frequentados pelos grupos letrados de órgãos públicos, universidades, jornalistas, escritores, artistas e sujeitos políticos ou interligados aos status quo.

Sobre a distribuição da revista não há qualquer referência sobre o assunto dentro do periódico, exceto sobre as complicações causadas pela guerra na primeira edição da *Atlântico*. Entretanto, a repetição de colaboradores e as referências que estes fazem sobre artigos de outros indivíduos de edições anteriores nos propicia a entender que de fato a *Atlântico* era um espaço de diálogo entre escritores, jornalistas, pesquisadores e artistas, sendo o público que a consumia era o mesmo público que, de alguma forma, colaborava com a revista, todos interligados pelos contatos estabelecidos pelo DIP e SPN. Seu propósito como espaço de construção ideológica e cultural não era, por isso, comprometido com a limitada distribuição da revista, sendo sua popularização um dos menores dos propósitos, dando a perceber o viés elitista da revista tanto pela escolha dos temas, como pelo modo de escrita e pela própria interação apresentada entre os participantes dela.

3.2 - A GUERRA NA REVISTA ATLÂNTICO

O começo dos anos 1940 foram marcantes para as sociedades brasileira e portuguesa por suas indiretas participações no complexo processo da Segunda Guerra Mundial. As relações que estes países possuíam com aliados tanto no campo político quanto econômico os encaminhavam na difícil decisão de apoiar um dos lados da beligerância.

A revista *Atlântico*, por ser um meio de propaganda oficial dos dois governos apresentava a característica de evitar qualquer possível conflito com as potências beligerantes. A proibição de que a temática da batalha fosse apresentada nas seis edições da primeira fase da revista *Atlântico* de modo aberto para as discussões era evidente, mesmo havendo diferentes alas dentro do governo brasileiro e português sobre a atuação de seus países na guerra.

No cenário brasileiro, a conflituosa relação de Oswaldo Aranha com apoiadores do corporativismo e das ideias germanistas apontavam um difícil entendimento dentro do próprio comando brasileiro. Apoiando-se mutuamente, Francisco Campos, Gustavo Capanema Filho e o General Eurico Gaspar Dutra fortaleciam uma ala da administração brasileira que demonstrava menos entusiasmo com uma possível cooperação entre o Brasil e EUA. Em suas ações, como o boicote do General Dutra em relação às solicitações de reforço militar no espaço do norte do Brasil pelos Estados Unidos da América (MCCANN, 1995, p.220) e a instabilidade causada pela relação conflituosa entre Campos e Aranha dentro dos corredores da política brasileira⁵⁷ demonstravam a forte dualidade de forças entre um grupo que incondicionalmente apoiava uma aliança com os norte-americanos e um outro grupo mais pragmático em relação a aproximação entre os dois países.

⁵⁷ Francisco Campos e Oswaldo Aranha representavam nos finais dos anos 1930 duas alas diferentes dentro do governo varguista. Se por um lado Campos era um seguidor do modelo fascistas, tendo ele próprio redigido a Constituição de 1937 que deu luz ao autoritarismo do Estado Novo. Aranha, no entanto, simbolizava a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, tendo ele criticado o modelo do governo Estado-Novista e defendido a implementação de um Estado Democrático no Brasil durante seus anos como Ministro das Relações Exteriores. Em meio a estas questões, Campos buscou instabilizar a confiança de Vargas em relação a Aranha afim de promover o reforço do Estado Novo como um sistema político de partido único (MCCANN, 1995, p.65).

Por outro lado, o gradativo apoio que Oswaldo Aranha ganhava por parte dos intelectuais nos espaços públicos brasileiros era demonstrado com o escrito no jornal Folha da Manhã de 08 de dezembro de 1937 no qual seu editorial apontava que:

(...) é necessário levantar, sobre o Atlântico, de norte a sul, uma parede espiritual que nos poupe das doenças que predominam na Europa... Ditaduras... comunistas ou fascistas, vamos afastá-las vigorosamente do nosso caminho...Voltemo-nos, portanto, para os Estados Unidos. De lá virão os bons exemplos, que seguiremos, mais cedo ou mais tarde. (MCCANN, 1995, p.62)

Até a entrada na guerra pelo governo brasileiro, todavia, houve grande dualidade dentro das elites e dos intelectuais brasileiros em relação a quem o país deveria se aliar e apoiar. Apesar do eficaz trabalho de aproximação com os Estados Unidos providenciado por Aranha, as incertezas com relação ao desfecho da guerra e suas implicações no do pós-guerra ainda proporcionavam o debate de grupos europeístas e pan-americanistas.

Em Portugal também havia um cenário semelhante. Apesar do nacionalismo moderno português ter nascido através do sentimento anti-inglês acarretado pelo Ultimato Britânico de 1890⁵⁸, já durante os anos iniciais da Segunda Guerra Mundial dentro de Portugal era percebido um apoio da maioria da população aos britânicos.

Tanto os grupos de republicanos democratas quanto os apoiadores do retorno da monarquia liberal eram alguns dos principais grupos defensores da aliança luso-britânica. Mesmo dentro do regime salazarista, onde haviam de fato grupos pró-fascistas, nomeadamente na Legião e na Mocidade

⁵⁸Considerado como um dos marcos iniciais da queda da monarquia portuguesa, o ultimato inglês de 1890 decorreu-se pela disputa territorial do território do Zimbabwe entre o governo português e o inglês. Enquanto o primeiro desejava unir os territórios de Angola e Moçambique para a criação de um grande território português no continente africano, os ingleses tinham como interesse maior a criação de uma grande linha férrea que ligaria a região do norte da África até sua colônia sul-africana. Após uma série de pequenos conflitos territoriais dentro do continente africano sem haver um acordo entre ambos, os governantes ingleses decidiram enviar um documento que intimava o governo português a desistir de sua ideia de unificar os territórios, e que em caso negativo não haveria outra atitude senão a guerra. Com esta ameaça Portugal decidiu desistir do projeto. O resultado final, no entanto, seria bastante problemático para a enfraquecida monarquia portuguesa já que este evento fortaleceu os republicanos em Portugal, que buscaram capitalizar este fracasso acusando o governo de permitir a decadência do país. Os mesmos republicanos no ano de 1911 oficializariam a música "A Portuguesa", criada Henrique Lopes de Mendonça e Alfredo Keil em 1890 em referência a este evento, como hino nacional da nova República.

Portuguesa⁵⁹, a aliança entre portugueses e ingleses nunca obteve questionamentos já que desde o princípio do conflito a Grã-Bretanha haviam mais apoiantes dentro da sociedade portuguesa, enquanto os grupos de lusos inseridos no interior da elite salazarista que apoiavam a Alemanha detinham regularmente posições marginais dentro do próprio regime no que se referia a capacidade de influenciar as políticas do Governo (RIBEIRO, 2014, p.124-125).

Se por um lado, Salazar possuía amigos próximos assumidamente germanistas, como o intelectual e monarquista Alfredo Pimenta, a Igreja Católica teve forte participação no apoio aos britânicos, muito por conta da crítica à adoração do Führer, considerada conflitante aos preceitos cristãos. O posicionamento e modelo nazista era, inclusive, criticado publicamente pelo próprio Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, tendo alguns destes discursos dele acarretado, inclusive, protestos por parte do Embaixador Alemão o Barão Oswald Hoiyningen-Huene (IBIDEM, p.126).

Esta dualidade entre apoios e sentimentos pró-aliados e pró-eixo pelos dois países esteve presente nos diversos anos da guerra, até os decisivos decretos oficiais dos regimes brasileiro e português de apoio aos Aliados, efetuados respectivamente em 22 de agosto de 1942 e 12 de outubro de 1943. Este sentimento era, portanto, perceptível dentro das duas sociedades e evidentemente apareceriam nos materiais produzidos pelos dois governos.

A guerra era, por isso, um tema bastante conflituoso de diálogo dentro dos dois países durante os anos de 1942 a 1945, não apenas pelos conflitos internos como também pelas mensagens que poderiam transpassar para os países envolvidos no conflito internacional.

A Guerra através do silêncio

⁵⁹Dentro do regime Estado-Novista português diversos organismos pró-fascistas foram criados com objetivo de controle social e estruturação da hegemonia governamental através de instituições que mobilizassem a juventude de acordo com o ideário do poder ditatorial. Dentre as principais organizações para este fim podemos citar principalmente a Organização Nacional Mocidade Portuguesa (Mocidade Portuguesa) e a Legião Portuguesa (LP). Criadas no ano de 1936 com características pró-fascistas espelhadas no modelo italiano de mobilização da juventude, cada uma tinha propostas diferentes dentro do regime salazarista. Enquanto a Mocidade Portuguesa partia de princípios civis com ênfase na mobilização nacional dos jovens em prol da ideologia Estado-Novista, a Legião possuía caráter de formação militarizante.

Desde a primeira edição, a guerra esteve presente nos escritos e nos discursos expostos na revista, seja através das interferências ocasionadas pelos acontecimentos do conflito na produção e distribuição da *Atlântico*, ou pelo próprio propósito evidenciado pelos diretores do periódico para a sua existência e circulação.

Ela é, portanto, um assunto que está presente nas páginas da *Atlântico* tanto através dos diversos discursos dos participantes da revista, quanto de sua ausência. A Segunda Guerra Mundial acarretou, por isso, em uma interferência nas ideologias nacionais e internacionais apresentadas pelos colaboradores, ou nas análises acerca do continente europeu e americano, e aspectos humanos e sociais apresentados pelos escritores brasileiros e portugueses.

Durante as seis edições da primeira fase da *Atlântico*, aparecem dezessete referências acerca da guerra de um total de duzentos e vinte e nove artigos publicados pela revista, chegando a vinte e uma se incluir o espaço das notas do secretário da direção e dos documentos anexados ao final das edições.

Todas as referências aos acontecimentos do conflito, exceto os documentos e notas ao final das revistas, não são clarividentes, aparecendo principalmente em pequenas falas ou referências de textos com outras temáticas, acarretando em um silêncio em relação a guerra bastante perceptível.

O silêncio, todavia, é também um modo de expressar algo, e quando percebido pelo historiador em um contexto histórico e de discurso é bastante revelador sobre um processo ou acontecimento. Tanto o governo varguista quanto o salazarista eram Estados que viviam em um perigoso processo de neutralidade em que cada ação poderia evidenciar um posicionamento agradável ou contrário a um dos lados opostos da guerra⁶⁰.

⁶⁰ O posicionamento de neutralidade do governo brasileiro perante a segunda guerra mundial, que teve durabilidade de pouco mais de dois anos, sofreu em diversos momentos críticas de aliados e personagens influentes dentro do país. Enquanto Vargas usufruía da neutralidade

Conforme exposto anteriormente, apesar da Alemanha ter uma menor participação na economia brasileira se comparado aos Estados Unidos, ela ainda era uma importante parceira comercial. Mais do que isso, a forte presença germanista no Brasil, tanto entre os ideólogos do Estado Novo quanto na presença massiva de alemães e descendentes nos estados do sul, causava receio a grupos dentro do governo. O temor era de que possíveis ataques, sabotagens ou guerrilhas causadas pelos alemães residentes no Brasil, principalmente durante o ano de 1942, poderiam acontecer após a declaração de guerra do Brasil contra o Eixo⁶¹.

Para além disso, a grande presença de submarinos alemães em águas brasileiras e do Caribe ameaçavam a segurança da frota naval do país⁶². Com a política de fechamento de todos os partidos em 1937 e proibição de atividades políticas de estrangeiros em solo brasileiro (1938) a participação dos partidos nazista e comunista sofreram fortes revezes para a sua continuidade⁶³ no Brasil. O Estado Novo empenhava-se em cercear influências germânicas no país, tendo também proibido o ensino exclusivamente em língua alemã no país em 1939 e extinto a atuação da imprensa teuto-brasileira em 1941. Sua política dualista, praticada principalmente por Vargas até metade do período da guerra,

como forma de barganha diplomática, pessoas ligadas ao governo, representantes dos Estados Unidos e da Alemanha e amigos pessoais do próprio Presidente o pressionavam para um posicionamento do líder. No lado português o comércio de Volfrâmio com a Alemanha e sua localização geográfica de grande relevância para o processo da guerra no Norte de África dificultaram a permanência portuguesa na neutralidade pois tão logo a guerra iniciou tanto a Espanha quanto Portugal foram incorporados à complexa diplomacia do conflito.

⁶¹ Apesar de a ameaça nazista ter sido efetivada pelos ataques de submarinos na costa brasileira, tanto o General Eurico Gaspar Dutra quanto o Estado Maior do Departamento de Guerra dos Estados Unidos da América possuíam receio de que representantes das colônias de imigrantes alemães pudessem efetuar algum tipo de ação (OLIVEIRA, 2015, p.64-68).

⁶² Apesar de comumente ser um espaço de memória pouco falado, a Segunda Guerra Mundial teve desde o ano de 1939 um grande impacto tanto na vida econômica quanto social no Brasil e em Portugal. Em Portugal os efeitos da guerra foram bastante evidenciados por uma série de problemas como o crescente comércio ilegal de Tungstênio que causou severos problemas econômicos nas regiões de extração do minério (NUNES, 1999), a grande quantidade de imigrantes centro-europeus que fugiram do epicentro da guerra e circulavam por Portugal) e as frequentes escassezes de produtos básicos, energia elétrica e combustíveis (LOCHERY, 2012). O lado brasileiro também sofreu com severa falta de produtos básicos para transporte, alimentação e funcionamento das indústrias e vida urbana, além do constante medo de um ataque alemão nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e do Nordeste (FERREIRA, 2017).

⁶³ Criada após a descoberta dos documentos do Plano Cohen, que supostamente apontavam uma insurreição comunista no país, a suspensão da atuação de todos os partidos políticos que não fossem o do governo interferiu também na atuação alemã em solo brasileiro. Tendo aproveitado a forte presença de imigrantes teutos nos estados do Sul, a própria embaixada da Alemanha através de seus consulados buscou coordenar organismos de associação para maior propagação do conteúdo nazista durante os anos 1930 até o ano de 1938.

ainda tinha forte influência na escrita dos intelectuais brasileiros sobre o conflito dentro dos canais de diálogo estatais.

No outro lado do Atlântico, situação semelhante decorria. Conforme Nelson Costa Ribeiro aponta, a neutralidade portuguesa derivava-se de uma relação lusitana com ingleses e alemães. Enquanto a sociedade portuguesa demonstrava-se pró-britânica em quase sua totalidade, tanto a venda de um material estratégico como o Tungstênio aos alemães quanto a insegurança da manutenção da soberania nacional pelos portugueses os obrigavam a manter suas relações com o governo de Berlim.

O ataque ao avião civil 777^a pela Luftwaffe que vitimara dezessete pessoas, dentre as quais o ator Leslie Howard, que havia saído do aeroporto de Lisboa às 09:30 da manhã de 1º de junho de 1943 com destino à Londres e a manutenção da tripulação e passageiros do navio Serpa Pinto no meio do oceano Atlântico entre a rota Lisboa-Nova York em 26 de maio de 1944 demonstravam a forte pressão alemã sobre Portugal (LOCHERY, 2012, p.141; p.174-177). Para além disso, a constante ameaça de uma invasão nazista ao solo lusitano para a manutenção do comércio de Tungstênio e afastamento dos Aliados da Península Ibérica assolava o imaginário tanto de Salazar quanto da inteligência britânica (IBIDEM, p.152-153).

Em ambos os casos, portanto, é perceptível a existência de uma neutralidade dependente, conforme exposto por Gerson Moura em sua análise sobre o processo ocorrido no Brasil (MOURA, 1992, p.187). Segundo Moura “devido à tendência globalizante da guerra moderna, apenas Estados muito poderosos eram capazes de respeitar e impor os direitos e deveres inerentes à política de neutralidade”, ou seja, a necessidade de manter-se afastado da beligerância de todas as maneiras possíveis para a manutenção de suas respectivas seguranças nacionais derivavam das imposições que apenas potências bélicas teriam capacidade de infligir, contexto que claramente podia ser percebido tanto na relação brasileira quanto portuguesa em relação a guerra.

Esta política de neutralidade dependente é possível de ser evidenciada pelo silêncio na *Atlântico*, que demonstra a incapacidade de posicionamentos oficiais ou extraoficiais de representantes ou sujeitos dos dois governos em espaços públicos. A escolha pela inexistência de comentários e artigos referentes as notícias da guerra são, portanto, indicativos das políticas de neutralidade que os dois governos utilizavam e que somente foram encerradas a partir do segundo semestre com o desembarque Aliado na Normandia no dia (06/06/1944), evento que liquidou com a capacidade alemã de atacar Portugal, fosse diretamente ou a partir da Espanha, e com o envio da Força Expedicionária Brasileira para a frente de combate na Itália (02/06/1944), o que tornava-se mais um fator a constranger Portugal em seu comércio de materiais estratégicos com a Alemanha.

Todavia, mesmo com as dificuldades estabelecidas por esta condição, ainda assim o conflito global tornou-se um assunto presente dentro da revista. Logo na primeira edição, Lourival Fontes⁶⁴ cita em seu texto *Unidade Espiritual* um dos aspectos mais trabalhados pelos colaboradores da revista sobre a guerra: sua percepção da ausência de humanismo dentro do conflito. Conforme Fontes escreve: “Os ódios insanáveis, as incompatibilidades rancorosas, os equívocos sem remédio dividiram os homens e os povos, à míngua de compreensão” (FONTES In. *ATLÂNTICO*, n°1, 1942, p.2-3). Sua frase não é um apelo pelo fim do combate, mas sim um importante símbolo para o seu argumento de união luso-brasileira que aponta o traço comum de neutralidade e recusa da participação do conflito pelos dois povos.

Fontes não fora o único a usar dos argumentos da guerra para legitimar as componentes comuns do processo das relações portuguesa e brasileira iniciado nos anos 1930 e confirmados pelo Acôrdo Cultural de 1941. Augusto de Castro, na segunda edição da *Atlântico* vai além ao expressar-se acerca da

⁶⁴ Jornalista de formação, Lourival Fontes foi um político brasileiro que teve como principal atuação a direção do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre os anos de 1934 e 1937, o Departamento Nacional de Propaganda (1938) e o Departamento de Imprensa e Propaganda entre os anos de 1939 a 1942. Com forte ligação com a AIB, fundou e dirigiu em 1931 as revistas *Política* e *Hierarquia* que tinham entre seus colaboradores nomes como Olbiano de Melo e Plínio Salgado. Fontes participou do Estado Novo até sua exoneração em outubro de 1945 quando assumiu o cargo de embaixador brasileiro no México.

guerra em seu texto *Juventude e Esplendor do Brasil*. Ao referir-se ao Brasil como o futuro da comunidade lusófona, Castro aponta que:

O viajante que hoje deixa a Europa e chega à América sente, vivo e incontestável, esse contraste entre a fadiga de um Mundo, esgotado por todas as apreensões e incertezas e a euforia, o alvorecer, como que a adolescência de uma civilização embriagada por todas as grandes ilusões da Vida que a experiência da Europa parece ter momentaneamente perdido. (CASTRO In. ATLÂNTICO, 1942, p.193)

Para ele, a temporária decadência europeia contrastava-se com a juventude americana, em que “Não há ontem, nem hoje. Há futuro. A própria Natureza conjuga o verbo ‘será’” (IBIDEM, p.193). Ele apontou em seu texto, portanto, que a guerra se originou da progressão de conflitos e relações passadas que acarretaram em um presente funesto. Em sua fala, entretanto, ele usava o continente americano como exemplo contrário para demonstrar como esta região possuía as forças motrizes da evolução e do crescimento, ao contrário do continente europeu.

Seu artigo, todavia, adentra novamente de forma abstrata na abordagem das relações luso-brasileiras. Prosseguindo, Castro segue declamando através de metáforas sobre as forças empreendedoras do Brasil, e de sua missão histórica de “que seus braços se alargam, como a sua alma, para seu berço atlântico e histórico, que é a gênese de seu gênio” (IBIDEM, p.204). A guerra é, por este motivo, uma força que deve fazer com que o Brasil se aproxime de Portugal, desempenhando sua missão histórica como país de origem lusa.

A ideia da qual Castro defendeu expõe “as grandes mentiras geográficas” que deveriam ceder para a constituição de uma nova ordem mundial marcada pelas “ordens geográficas”. Ele defende com isso que a Segunda Guerra Mundial se ocasionou principalmente pela incapacidade europeia de distinguir as “mentiras” que “a delimitação política dos continentes e dos mares em fronteiras territoriais ou oceanos que não correspondem às suas demarcações psíquicas e etnográficas” (IBIDEM, p. 205).

Esta teoria buscou atender a defesa da aproximação e da união luso-brasileira, da qual o autor aponta como a chave para o sucesso futuro da sociedade humana. Seu discurso, entretanto, buscou adentrar um outro

importante componente existente durante o período da guerra e que em 1942 estava ganhando cada vez mais força, principalmente dentro do espaço político e público brasileiro.

Pan-Americanismo x Panlusitanismo

O Pan-Americanismo circundava a política brasileira desde o período anterior ao da Segunda Guerra Mundial. Foi, no entanto, durante este conflito que houvera uma maior ênfase na entrada brasileira nos planos continentais.

O pan-americanismo, embora sempre presente, foi refutado por intelectuais brasileiros desde os anos 1920. Ideias como a do escritor uruguaio José Enrique Rodó, que denunciou o expansionismo estadunidense e apontou o excesso de “materialidade” no modelo social e ideológico da sociedade dos Estados Unidos⁶⁵, circulavam pelas elites brasileiras desde os anos 1920 e ganhavam nova força com a circulação da Política de Espírito de António Ferro que fundamentava as políticas relacionais dentre Portugal e Brasil.

Havia, portanto, uma contraposição bastante evidente entre o panlusitanismo e o pan-americanismo dentro das sociedades portuguesa e brasileira. Enquanto para pensadores, intelectuais e membros do governo a aliança brasileira com países americanos, sendo os Estados Unidos o principal país e símbolo desta união, era a mais evidente ação diplomática a ser efetivada, defendida principalmente por Oswaldo Aranha, era perceptível ainda a presente força das ideias anti-imperialistas dos Estados Unidos dentro de grupos de intelectuais da sociedade brasileira⁶⁶.

⁶⁵ Segundo exposto por Maria Helena Capelato e Leslie Bethell, Rodó foi um escritor sul-americano que exerceu forte influência em parte da elite brasileira dos anos 1920. Foi através do livro *Ariel* que Rodó expôs a teoria que o povo estadunidense vivia em uma sociedade fundada na “materialidade” enquanto os povos latino-americanos descendentes de portugueses e espanhóis tinham por base a “espiritualidade”, apontando assim que havia uma contraposição entre “matéria” e “espírito” na sociedade humana. Esta teoria, no entanto, não foi criada por Rodó mas tem origens na hostilidade hispano-americana em relação ao pan-americanismo e ao imperialismo estadunidense. Para mais informações ver em: CAPELATO, M. H. **Os Arautos do Liberalismo**: imprensa paulista 1920-45. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989; BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. In: **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, jul/dez. 2009.

⁶⁶ Em relação ao conflito entre panlusitanismo e pan-americanismo é preciso apontar que mesmo que existente dentro de grupos de intelectuais ou de alguns setores da população brasileira, dentro do governo brasileiro de fato nunca houveram dúvidas em relação à qual

Presentes dentro das páginas da *Atlântico*, esses grupos conseguiram demonstrar o incômodo presente em relação às influências norte-americanas no cotidiano e nas produções culturais brasileiras, como evidenciado por Luís Silveira, que em 1943 apontou que “nem a poderosa atracção dos Estados Unidos da América, nem qualquer outra influência exterior, bastam para a explicar (...)” (SILVEIRA In. *ATLÂNTICO*, n°4, 1943, p.149) em referência a pouca participação da literatura brasileira nas universidades europeias. As influências norte-americanas no Brasil dos anos 1940 eram manifestadas e percebidas com desconfiança pelos escritores e intelectuais portugueses do período.

Augusto de Castro foi outro que escreveu sobre o tema. Apesar de apontar os problemas da Europa em guerra, para ele “a Europa é a oficina da dor do Mundo. Mas é também a oficina de seu génio” (CASTRO In. *ATLÂNTICO*, n°2, 1942, p.207), ou seja, apesar das dificuldades ocasionadas pelo conflito em solo europeu, ainda sim o continente era o epicentro da civilização mundial. Em relação ao pan-americanismo, ele vai além ao apontar que “acima de tudo (...) pan-americanismo e Euro-América, política continental e política atlântica, brasilidade e lusitanismo, são, não apenas conciliáveis, mas expressões do mesmo génio político” (IBIDEM, p.206). Ou seja, Castro defendia a conciliação entre as relações luso-brasileiras e pan-americanistas, demonstrando que mesmo que problemática, a Europa ainda devia ser o centro de atração das relações entre os países.

Entretanto, para ampliar ainda mais a discussão, a dualidade de ações do governo varguista evidenciava a complicada relação brasileira com o pan-americanismo. Esta política de Vargas demonstrava a dificuldade brasileira de estabelecer alianças mais profundas com democracias liberais quando na verdade o próprio governo brasileiro tinha grande apreço pelos modelos político e econômicos estabelecidos no continente europeu, em especial na Itália,

aproximação diplomática o Brasil tomaria, sendo as relações com os Estados Unidos da América a clara escolha diplomática do Estado brasileiro desde o princípio da guerra.

Alemanha, Portugal e Espanha. Castro buscou também em seu texto dialogar com esta relação dúbia brasileira, tendo exposto que:

A América do Norte e a América do Sul constituem, geograficamente, a América. Mas, nem étnica, nem moralmente, constituem uma unidade histórica. A frondosa árvore da civilização sul-americana ergue a sua luxuriante vegetação e a sua magnífica sombra no continente americano, mas suas raízes mergulham na Europa, e nenhuma força as arrancará de cá. A América do Sul é a Euro-América. Geograficamente, americana; espiritualmente europeia (CASTRO In. ATLÂNTICO, n°2, 1942, p.205).

Para ele, e conseqüentemente para os diretores da Atlântico pela escolha e publicação de seu texto, havia a necessidade da defesa da panlusitanidade em confrontação com o pan-americanismo que vinha em franco crescimento desde o ano de 1940 e principalmente a partir de meados do ano de 1942. Este pan-americanismo crescente, principalmente com a entrada do país norte-americano na guerra, fora fundamental para regar a efetivação da aliança brasileira com os Aliados, em especial os Estados Unidos dois meses antes da publicação da segunda edição da Atlântico.

Outros autores buscaram denunciar essa grande “americanização”, buscando contrapô-la ao panlusitanismo. Fernando Garcia, em seu texto na primeira edição da revista, datada de maio de 1942, quando o Brasil já havia rompido relações diplomáticas com os países do Eixo mas seguia sendo formalmente neutro trazia semelhante indagação acerca das relações entre Portugal, Brasil e Estados Unidos, em seu texto sobre o cinema português. Ao final de seu escrito, ele apontou a dificuldade de colaborações luso-brasileiras no campo do cinema e expôs que “o homem perdido no canto do mundo ilustra a idéia de Nova-Iorque, ou do trabalho no Texas, com as imagens que o Cinema americano lhe levou. Cruzam pouco o Atlântico as imagens do Rio de Janeiro e de Lisboa”, demonstrando a influência estadunidense em um espaço que deveria ser de um maior diálogo entre Portugal e Brasil para a constituição do que ele chama de “Cinema de Língua Portuguesa” (GARCIA In. ATLÂNTICO, n°1, 1942, p.169).

Esta condenação ao pan-americanismo também encontrou espaço nas teorias espiritualistas defendidas pelos intelectuais portugueses e brasileiros, conforme percebido pelos escritos de Genolino Amado que traz à tona a

decadência material dos Estados Unidos através de seu artigo *O prestígio dos vulgarizadores* presente na sexta edição da Atlântico.

Retornado de viagem de Nova Iorque, Amado apontou em seu texto o “prestígio popular que envolve tantas mediocridades amenas, tantas inteligências fáceis, às vezes de índole exclusivamente recreativa” das obras literárias apreciadas entre as populações estadunidenses. Para ele, a “intenção de lucro positivo e imediato compromete mesmo os seus mais inocentes prazeres” (AMADO In. ATLÂNTICO, nº6, 1945, p.175), fazendo com isto um paralelo ao materialismo anglo-saxão e o espiritualismo latino demonstrando como esta materialização inibe a apreciação de prazeres como o da leitura.

Ele prossegue apontando a incapacidade de o cidadão moderno da “entrega do seu próprio ser a uma expressão da vida que não tenha vantagem certa, que não representa uma aquisição ou uma defesa” (IBIDEM, p.175). Para Amado, portanto, sua experiência nos Estados Unidos apontou a incapacidade dos estadunidenses de terem um genuíno crescimento espiritual ao produzir ou efetuar questões mundanas ou prazeres cotidianos. Sua crítica dá ênfase ao materialismo enfraquecedor do próprio ser⁶⁷.

Álvaro de Barros Lins na terceira edição da Atlântico foi outro que se expressou sobre a aliança entre Brasil e EUA em seu texto *O crítico Tristão de Athayde*. É evidente que em 1943 a aliança entre Brasil e Estados Unidos estava bastante avançada, mas isto não inibiu Lins de apontar a necessidade da aproximação luso-brasileira como uma forma de direcionamento histórico, ao declarar que:

⁶⁷ Apesar da forte presença nacionalizante entre os intelectuais brasileiros dos anos 1930 que buscaram compreender o conceito de Brasil através de diversos livros como *Raça e Assimilação* (José Francisco de Oliveira Viana), *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* (Gilberto Freyre) e *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda), os anos da segunda guerra mundial foram marcados principalmente pelo fortalecimento de uma identidade americana do Brasil, tendo o próprio governo varguista participado nesta empreitada com a publicação no jornal oficial *A Manhã*, a partir de agosto de 1941, de uma sessão dominical intitulada *Pensamento da América* que tinha como função a promoção dos acontecimentos culturais, literários e intelectuais contemporâneos de todo o continente americano, incluindo a América Espanhola e Estados Unidos, tendo funcionado o espaço até fevereiro de 1948 (BETHELL, 2009, p.305).

Onde vou concordar com o espírito em “equilíbrio” do sr. Tristão de Athayde⁶⁸ é no seu ensaio sobre os Estados Unidos, pois não define só uma posição pessoal, mas aquela que deve ser a posição do Brasil. A nossa aliança política e econômica com os Estados Unidos, que é uma atitude lógica e necessária, não deve levar o esquecimento do que somos como nação e como cultura (LINS In. ATLÂNTICO, n°3, 1943, p.171).

Evidentemente Lins refere-se novamente a espiritualidade em relação a materialidade, expressando que apesar da necessidade brasileira de se relacionar economicamente e politicamente com os Estados Unidos, a verdadeira união, historicamente confirmada e honesta, seria com Portugal pela unidade cultural, histórica, religiosa e espiritual. Lins prossegue apontando acerca da espiritualidade ao afirmar que:

As relações entre os homens não são apenas continentais; elas são pessoais, nacionais, continentais e universais. Estamos dentro de vários círculos que nos prendem à humanidade, ao continente, à raça, à nação, à profissão, ao nosso próprio ser (IBIDEM, p.171).

Sua defesa segue referenciando a incapacidade de uma plena união entre o Brasil e os Estados Unidos, mesmo que originários do mesmo continente, por sua impossibilidade de entendimento espiritual. E vai além ao expressar-se sobre as relações pan-americanas ao apontar que:

Teremos que nos situar em cada um desses círculos sem trair os demais; e para harmonizar o círculo pessoal e o círculo nacional com o círculo continental, teremos de não esquecer a nossa tradição portuguesa e católica. É sempre o problema da fidelidade colocado diante de cada ser individual ou colectivo que pretenda subsistir (IBIDEM, p.171).

Ele assinala através da fala acima algo além da própria aliança política ou econômica ao utilizar o termo “problema da fidelidade” que denuncia uma incapacidade de relação efetiva entre os dois povos durante o período da guerra.

⁶⁸ Alceu Amoroso de Lima, também conhecido sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, foi um importante crítico literário, professor e líder católico brasileiro. Já na década de 1920 buscou escrever sobre o modernismo brasileiro, movimento que também era adepto, além de ter participado da fundação da Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro onde foi docente na cadeira de literatura brasileira de 1941 até 1963. Dentro de sua vasta produção bibliográfica destaco o livro *Mitos de nosso tempo*, obra citada por seus pares dentro da Atlântico em que o autor dialoga com diversos conceitos que circulavam durante os anos 1930 como Raça, Classe, Nação, Cultura entre outros.

Fica manifesta a preocupação de Álvaro Lins sobre as relações entre Portugal e Brasil. Mais do que isso, no entanto, a preocupação de Lins evidenciava-se pela indecisa relação do governo brasileiro com o regime salazarista. Já nos meses finais de 1942, Vargas estimulava o povo brasileiro a acreditarem na política estadunidense e de seu líder, Franklin Roosevelt. Aranha ia além, anunciando o Brasil e os Estados Unidos como “nações cósmicas e universais”, definindo que ambos tinham como futuro uma aliança duradoura (MCCANN, 1995, p.243).

Aranha, entretanto, percebia a necessidade do Brasil de angariar uma posição nos conselhos militares supremos. E para isto ele observava nas colônias portuguesas na África uma possibilidade de se expandir para exigir os territórios ultramarinos portugueses, das quais ele expunha que eram “em defesa de um patrimônio que é hereditariamente dos brasileiros”. Esta sua estratégia focava na possibilidade de uma ascendência cada vez maior do Brasil sobre Portugal e suas posses ultramarinas (IBIDEM, p.244).

Vargas também demonstrava interesse acerca das possessões portuguesas no Atlântico. Em conversa com Roosevelt em 30 de janeiro de 1943, o líder brasileiro demonstrou-se à vontade com a possibilidade de uma invasão brasileira com suporte estadunidense ao arquipélago dos Açores e da Madeira caso a política de Oliveira Salazar não se alterasse nos meses a seguir (IBIDEM, p.246).

Havia, portanto, uma tensão sobre as relações luso-brasileiras que não poderiam ser evidenciadas de forma veemente pelos participantes da *Atlântico* nos finais do ano de 1942 e princípios de 1943, claramente demonstradas pelas ações políticas pró-estadunidenses e pan-americanistas de Aranha e Vargas, mas que foram expressadas de forma indireta e alegórica com temor através do texto de Álvaro Lins na terceira edição da revista publicada em março de 1943.

Ainda na terceira edição da *Atlântico*, foi exposto um documento referente a entrada do Brasil na guerra, sendo este o primeiro pronunciamento oficial de um dos dois países sobre o conflito entre todas as edições do

periódico. Foi anexado ao final da edição os telegramas enviados pelos dois diretores da Atlântico com o sentido de demonstrar uma posição de apoio lusitano a entrada brasileira na beligerância em agosto de 1942. Dentro do documento exposto, aponta-se que:

Independentemente da especial posição política de Portugal perante a Guerra, entendeu, por isso, o Director português da Atlântico, dever testemunhar ao Director brasileiro a sua solidariedade no momento em que os acontecimentos levaram o Brasil para a beligerância. (ATLÂNTICO, n°3, 1943, p.211)

Oficialmente, portanto, existia ao menos indiretamente um apoio português a entrada brasileira na guerra, mas deixando clara a “especial posição política” do governo português, segundo apontado pela revista, o que declamava o tênue estado de neutralidade em que passava Portugal. Este momento de não envolvimento português com a guerra, entretanto, vai se definir ainda em 1943 com a publicação da edição seguinte da Atlântico.

Na quarta edição da revista, datada de outubro do mesmo ano, a direção desta procurou anexar ao final do periódico um documento cujo título é *Portugal Perante a Guerra*. Neste documento, onde foi afirmada a posição lusitana na guerra, foi exposto que:

Portugal deu agora, à nação aliada, a colaboração que a sua neutralidade condicionada permitia, como deu ao Brasil a sua solidariedade moral no momento em que o povo lusíada da América definiu a sua posição no conflito mundial (ATLÂNTICO, n°4, 1943, p.171)

Este posicionamento português exprimia a necessidade lusitana de concluir de forma positiva o complexo processo de negociações da qual Oliveira Salazar e o governo britânico tiveram durante o ano de 1943 para a cedência do arquipélago dos Açores ao esforço de guerra britânico e estadunidense. Conforme apontado por Lochery, as negociações luso-britânicas ocorreram de forma bastante conturbada, com participação também do governo estadunidense que tinha interesse no arquipélago para a manutenção e fortalecimento do cenário de guerra no Atlântico Norte. A cedência dos Açores aos britânicos, ocorrida em 17 de agosto de 1943, não significou a permissão para a utilização da base das Lages, na Ilha Terceira do arquipélago dos Açores pelos Estados Unidos, porque segundo Salazar, se

assim o fizesse estaria infringindo os termos da neutralidade de Portugal⁶⁹ (LOCHERY, 2012, p.205).

Um outro ponto a ser destacado do documento é em relação ao apontamento de que a colaboração portuguesa foi limitada pela “neutralidade condicionada” em que o país se situava. Fica evidenciado pelo próprio documento, portanto, que a *neutralidade dependente*, conforme exposto anteriormente, era percebida. Enquanto esta frase foi uma maneira de registrar a impossibilidade do governo luso de acompanhar o Brasil no conflito (ainda que Salazar não tivesse nem vontade e nem condições de assim fazer), é também um modo de informar o apoio português nas causas Aliadas em um período que as forças nazistas já não ameaçavam mais a soberania lusitana.

O documento publicado na Atlântico também expressava a “solidariedade moral” ao esforço de guerra brasileiro que estava iniciando a sua participação na beligerância com a criação da FEB no mês de agosto, dois meses antes da publicação da edição.

No documento, todavia, o governo português apontou que “O acôrdo relativo ao uso das facilidades nos Açores é de natureza puramente temporária e de modo nenhum prejudica à manutenção da soberania portuguesa sôbre o território português” (ATLÂNTICO, n°4, 1943, p.171). É possível perceber através deste trecho não somente uma informação sobre a temporariedade do acordo luso-britânico para a utilização do arquipélago dos Açores, mas também uma mensagem de afirmação sobre a soberania de Portugal sobre os seus territórios ultramarinos. Esta é, por este motivo, uma mensagem não somente de notificação acerca do acordo, mas uma afirmação governamental sobre a manutenção de seus territórios e uma espécie de reconhecimento de que era impossível de impedir os Aliados de utiliza-los, demonstrando o atrelamento político, econômico e diplomático português com a Grã-Bretanha.

⁶⁹ Embora Salazar não permitisse a utilização norte-americana da base das Lages, a insistência do governo Roosevelt acarretou na utilização efetiva da base pelos militares estadunidenses. Para evitar qualquer problema em referência a sua situação de neutralidade, Portugal permitiu a utilização da base pelos Estados Unidos desde que as forças estacionadas na base estivessem sob o comando britânico, o que passou a acontecer a partir do final de 1943.

Apesar de pouco perceptível, este documento apresentado três meses após a assinatura do acordo de 18 de agosto de 1943, que oferecia as facilidades dos Açores aos britânicos, é um recado não somente aos brasileiros sobre a manutenção da neutralidade portuguesa, mas também uma confirmação do posicionamento do regime salazarista em relação a guerra e a estratégia dos aliados. É certo, todavia, que com a cedência do arquipélago dos Açores aos britânicos as possibilidades de invasão brasileira com apoio estadunidense no arquipélago tornaram-se inviáveis, ainda que fossem e tivessem sido consideradas.

A raça em prol da neutralidade

A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial definiu-se de modo bastante complexo através de relações de amizade, dependência e subordinação tanto com Londres quanto com Berlim. Como apontado anteriormente, o posicionamento de Portugal durante a guerra foi estabelecido muito por causa de sua aliança com o governo britânico, e nunca ficara verdadeiramente contrário ao posicionamento dos Aliados, em especial da Inglaterra, que também evitava afrontar os interesses nazistas na península ibérica para assim manter a região longe da beligerância.

Apesar de diversas dissidências no modo como ingleses e portugueses se relacionaram, como verificado especialmente na forte presença germanista no comando da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), ou na complacência de Oliveira Salazar em relação a atuação da espionagem alemã em seu país, além da venda de material de interesse estratégico à indústria de guerra alemã a aliança luso-britânica nunca havia durante os anos da guerra ficado em segundo plano.

Na Atlântico, a permanência da neutralidade lusa também foi um tema abordado na quarta edição da revista, datada de outubro de 1943, onde o portuense Álvaro Ribeiro no texto *Programa de um Estudo Nacional* apontou uma série de estudos que se referiam ao entendimento de Portugal e que afirmou:

A atitude de Portugal perante a Europa, o significado anímico e espiritual da fronteira ibérica dos Pirinéus, a inexistência de portos portugueses no mediterrâneo, o rumo atlântico da expansão, a desatenção lusitana perante os dramas da Europa Central, tudo isso deverá ser explicado geográfica e etnologicamente (RIBEIRO In. ATLÂNTICO, n°4, 1943, p.8).

A fala de Ribeiro expõe a opção lusitana pela neutralidade, afirmando-a como uma escolha Ibérica (e, portanto, ele insere a política espanhola em relação a guerra também) como uma motivação oriunda da etnologia. A ideia de que a localidade geográfica distanciava os povos ibéricos dos demais povos europeus não era uma teoria nova, já que fora apontada anteriormente por Gilberto Freyre em suas teorias do luso-tropicalismo nas quais ele explanava que a colonização demonstrara como os povos latinos, em especial ibéricos, diferenciavam-se dos demais povos europeus.

Para Ribeiro, portanto, a neutralidade portuguesa originava-se não das opções políticas ou econômicas oriundas da aliança luso-britânica, mas sim de um distanciamento ibérico em relação ao restante da Europa, dando ênfase nas conexões ibero-americanas.

Esta relação dúbia de Portugal com o Brasil e com a Europa ocorreu de modo semelhante ao visto anteriormente sobre o pan-americanismo e panlusitanismo. Se por um lado Portugal voltava-se para o Atlântico na tentativa de uma aproximação com o Brasil em defesa da panlusitanidade, por outro as enfermidades da Europa em guerra afetavam-no diretamente através do grande fluxo de refugiados e das tensões e crises nas relações diplomáticas. Marcelo Caetano⁷⁰, em seu texto *Inquietação e Esperança*, presente na primeira edição da revista publicada em maio de 1942, expressou-se em relação a este tema ao apontar que:

Por mais que as cisões a tenham retalhado, apesar das lutas fratricidas que loucamente a ensangüentam, a Europa é ainda uma

⁷⁰ Político e Jurista português, Marcelo Caetano formou-se em Direito pela Universidade de Lisboa em 1927 onde também obteve o título de Doutor em 1931. Já em 1928 atuava no espaço público português como auditor jurídico do Ministério das Finanças. Em 1933 participou da redação do Estatuto do Trabalho Nacional e da Constituição no governo de Salazar. Foi apenas a partir da década de 1940, no entanto, que se inseriu no espaço político de Portugal sendo designado como Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, cargo que ocupou de 1940 a 1944 e onde demonstrou sua ideologia reformista perante a condução política de Salazar. A partir de 1944 foi integrado ao regime por sua característica crítica, forte prestígio e influência que detinha por seus anos na Mocidade Portuguesa.

comunidade cimentada por profundas solidariedades históricas, económicas e culturais (...) Amamos a Europa, com ela sofremos física e moralmente e sabemos que, aconteça o que acontecer, partilharemos de seu destino (CAETANO In. ATLÂNTICO, n.º1, 1942, p.9).

Caetano expõe através da fala acima a existência de laços continentais portugueses com a Europa. Se por um lado, Ribeiro em sua fala buscou distanciar a península ibérica do continente europeu, ao apontar Portugal e Espanha como países que, de alguma maneira, não se conectavam espiritualmente com o restante da Europa e de seus problemas, Caetano em seu discurso apontou para o outro lado, fortalecendo os laços portugueses com o velho continente e com suas dificuldades oriundas da guerra, definindo que, de alguma forma, Portugal posicionou-se em relação aos acontecimentos da beligerância, ao contrário da “desatenção” teorizada por Ribeiro.

As relações ibéricas foram também um outro ponto mencionado dentro das páginas da revista. Ainda que os diretores da Atlântico regulamentassem que não era de interesse da revista a exposição de questões políticas ou diplomáticas a respeito da política externa portuguesa com outros países, haviam alguns discursos da relação portuguesa com a Espanha que apareciam por meio das relações culturais.

Ribeiro, como demonstrado anteriormente, definira que “o estado anímico e espiritual da fronteira ibérica”, quando relacionado com a atitude de neutralidade da península em relação a guerra, era similar entre os dois países. Apesar de pouco preciso em relação aos fatos históricos, onde a Espanha efetivamente apoiou o Eixo durante a guerra, tanto no sentido comercial quanto diplomático e militar através do envio de uma divisão de voluntários para lutarem com os nazistas contra a URSS. A neutralidade espanhola, no entanto, permaneceu durante todos os anos da guerra, contrariando inclusive as exigências do governo de Berlim e a vontade de Hitler, que fora pessoalmente em outubro de 1940 até Hendaia para se encontrar com Franco em uma tentativa de induzir a entrada da Espanha no conflito.

A aliança luso-espanhola, entretanto, frequentemente era uma questão fundamental para os dois países. Aliada importante dos britânicos, Portugal

tinha uma fundamental posição geográfica na entrada do Mar Mediterrâneo, e dava espaço para apoio logístico britânico na beligerância no norte da África. A Espanha, por outro lado, desde a guerra civil espanhola se via atrelada ao governo alemão, e oferecia os suportes necessários para a manutenção do comércio ibérico do terceiro Reich.

Por conta desta complexa rede de relações, o governo de Salazar sabia que a sua primeira e mais importante atitude durante o período da guerra seria a de afastar a Espanha do conflito e com isto evitar com que as batalhas atravessassem os Pirineus e chegassem à Península. Conforme Duarte expõe, tanto a 1º fase da neutralidade portuguesa, do qual o autor aponta que durou de março de 1939 a junho de 1940, quanto a 2º fase, que foi de julho de 1940 a março de 1941, foram momentos em que Portugal teve como principal foco o de separar a Espanha do Eixo e firmar a aliança entre os dois países, contando com suporte britânico (DUARTE, 2015, p.54-58).

As relações luso-espanholas foram o ponto inicial para a manutenção da neutralidade portuguesa, que acarretou no Protocolo Adicional de 29 de julho de 1940 ao já existente Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol, assinado em 17 de março de 1939. Considerado como um dos alicerces da neutralidade ibérica, tanto a Alemanha quanto a Grã-Bretanha consideravam o Protocolo como um sinal positivo para península ibérica, como se fosse uma preparação dos dois países para a defesa da região.

O próprio Oliveira Salazar congratulou-se a respeito do Protocolo e da resposta que os países beligerantes haviam dado quando expressou que:

É em todo caso vantajoso para o nosso país que os dois grupos antagonistas tenham achado bem o acordo, e se além disso ele foi um eficiente instrumento de política peninsular que marque ao lado de certa independência da nossa política externa, aquela solidariedade com a Espanha imposta por tantas circunstâncias, todos devemos regozijar-nos com isso (MENESES, 2011, p.294).

O Protocolo Adicional, contudo, não definia as relações entre Franco e Salazar. Indícios apontam que Franco e membros das forças armadas espanholas sonhavam em 1940 com uma expansão imperial, sendo Portugal um dos pontos a ser invadido (IBIDEM, p.296).

Franco e Salazar permaneceram em contato durante os anos da guerra, tendo as relações luso-espanholas somente se estabilizado a partir do dia 13 de fevereiro de 1942 após três dias de encontros e trabalhos entre os dois líderes de governo no palácio de Alcázar, em Sevilla. Pouco se sabe acerca do que foi debatido entre os dois líderes, todavia, a partir deste encontro as relações luso-espanholas passaram a ser mais estáveis, concluindo com a aproximação de Salazar com o recém-empossado ministro dos Assuntos Exteriores da Espanha, o Conde Jordana, em 19 de dezembro de 1942 após um encontro de três horas entre os dois homens que culminou em “plena confiança e uma corrente de simpatia que foi a base do êxito da viagem” (MENESES, 2011, p.303).

Este clima amistoso entre portugueses e espanhóis foi expressado dentro da *Atlântico* no artigo *Música Espanhola e Música Portuguesa* de Santiago Kastner, publicado na segunda edição da revista em outubro de 1942. Kastner procurou através de um texto de análise sobre a música portuguesa, uma similaridade entre as origens musicais dos dois países. Logo no início do texto ele apontou que:

Disse bem o ensaísta espanhol Ramiro de Maeztu: É sabido que a história espiritual e artística dos povos hispânicos não se deve fazer separadamente. Sem os *Lusíadas* não se pode entender o livro de Cervantes, mas também sem o *Quixote*, não se compreender completamente os *Lusíadas* (KASTNER In. *ATLÂNTICO*, n°2, 1942, p.344).

Kastner, ao apresentar a fala de Maeztu, expôs uma conexão “espiritual” entre portugueses e espanhóis, como se os dois povos fossem conectados não apenas por sua proximidade ou relações econômicas, mas por uma consciência geográfica, etnológica e histórica. Esta aproximação interior e imaterial dos dois países foi novamente detalhada pelo autor ao escrever que:

O que importa é a emotividade e a alma, e ainda esse profundo pensamento universal, essa consciência da hispanidade, pela qual as duas nações da Península se extravasaram, povoando e civilizando outros continentes (IBIDEM, p.346).

A “consciência de hispanidade” expressada por Kastner foi uma demonstração de um discurso que procurava aproximar os dois povos que

viviam em tensão desde os princípios da guerra, e que apenas nos meses finais do ano de 1942 foi plenamente concluída.

A guerra como decadência da humanidade

Karl Kraus, reconhecido jornalista e intelectual austríaco, ao expressar-se sobre a Europa da primeira metade do século XX apontava que aquele era o fim do mundo, tendo seus escritos futuramente sido base de seu trabalho intitulado de “*Os últimos dias da humanidade*”. Sua ideia não era sem motivos, os princípios dos anos 1900 foram marcados por guerras e violência (HOBBSAWM, 1995, p.30).

Kraus não fora o único a duvidar acerca do problema humano que estava representado a sua frente. Discussões sobre a decadência da civilização moderna que ocasionara a mais brutal das guerras emergiam de grupos de intelectuais. Os dramas da guerra e as feridas provocadas pela decomposição dos valores humanos, como a religião, moral, política e economia levaram os intelectuais a repensar a própria modernidade e provocaram um mortal abalo para o fim da *belle époque* europeia (ZUIN, 2001, p.85-86).

Posteriormente, a Segunda Guerra Mundial voltaria a apresentar as piores qualidades da sociedade humana, e notícias acerca destas atrocidades atravessavam as fronteiras em conjunto com exércitos de refugiados que procuravam qualquer oportunidade para fugir. Os portugueses sabiam muito bem deste problema, já que seu país foi um dos principais pontos de transferência de refugiados judeus da Europa para outros continentes.

Os problemas políticos e econômicos eram precisos e complexos demais para qualquer fala sobre a guerra na Atlântico. Como revista oficial dos governos de Salazar e Vargas, qualquer ponto de vista contrário aos posicionamentos oficiais ou informações adicionais poderiam ocasionar em transtornos aos diretores do periódico e seus participantes.

Mas isto não inibiu os colaboradores da revista de se expressarem em relação a guerra, da qual era impossível de ignorar. Apesar de pouco precisas,

metafóricas, abstratas, alegóricas e indiretas as falas presentes dentro da *Atlântico* expressavam uma linha de pensamento semelhante: a guerra como o resultado da decadência do ser humano.

Marcelo Caetano foi o primeiro a divulgar suas considerações sobre a guerra como parte de uma decadência da civilização europeia dentro das páginas da revista *Atlântico* com seu texto *Inquietação e Esperança*. Ele, no entanto, focou sua fala sobre aspectos da juventude portuguesa e como eles deveriam reagir no contexto da guerra. Este seu enfoque se derivou do fato de que ele era comissário nacional da Mocidade Portuguesa durante o período de 1940 a 1944⁷¹. Em sua fala, todavia, ele avançou ao afirmar que “a Europa é ainda uma comunidade cimentada por profundas solidariedades históricas, económicas e culturais” e que “amamos a Europa, com ela sofremos física e moralmente e sabemos que, aconteça o que acontecer, partilharemos do seu destino”.

Esta não é uma ideia isolada que Caetano vai expor, mas sim uma questão que será recorrentemente revelada por alguns intelectuais dentro de seus escritos na revista *Atlântico*. O próprio escritor, na continuidade de seu texto retoma a ideia ao escrever que “no meio de uma Europa a debater-se (...) onde lutam forças impetuosas geradas no decorrer de séculos de condensação espiritual (...)” (CAETANO In. ATLÂNTICO, n.º1, 1942, p.11) ele acaba expondo que a guerra foi derivada principalmente de problemas referentes a espiritualidade do povo europeu.

San Tiago Dantas, logo no artigo seguinte, indiretamente marca uma continuidade desta argumentação. Se por um lado o artigo publicado por Caetano apontava o enfraquecimento da espiritualidade europeia, Dantas em seu texto *os estudos filosóficos e a sua significação no mundo moderno* trouxe a necessidade do estudo da filosofia pois “vivemos numa hora em que o

⁷¹ Criada por António Faria Carneiro Pacheco entre os anos de 1936 e 1937 enquanto Ministro da Educação Nacional de Portugal, a Mocidade Portuguesa foi uma das organizações de controle e organização social do regime salazarista, cujo objetivo principal era a de mobilizar a juventude lusitana para os ideais do Estado Novo e oposição a possíveis grupos oposicionistas. Submetida aos ministérios da Educação Nacional e das Colónias, ou da própria Assembleia Nacional, a Mocidade Portuguesa era voltada principalmente para os filhos e filhas da pequena, média e grande burguesia dos vilarejos e cidades (NUNES, 1995, p.196).

destino das instituições, dos valores, das idéias, é a preocupação de cada homem para a direção das coisas públicas ou da sua consciência individual” (DANTAS In. ATLÂNTICO, n°1, 1942, p.15).

Apesar de ter sido um forte opositor do governo getulista desde sua juventude como escritor do periódico “A Razão” em conjunto com Plínio Salgado, e de ter participado da Ação Integralista Brasileira até 1938, quando afastou-se do partido por ocasião de sua decepção em relação ao governo de Vargas, Dantas defendia durante a Segunda Guerra Mundial a aproximação do Brasil com o grupo dos países Aliados.

Sua defesa para com a aliança com as democracias liberais das quais ele criticava anteriormente deveu-se a sua antipatia ao nazismo, proveniente principalmente a partir do ano de 1942⁷² quando ele avaliara que o fascismo fora atraído pelo nazismo e com isto descaracterizado.

Sua fala inicial apontava a necessidade da valorização da filosofia para o fortalecimento das instituições e estruturas dos governos com foco em recuperar qualidades individuais para que “o saber humanista, num universo convulsionado como o de hoje” preservasse o equilíbrio mental.

Dantas prossegue apontando a importância das universidades no turbulento período da guerra⁷³. Sua ênfase, entretanto, recai principalmente sobre os estudos filosóficos, pois para ele somente através destes que haveria um retorno a consciência humanística.

Na terceira edição da Atlântico, novamente a ideia da necessidade da atuação intelectual é reafirmada através do texto de Delfim Santos de título *Ideário Contemporâneo*. Para Delfim, cada época da história da sociedade exige uma atitude intelectual adequada para os acontecimentos que se seguem. Santos, entretanto, prossegue afirmando que mais do que atitude, o

⁷²<https://jornalggn.com.br/noticia/as-variadas-cores-da-vida-politica-de-san-tiago-dantas-por-oscar-pilagallo>

⁷³ A defesa da utilização das universidades como espaço a serviço da Nação no período da guerra não foi exclusividade de Dantas nas páginas da revista Atlântico. Eduardo Freitas da Costa, na terceira edição da revista, foi outro a defender a atuação dos intelectuais para encontrarem “a solução da crise contemporânea” (COSTA In. ATLÂNTICO, n°2, 1942, p.363).

período da guerra exigia uma avaliação da própria concepção de mundo adequada para a aplicação dos novos princípios que estavam nascendo.

No prosseguimento de seu texto, do qual busca tentar compreender tanto questões materiais como imateriais de seu contexto histórico, ele recai na guerra, e é nela que exprime sua opinião ao apontar que

Por vezes a luta é dolorosa e sacrifica o próprio homem, mas esse sacrifício redundará em proveito da comunidade a que o homem pertence. Nem sempre os interesses de humanidade podem usar de processos humanitários, e a desumanização, por paradoxal que isto pareça, está muitas vezes ao serviço dos profundos interesses da humanidade. É utilizando o sólido que o homem aproveita o fluído; é utilizando, como meio, processos desumanos que o homem cria humanidade. É este o sentido da guerra (SANTOS In. ATLÂNTICO, nº3, 1943, p. 66-67).

Apesar de menos genérica, a fala de Santos não se afasta das falas de Caetano ou Dantas, mas aproxima uma necessidade apontada pelos dois escritores. Ele busca extrair da guerra a necessidade de uma reflexão da sociedade apontando que o conflito tem como principal sentido a reconstrução das ideias humanistas que estavam em decadência. Com um evento que demonstra tanto a desumanização, não basta resgatar os preceitos e ideias passadas e ineficazes, mas sim aceitar as novas ideias que viriam a nascer com o duro processo de violência e mortes.

Santos prossegue seu texto apontando que “o homem esqueceu-se de si mesmo”, que “tudo o afasta de si e lhe esconde a essência do verdadeiro humano” e que “o seu orgulho era descabido e que realmente, em vez de vitória, se tratava de uma derrota, de uma pavorosa derrota, da derrota de si mesmo” (IBIDEM p.67), o que denota sua ênfase na ausência de uma consciência humanística entre a sociedade humana, da qual em troca procurou-se usar “da ciência o seu melhor instrumento de domínio sobre os outros” (IBIDEM, p.67).

Um último autor a fazer referência à guerra na Atlântico foi António Lopes Ribeiro que publicou na sexta edição da revista a tradução do texto *As quatro Idades das Metamorfoses de Ovídio*. Apesar de não ser um texto originalmente sobre o período histórico em que eles viviam, a pertinência da

escolha do texto claramente dialoga com o contexto da Segunda Guerra Mundial.

As Quatro Idades é um poema do livro *Metamorfoses* produzido originalmente por Ovídio no século oitavo de nossa era e trata-se de um compêndio de mais de duzentos e cinquenta mitos gregos e romanos. A escolha da publicação do poema *As Quatro Idades*, entretanto, apresenta a opção por expor uma opinião referente a conjuntura histórica vivida pela Atlântico, já que o poema apresenta cada uma das idades da mitologia grega.

Enquanto as duas primeiras eras expressam o auge da humanidade, a ênfase da publicação do poema, no entanto, recai nas duas últimas idades, a do bronze e a do ferro. A primeira é revelada como uma idade “mais cruel, mais pronta à luta, mais violenta, mais bruta, mas ainda sem maldade”, a última é definida como a do “metal inferior, que pôs o ódio e o êrro, onde eram verdade e amor” (RIBEIRO In. ATLÂNTICO, nº6, 1945, p.77).

Evidentemente o trecho apresenta uma interligação com o momento vivido da Segunda Guerra Mundial, já que fala de uma sociedade espiritualmente elevada que é direcionada à violência pela própria decadência moral. A terceira idade, apesar de violenta e bruta, ainda tinha noções de civilização, a quarta idade, porém, tem como principal característica a perda deste resquício humanístico.

O poema continua com questões pertinentes ao contexto vivido pela guerra ao seguir falando que:

Os homens traçam fronteiras
Onde não podem passar.
Já não bastava a ventura
Dos frutos apetecidos:
Rasgou-se o solo, à procura
De tesouros escondidos.
Revolveram-se as montanhas
Buscando o frio metal
Nas 'Stígias negras entranhas
Donde nos vem tanto mal.
E o ferro e o oiro surgiram
A superfície da terra,
E com eles veio a guerra
Que ferro e oiro pariram.
E vivemos desde então

Sempre com armas na mão.
 Reina a rapina e a maldade ;
 Já ninguém tem confiança:
 O filho espreita a herança,
 Torna-se rara a amizade.
 Lutam famílias e castas ;
 Desconfia o esposo, atônito ;
 E misturam as madrastas
 Tôrvas mistelas de acónito.
 A Piedade jaz, exangue.
 E a Virgem , por não chorar,
 Foi a última a deixar
 A terra, encharcada em sangue. (IBIDEM, p.77-78)

A descrição do texto segue inicialmente apontando o motivo da decadência moral, que são expressados pelo aspecto de materialidade definidos como representação dos regimes liberais e comunistas e simbolizadas pelo ferro e ouro. Resgatando a ideia expressada pela política de espírito, que definia ideologicamente a Atlântico, esta teoria busca condensar a ideia da materialidade em contraste com a espiritualidade, sendo a materialidade o próprio mal ou o demoníaco, conforme expressado também no poema.

O resultado da Idade do Ferro para o poema, por fim, não é somente a guerra, mas também o próprio fim de um sentido de humanidade. A escolha deste poema de Ovídio, entre tantos possíveis no livro *Metamorfoses* relaciona-se com esta conclusão que exprime a ideia de que a materialidade da sociedade moderna, acarretada pelo enfraquecimento da espiritualidade dos homens, é a principal causa dos males resultados pelo conflito vivenciado pelos realizadores da Atlântico.

Os quatro autores acima, portanto, detalham como o discurso da guerra no periódico Atlântico foi direcionado pelos seus diretores e pelo SPN e DIP para descrever a beligerância não por vieses econômicos ou políticos, mas sim como o resultado da decadência do espírito, da moral e do próprio humanismo da sociedade de seu período, ou seja, de modo despolitizado e abstraído de possíveis interesses políticos e econômicos.

Mudança em relação as ideias germanistas

A Atlântico como espaço de discussão durante os anos da guerra teve em suas páginas discursos que eram orientados por fundamentos originados da política de espírito e da crítica ao modelo materialista anglo-saxão em comparação com os povos lusófonos e latinos. Para além das críticas aos países democráticos liberais, as ideias germanistas também não escaparam destas críticas.

A intelectualidade luso-brasileira comumente se orientava não somente pelas vertentes filosóficas católicas e latinas, como também pelos filósofos e cientistas germanófilos durante os anos anteriores da guerra. Teorias como as evolucionistas e racistas da primeira metade do século XX ainda eram perceptíveis dentro de parte dos pensadores e escritores dos dois países.

Na própria Atlântico esta apreciação pela filosofia de origem germânica é evidenciada através do texto de Francisco Fernando Lopes presente na quarta edição da revista publicada em novembro de 1943, onde o autor, buscando demonstrar os traços do pensamento filosófico de Antero de Quental, evidenciou que o poeta português tivera de fato contato, leitura e aprofundamento nas filosofias e pensamentos kantianos e hegelianos através de diversos relatos de Carolina Michaelis e cartas de Quental ao amigo Oliveira Martins.

Lopes aborda em seu texto o forte apreço de Quental a diversos autores alemães em sua vida e obra, como Kant e Hegel. Esta defesa da influência germanista no “espírito” do poeta ponta-delgadense foi uma resposta ao texto de Otto Maria Carpeaux⁷⁴ que foi publicado na edição anterior da Atlântico em que o autor expôs que Quental “confessa os seus poucos conhecimentos da língua alemã, confessando-se, ao mesmo tempo, discípulo da filosofia, da historiografia, da poesia alemãs” (LOPES In. ATLÂNTICO, n°4, 1943, p.39).

⁷⁴ Otto Maria Carpeaux, nascido na Áustria de nome Otto Karpfen mas naturalizado brasileiro, foi um ensaísta, jornalista, crítico literário e crítico de arte. Estudante de diversas áreas como o Direito, Filosofia, Matemática, Sociologia, Política e Literatura Comparada na Europa, Carpeaux viu-se ameaçado pelo avanço do Reich tendo fugido para o Brasil em 1939 aonde conseguiu espaço no jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro. De 1942 a 1944 foi diretor da Biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia e de 1944 a 1949 assumiu a diretoria da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas onde publicou sua mais conhecida obra *História da Literatura Ocidental* em 1947.

Carpeaux utilizou-se da discussão sobre as influências filosóficas de Quental para criticar efusivamente não o poeta luso, mas o próprio modelo de pensamento hegeliano e kantiano. A crítica originou-se da defesa de uma filosofia lusa, da qual para ele “se há uma tradição filosófica em Quental, deve ser uma tradição portuguesa, esquecida” (IBIDEM, p.39).

Este emprego do pensamento alemão em confrontação com uma filosofia portuguesa é uma base para a construção de uma identidade própria, que se estabelece e se opõe ao *outsider*. A crítica de Carpeaux, no entanto, não se limita para a valorização de um “pensamento lusitano”, já que ao escrever sobre Quental, apontou que tanto Kant quanto Hegel não apenas escreviam de forma a não serem compreendidos como também “que tinham pouco a dizer-lhe” (IBIDEM, p.39).

A crítica do pensamento alemão dentro da revista ia além da discussão sobre as bases da filosofia presente em Antero de Quental. No ano seguinte, na quinta edição da revista publicada no mês de julho de 1944, dois autores voltariam a fazer duras condenações às ideias e a alguns escritores alemães. Tanto Antônio da Silva Mello e Vieira de Almeida, que publicaram artigos de crítica aos estudos de Freud e Lutero, denunciavam o que consideravam como falhas de modelos de análise e pensamentos destes dois autores.

A aberta análise de pensadores oriundos do território dominado pela Alemanha nazista, expressamente a desses dois autores, e o não aparecimento de críticas a outros modelos políticos, evidenciam-se em um momento decisivo da guerra, onde não havia mais possibilidade de invasão alemã em Portugal, e também onde a vitória alemã era cada vez mais improvável. Com a ocupação da Normandia pelas forças Aliadas em junho de 1944 e o consequente recuo alemão do território francês, a Península Ibérica libertava-se dos perigos de uma invasão nazista.

Mais do que somente esta segurança, a vitória Aliada no norte da África, que concluiu com a retirada das forças do Eixo para a Península Itálica em maio de 1943, indicava o encaminhamento do sucesso das democracias liberais frente as potências nazi-facistas. Para além destas, a invasão aliada da

Itália em 1943 e a queda da cidade de Roma diante dos Aliados em junho de 1944 demonstraram ainda mais qual seria o lado vitorioso da guerra. Os diretores da Atlântico selecionaram, com isto, dois textos que procuravam demonstrar o distanciamento luso-brasileiro dos pensamentos germanistas.

Dentre os primeiros textos publicados da quinta edição da revista, logo o terceiro e o quarto, aparecem os artigos de Silva Mello e Vieira de Almeida, o que demonstra que eles tinham um papel de destaque dentro da seleção de escritos do periódico em questão. O primeiro a aparecer é um fragmento do segundo capítulo do livro *O Homem: sua Vida, sua Educação, sua Felicidade* em que Silva Mello procurou discutir sobre a revolucionária psicanálise freudiana⁷⁵.

O autor, para isso, primeiramente aponta a importância desta teoria assinalando que “a psicanálise revolucionou o conhecimento que possuímos do nosso ser e da nossa posição dentro do mundo e, daí, levou-nos a nova compreensão da vida (...)” (MELLO In. ATLÂNTICO, nº5, 1944, p.6).

Evidentemente que Mello não poderia desconsiderar a importância da teoria da psicanálise de Freud. Ele prossegue expondo que a psicanálise revolucionou não apenas o campo da medicina e psicologia, como também “conseguiu deslocar a direção do pensamento humano, levando a humanidade a investigar sua conduta de modo mais livre e objetivo” (IBIDEM, p.7)

Em seu início, portanto, Mello buscou refletir sobre a importância de Freud, do qual considera que “merece Freud a estima e a gratidão de toda a humanidade” (IBIDEM, p.7). Entretanto, após finalizar esta introdução, suas críticas em relação aos estudos psicanalíticos orientam o resto do texto. Para ele, a utilização dos impulsos sexuais para explicar as formações e ações

⁷⁵ A respeito da Psicanálise dentro da Alemanha nazista é necessário salientar alguns pontos. Primeiramente é preciso pontuar que Freud era um judeu, e como tal foi claramente perseguido pelas forças nazistas durante a ocupação da Áustria pela Alemanha, o que acarretou em sua emigração em 14 de junho de 1938 para Londres (BRAININ; KAMINER, 1985, p.31). A presença da psicanálise dentro do espaço nazista, no entanto, não se resumiu à Freud ou a comunidade judaica, tendo sido adaptada dentro das exigências sociais nazistas e incorporada no espaço de instituições públicas como forma de terapia. A psicanálise teve, com isso, uma abertura dentro do modelo nazista de pensamento e construção de conhecimento (IBIDEM, p.42).

humanas é um erro, já que “para aceitar a interpretação de Freud, precisamos, a todo momento violentar factos, que, muitas vezes, parecem suspensos no ar, fora da realidade” (IBIDEM, p.7).

Mello acredita ser um exagero da teoria freudiana a constante utilização da libido como força motora para as ações e construções do ego e superego, já que seria muito mais natural perceber os sentidos animais e seus instintos para explicar a constituição humana. Ele com isso pergunta: “Para que complicar inutilmente as coisas simples, obscurecendo-as com tão complexas interpretações?” (MELLO In. ATLÂNTICO, n°5, 1944, p.8).

Em sua explicação, portanto, as teorias da psicanálise criadas por Freud são contraditórias “com os dados da observação animal” já que “em vez de querer explicar tudo pelo sexo, precisamos, portanto, verificar o papel dos outros instintos, para assim compreendermos melhor a nossa vida” (IBIDEM, p.11). Ele, com esta análise, buscou denunciar o que considerava como um erro recorrente da ciência psicanalítica e de suas teorias de compreensão do ser humano e de convívio social.

Já no escrito seguinte, Vieira de Almeida em seu texto *Do Pensamento Português* produziu um artigo de análise da publicação *Estudos Kantianos* do escritor belga Herman Vleeschauwer, reconhecido por sua especialidade em Kant e por ter sido um colaborador da Alemanha nazista em solo belga⁷⁶.

Almeida aponta as diversas questões trabalhadas por Vleeschauwer referentes às filosofias nacionais dentro do continente europeu das quais o autor procurou demonstrar a existência dentro da teoria de Vleeschauwer de uma antítese entre dois modelos de filosofia: uma latina e outra germânica. Para Vleeschauwer a diferença fundamental que definem as duas filosofias seria a existência de uma estrutura irracionalista dentro dos povos germânicos que levaria a existência de uma crença por esses povos de que são uma unidade superior.

⁷⁶ Retirado de <https://www.news24.com/Archives/Witness/Acclaimed-SA-academics-Nazi-Secret-20150430> acessado em 21 de novembro de 2017.

Para o autor português, entretanto, a teoria do filósofo belga não faz sentido, e para exemplificar sua descrença em relação a ideia de Vleeschawer ele aponta as ideias de Martinho Lutero, das quais considera:

Que o misticismo luterano se esvai, afinal, em um racionalismo da pior espécie, ou antes em uma caricatura de racionalismo, que consiste em decretar para todos os homens a lei geral sem a qual não pode haver salvação (ALMEIDA In. ATLÂNTICO, n°5, 1944, p.16)

A partir de suas críticas em relação a esta teoria de uma filosofia germânica, Almeida expôs as dificuldades da formação de uma filosofia portuguesa, da qual considera que foi difícil de evoluir por conta do complicado ambiente orientado por uma frágil densidade e condições históricas para a sua formação.

Para ele, a existência de manifestações individuais prova a existência de um pensamento português, e assim prossegue apontando que “o pensamento português, criado finalmente o meio favorável ao indivíduo, não possa vir a ter lugar tão digno como o de qualquer outro colaborador, sem as ridículas, ilusórias, místicas e míticas vaidades de superioridade filosófica racial” (IBIDEM, p.22)

Almeida, através de seu texto, procura criticar a ideia de Vleeschawer da existência de apenas duas filosofias europeias, das quais o autor belga considera uma superior a outra por conta do modo germânico de pensamento. O escritor português buscou utilizar-se de Vleeschawer para resgatar não apenas a existência de uma filosofia lusa, como também para criar uma comparação com o sentido de demonstrar a antítese entre uma filosofia da qual expressa ser racista e ilusória em relação a uma portuguesa, humilde e solidária.

Se por um lado a valorização de uma filosofia portuguesa incitou a discussão entre Carpeaux e Lopes em relação ao germanismo em Antero de Quental, desta vez, tanto Silva Mello quanto Vieira de Almeida decidiram buscar, em autores de origem germânica ou que defendiam ideias germanistas, imagens para perceber os erros, criticar e reinterpretar essas teorias segundo a necessidade nacional.

Evidentemente que a contextualização não pode deixar de ser percebida para uma análise mais minuciosa em relação a publicação destes textos. Somente a partir das edições publicadas meses finais dos anos 1943 e principalmente na edição originada no início de 1944 é que houveram críticas pontuais em relação a filosofia e aos modos de pensamento germânicos.

Analisando os diferentes temas de abordagem da guerra na Atlântico é possível averiguar que a escrita e publicação da revista estavam inseridas no complexo contexto da guerra. Apesar do silêncio presente sobre os meandros das relações entre os dois Estados e do próprio conflito, ainda assim desde a primeira edição foi possível perceber como a guerra foi expressada pelas intelectualidades luso-brasileiras.

É preciso assinalar, todavia, que mesmo que contextualizada com estes eventos da guerra, a crítica à psicanálise freudiana aparece como uma forma de contraponto de uma ideia originada de alguém de origem germânica com uma filosofia latina. Pontuo, por isso, que as críticas efetuadas a Hegel, Lutero, Freud e Vleeschauer não significam uma oposição ao nazismo, mas sim uma construção filosófico-identitária utilizando-se como contraponto alguns modelos de pensamentos germanistas.

Por fim, enquanto nas primeiras edições o que mais se pôde verificar foram comentários sobre a guerra como a decadência da civilização humana, em consequência do declínio da espiritualidade, resgatando as ideias da Política do Espírito sobre os problemas da “sociedade materialista moderna”, um outro ponto que pude perceber nas primeiras publicações foram as preocupações dos colaboradores da Atlântico em relação as aproximações brasileiras com os países americanos.

Ficou evidente que a articulação pan-americanista era vista como um problema para o fortalecimento panlusitanista, sendo representado na Atlântico como um desvio histórico e espiritual. Entretanto, ainda que argumentada a necessidade brasileira da aproximação do país com o Estados Unidos, por necessidades econômicas e diplomáticas, ainda sim é apresentada uma

confrontação sobre esta aproximação, da qual é apontada como uma ação excedente.

A escolha das publicações que se referiam sobre essas questões não foram, portanto, aleatórias. Tanto no ano de 1942 quanto o de 1943 as relações luso-brasileiras ainda estavam, mesmo que fortalecidas, com problemas oriundos de suas alianças com as potências regionais. A própria união brasileira com os Estados Unidos ameaçava não somente a continuidade de uma parceria luso-brasileira como também possibilitavam o desenrolar de uma invasão brasileira em solo sob a soberania português. Todas essas questões, no entanto, não deveriam aparecer na *Atlântico* de modo direto, e em todos os momentos que elas estiveram em presentes foram através de escritas abstratas ou ocultado no meio do texto.

Este desentendimento é possível de ser percebido nas páginas da *Atlântico* através dos artigos de Augusto de Castro e Álvaro de Barros Lins publicados na revista. Mesmo que indiretamente eles tenham exposto os problemas que originaram das aproximações entre o Brasil e Estados Unidos em relação a aliança luso-brasileira, também foi possível perceber através da rápida publicação do posicionamento português em relação a cedência do arquipélago dos Açores à Grã-Bretanha como este assunto incomodava o lado português da *Atlântico*.

A partir de 1943, novos discursos apareceram publicados nas páginas do periódico acompanhando as mudanças políticas e diplomáticas da guerra. A entrada brasileira no conflito impossibilitava o silêncio sobre o assunto dentro da *Atlântico*. O lado português da revista, no entanto, foi quem mais adentrou no tema através de um discurso conciliador da qual expressavam os motivos da neutralidade portuguesa na guerra. Dentre deste discurso, destacou-se a união portuguesa com a Espanha, que era a maior preocupação e foco da política de neutralidade portuguesa.

Por fim, pude perceber a mudança de discurso em relação a filosofia e pensamento alemão a partir do final do ano de 1943 e principalmente na primeira publicação da *Atlântico* de 1944. Contextualizada com a constituição

do decreto que confirmou a cedência do arquipélago dos Açores por Portugal para o uso-fruto da Grã-Bretanha, que efetivou a aproximação luso-britânica, as críticas portuguesas em relação ao germanismo é uma comprovação de como os escritores luso-brasileiros passaram a acolher o lado Aliado e a confrontar o germanismo como uma oposição a própria identidade e espiritualidade lusa, ao invés de utilizar ideias e modelos oriundos dos Estados Unidos da América ou Inglaterra.

3.3 - A GUERRA COMO AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE

Através da análise dos discursos sobre a guerra, presentes nas páginas da *Atlântico*, é possível perceber que os encaminhamentos de seus participantes no tema são voltados principalmente para a valorização das ideias de uma civilização atlântica através da união dos povos lusófonos em relação aos outros povos, alianças e filosofias.

Conforme os preceitos da própria revista, da qual o direcionamento teórico e identitários era a construção de laços entre o Brasil e Portugal, em praticamente todos os pontos abordados sobre a guerra houveram enfoques sobre a questão da raça lusitana.

O grande volume de escritos de colaboradores lusitanos sobre o tema da guerra, tendo atingido onze artigos comparado a seis do lado brasileiro, demonstra também uma forte ênfase dos portugueses em abordar este assunto e construir o discurso sobre ele. Este número traz à tona novas questões sobre o porquê de o Brasil não utilizar o espaço para legitimar sua participação na guerra.

Como espaço financiado pelos governos, a *Atlântico* impossibilitava aprofundamentos sobre os assuntos do conflito, ou temáticas que não se inserissem no propósito da interatividade luso-brasileira, conforme escrito por José Osório de Oliveira nas notas da segunda edição a respeito da política da revista. Apesar dele expressar que “ninguém, aqui, põe limitações” e que “está no espírito de ambos (os diretores) dar tãda a liberdade”, ao final de sua fala,

entretanto, é usada a frase: “liberdade e responsabilidade” (OLIVEIRA In. ATLÂNTICO, nº 2, 1942, p. 368).

Claramente a liberdade é cerceada, conforme foi apontado anteriormente, e um assunto tão delicado quanto a guerra poderia causar transtornos à continuidade da Atlântico, exceto se este tema fosse encaixado com os propósitos da política de aproximação. E ao analisar os tópicos centrais dos assuntos da guerra, fica evidente que foi este encaminhamento que se seguiu.

Primeiramente a ideia da guerra como decadência da civilização humana pode ser interpretada como uma expressão da revista para o enfoque da valorização da luso-identidade. A guerra é definida como uma consequência dos problemas da sociedade moderna englobada pela ausência de espiritualidade e descrença dos valores humanos. Este enfoque é bastante interessante para a valorização da Política de Espírito dentro dos discursos do periódico em um sentido de revalorização e defesa do “patrimônio espiritual” conforme exposto por Fontes (ATLÂNTICO, nº1, 1942, p.2).

Neste aspecto, o dualismo presente entre o pan-americanismo e o panlusitanismo foi bastante pertinente para os colaboradores da Atlântico. Em um momento de incertezas dentro do complexo imbróglio das relações internacionais durante a guerra, onde as próprias lideranças do Estado Novo brasileiro discutiam sobre quais aproximações deveriam prosseguir, a Atlântico foi um espaço de diálogo entre as intelectualidades portuguesa e brasileira acerca das opções diplomáticas, principalmente pelo lado brasileiro. Mesmo com as certezas da necessidade da escolha pelo pan-americanismo, pude perceber durante minha análise a forte ênfase dentro da revista em demonstrar a importância da aproximação brasileira com Portugal por motivo não econômico ou bélico, mas essencialmente histórico e espiritual.

Esta escolha pelo panlusitanismo teve como enfoque, portanto, a ideia de que Brasil e Portugal, mesmo que separados pelos aspectos econômicos e pelas necessidades materiais e de guerra, possuem espiritualmente um passado, presente e futuro em comum, e que os dois povos só seriam

verdadeiros consigo mesmos se respeitassem suas naturezas. Esta ideia se encaixa bastante com a crítica às teorias raciais vigentes durante os meados da década de 1930 como as de Gilberto Freyre e são parte fundamental de todo este aspecto das relações luso-brasileira durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Foram essas teorias raciais, inclusive, que os colaboradores portugueses da *Atlântico* se debruçaram quando procuraram encaixar as questões da Segunda Guerra Mundial dentro da revista. As falas lusas a respeito da participação de Portugal no conflito durante as quatro primeiras edições da *Atlântico* essencialmente se focaram em demonstrar um afastamento da raça lusitana em relação aos problemas da guerra. Mesmo que comovidos com os problemas originados pelo conflito, que lhes afetavam e de que eram solidários, seus argumentos focavam principalmente na legitimação da neutralidade portuguesa como uma questão de raça. A partir da entrada brasileira na guerra, no entanto, o discurso foi alterado, dando ênfase na “neutralidade condicionada”, e não mais por um motivo racial. Este evento fez com que decididamente as falas sobre a interação portuguesa com a guerra enfraquecem o discurso racial a partir da quinta edição da revista.

É com este tipo de mudança, a partir da quinta edição da *Atlântico*, que o enfoque dos intelectuais portugueses se alterou do discurso racial para o de conflito com o inimigo externo através de mecanismos ideológicos, e não mais naturalista. Se por um lado a cedência do Arquipélago dos Açores ao esforço de guerra britânico expôs a participação portuguesa no conflito, por outro a necessidade de legitimar sua colaboração com os Aliados em detrimento do Eixo é exposta através da crítica ao modo de pensamento germânico com os artigos de Silva Mello e de Almeida. A partir da quinta edição, por isso, a guerra passou a ter menos espaço dentro da *Atlântico*, com praticamente abstenção dos brasileiros a respeito deste assunto, e com os próprios portugueses focando em uma construção da identidade e pensamento luso através de contraposições com pensamentos e filosofias provenientes de países de origem germânica.

Um último aspecto fundamental a respeito do conflito dentro da Atlântico é a quase ausência de referência diretas deste evento dentro da revista. É evidente que o objetivo principal tanto da DIP quanto da SPN estava bastante longe do diálogo aberto dos intelectuais a respeito de assuntos que se referissem sobre as opções governamentais de políticas internas e externas. No entanto, dentro de um cenário de conflito global, onde tanto Brasil quanto Portugal tiveram participação direta em aspectos da guerra, a ausência de artigos ou a pouca quantidade de falas sobre o assunto nos demonstra as questões que cercavam a revista, como a censura e a importância do periódico como meio de comunicação estatal. A Atlântico tinha um propósito, mas mais do que isso, ela era um espaço de comunicação dos dois departamentos e, por este motivo, assuntos que se referissem de forma negativa ou depreciativa a política de qualquer um dos dois países não era aceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação das relações luso-brasileiras efetivadas pelo Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro de 1941 foi um importante passo rumo ao direcionamento dos dois governos estado novistas para a legitimação dos governos de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas durante os anos 1940. Dentre as consequências deste acordo destacou-se a formação da revista *Atlântico: Luso-Brasileira*. Orientada pelo acordo cultural, a revista possibilitou o diálogo efetivo dos dois departamentos de imprensa e propaganda e apoiou os diversos mecanismos que passaram a ser criados como forma de fortalecimento do discurso panlusitanista.

Para esta construção de identidade comum, era de interesse dos dois povos estabelecer uma revista que traria as novidades das intelectualidades dos dois países e que tinha como base artística o modernismo, que era um movimento em voga em Portugal e no Brasil durante os anos 1940. A escolha pelo modernismo deveu-se principalmente pela direção de António Ferro da SPN, mas também ajudava a propagar a ideia de novos ares para regimes que a pouco tempo haviam se estabelecido e que tinham como projeção não um passado colonial, mas um futuro modernizante.

A *Atlântico*, por isso, teve mais de um objetivo. Dentre eles, destaquei também a intensão dos dois governos de criar mecanismos para a formação de uma comunidade no Atlântico Sul calcada no passado da colonização e nas estruturas sociais e políticas ibéricas. Este propósito evidenciava a tentativa luso-brasileira de distanciar-se dos países dominantes do eixo do Atlântico Norte de origem e organização democrático liberal.

Para estes propósitos foram utilizados dentro da *Atlântico* uma série de discursos em diversos temas para projetar esta antítese de uma civilização constituída de um patrimônio cultural e espiritual em contraposição com às sociedades liberais consideradas espiritualmente frágeis por conta de sua ênfase na materialidade e na constante “intenção de lucro positivo e imediato” (AMADO In. *ATLÂNTICO*, nº6, 1945, p.175).

A Segunda Guerra Mundial foi um desses temas que levantou discursos inflados pela Política de Espírito e que teve diversas formas dentro das páginas do periódico. O evento, que foi contemporâneo da *Atlântico*, e que indiretamente motivou sua existência, mesmo que quase sempre silenciado pela forte censura do DIP e SPN, ao menos recebeu diversas citações de distintas formas e com variados propósitos.

Nesse aspecto, a temática da guerra foi abordada de forma que a ênfase dos colaboradores e diretores da revista era direcionar discursos de raça e identidade em relação ao conflito. Durante as quatro primeiras edições da *Atlântico*, os argumentos raciais fundamentavam as relações dos dois países com a guerra enquanto nas duas últimas edições os argumentos e os sujeitos alteraram o discurso para enfatizar críticas ao modelo ideológico germânico.

Esta mudança de direção a respeito da guerra demonstrou que dentro da *Atlântico* houveram alterações no discurso sobre a beligerância efetivadas pelos diversos eventos da guerra. Até o ano de 1943, em período anterior a entrada brasileira na guerra, autores brasileiros se dispunham a comentar sobre o tema, no entanto, após a entrada do Brasil na beligerância em 1944 desapareceram colaboradores brasileiros com qualquer tipo de discurso sobre o conflito.

No lado português, por outro lado, os discursos sobre a guerra não desapareceram, mas sim sofreram alterações. Até o ano de 1944 as falas convergiam em um argumento de que Brasil e Portugal uniam-se como “uma raça” perante aos acontecimentos globais, juntos em prol da neutralidade porque a guerra era uma consequência da decadência espiritual da humanidade. Todavia, com a entrada brasileira na guerra e a permanência de Portugal em uma “neutralidade condicionada” o discurso racial perdeu força, e a própria queda do poder bélico nazista induziu os portugueses a confrontarem ideologicamente o Eixo e a tomar partido em prol dos Aliados.

Outro importante ponto percebido dentro da *Atlântico* é a presença da discussão a respeito do pan-americanismo e do panlusitanismo. A ideia presente evidenciava a tentativa dos intelectuais participantes da revista de

afastar o Brasil de uma aliança com os Estados Unidos da América em prol da causa panlusitanista. Este discurso ganhou particularmente mais força durante os anos de 1942 e 1943 quando Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha apontavam entusiasmo com a possibilidade da aliança brasileira com o país norte-americano e com a articulação entre Vargas e Roosevelt para uma invasão brasileira no Arquipélago dos Açores com suporte estadunidense. Mesmo que ocultado, as referências em relação a este acontecimento são perceptíveis, concluídas com um documento que pontuou a cedência portuguesa dos Açores para a Grã-Bretanha e que afirmava que Portugal não tencionava perder nenhum território de que fosse soberano.

Em síntese, a guerra dentro da Atlântico, mesmo que ocultada pelos mecanismos de censura e pelos diretores da revista, ainda sim foi um tema presente e que circulou por todas as edições da revista. Por ser tratar de um periódico com financiamento dos dois Estados, que tinha objetivos específicos e pontuais, que se fundamentou basilarmente através do Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro de 1941 e na Política de Espírito, que passava pelas censuras dos governos estado novistas e que tinha como diretores figuras abertamente pró-fascistas, a Atlântico acabou sendo um espaço de discussão abertamente direcionado para a legitimação dos discursos dos dois governos.

Um outro ponto que foi constatado através deste trabalho foram as articulações luso-brasileiras para uma aproximação dos dois governos estabelecido durante os anos 1940. Dentro deste espaço de diálogos e sintonia diplomático-culturais, a década estudada foi particularmente importante para as relações dos dois países que ocasionaram um contato cada vez mais agudo durante o período pós-guerra. Aponto dentro desta dissertação, por isso, um pequeno, mas relevante contributo para os estudos das relações luso-brasileiras durante os meados do século XX e que marcam os alicerces das relações dos dois países para as décadas posteriores.

A Segunda Guerra Mundial foi um importante tema dentro da Atlântico, e sua presença nas páginas do periódico apontam que mesmo não querendo, era um assunto impossível de ser ignorado. É preciso salientar, no entanto, que este é um assunto que proporciona muitas questões pertinentes e pesquisas

futuras, sendo este trabalho apenas mais um passo para o entendimento sobre a revista.

Mesmo que produzida para ser um espaço de construção cultural, ideológico e de identidade, a revista era um importante elemento dentro de um amplo cenário de discussões entre os intelectuais luso-brasileiros, e com isso podem ser colocadas novas possibilidades e questões: Como é a continuidade deste tema da guerra dentro da segunda fase da Atlântico após a queda do governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1946 a 1950? Como fica a relação dos intelectuais luso-brasileiros após a saída da DIP da direção da revista? As províncias ultramarinas recebem mais visibilidade dentro do espaço de discussão da Atlântico a partir da segunda fase da revista? É apontado algum paralelo entre a participação portuguesa na primeira guerra mundial e do Brasil na segunda guerra mundial? Como foram estabelecidos os diálogos a respeito do pós-guerra dentro da Atlântico? Assim como Marc Bloch comparou-nos, historiadores, como Ogros farejadores de carne, quanto mais aprofundamo-nos a respeito das relações luso-brasileiras, mais questões farejamos para novos estudos.

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa do Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ALVES, Vágner C. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- BARBOSA, A. T. (2008). Relações luso-brasileiras: passado, presente e futuro [Working Papers, Linha de investigação: Europa, Segurança e Migrações]. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Recuperado em 25 janeiro, 2017, de <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/relacoesluso-brasileiras-passado-presente-e-futuro/Relacoes-luso-brasileiraspassado-presente-e.pdf>.
- BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. In: **Est. His.**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p.289-321, jul/dez. 2009.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- BRAININ, E. KAMIER, I. J. Psicanálise e Nazismo. In: KATZ, C. S. **Psicanálise e Nazismo**. Rio de Janeiro: Taurus, 1985.
- CAPELATO, M. H. **Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e o controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CASTAÑO, David, “Paternalismo e cumplicidade nas relações lusobritânicas (1943-1949): Breves Notas”, **Relações Internacionais**, n.º 11, Setembro de 2006, pp. 19-29.
- CASTRO, Z. O. Do carisma do Atlântico ao sonho da Atlântida. In: GUIMARÃES, L. M. P (org.). **Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- CERVO, A; MAGALHÃES, J. C. d. **Depois das Caravelas: As Relações Entre Portugal e Brasil 1808-2000**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CERVO, Amado Luiz/ BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010. 560p.
- DUARTE, A. P. Portugal na Segunda Guerra Mundial: da neutralidade a cobeligerância. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**. Rio de Janeiro, v.7, n.14, p.45-72, jul-dez. 2015.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, J. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.30, n.2, p. 89-109, jul/dez. 2017.

GUIMARÃES, Lúcia P (org.). **Afinidades Atlânticas**: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

GONÇALVES, M. Afinidades Republicanas na Era do Anticlericalismo: Brasil, Portugal e a “questão jesuítica” de novembro de 1910. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.15, n.23, 2º sem. p. 63-87. 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOBSBAWM, E. RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JÚNIOR, J. J. G. dos. **“O Mais Esquisito dos Espetáculos”**: A crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894. 2014. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: SP Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, J.; NORA, P. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LIMONCIC, F. MARTINHO, F. C. P. **Os Intelectuais do Antiliberalismo**: Projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOCHERY, N. **Lisboa**: 1939-1945: guerra nas sombras. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARTINHO, Francisco C.P. O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v.13, n.2, p.9-30. 2007.

MARTINHO, Francisco C.P.; PINTO, António. **O corporativismo em Português**: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARQUES, J. A. dos S. Emigração Portuguesa Para o Brasil nos Fins do Século XIX. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.16, n.25, 2º sem. p. 292-317. 2015.

MCCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos**, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. São Paulo: Leya, 2011.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOURA, G. Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.6, n.12, p. 177-190. 1980.

MOURA, Fabiana Silveira. **Modernismo, política e poder: seguindo as pistas deixadas pela leitura do Atlântico** Revista Luso-Brasileira. 2012 187 f. Tese (doutorado) – Curso de Doutorado em Letras, Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

NUNES, J. P. A. As Organizações de Juventude do Estado Novo (1934-1949). **Revista da História das Ideias**, Coimbra, v. 17. 1995.

NUNES, J. P. A. Portugal, Espanha, o volfrâmio e os beligerantes durante e após a Segunda Guerra Mundial. In: **Relações Portugal-Espanha: cooperação e identidade**. 1999, Porto, Anais..., 1999.

OLIVEIRA, C. M. Método e Sociologia em Weber: Alguns conceitos fundamentais. **Revista Eletrônica Inter-Legere**. N.3, Julho/Dezembro, 2008.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Dennison de. Dilemas estratégicos do Brasil na Segunda Guerra Mundial: Defesa Hemisférica, política de nacionalização e subversão nazista no Sul do País (1939-1943). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n.26, 2015/2. Disponível em: <http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2026%20vers%20fin/f26-artdoss3-dennison.pdf>. Acesso em: 20/01/2018.

PASCKES, M. L. N. de A. Notas Sobre os Emigrantes Portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX). **R. História**, São Paulo, n.122-124, p.35-70, ago/jul., 1990/1991.

PECÁUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAMOS, M. B. SERPA, E. PAULO, H. **O beijo através do Atlântico**, o lugar do Brasil no Pan-Lusitanismo. Chapecó: Argos, 2001.

RIBEIRO, Nelson Costa. **Salazar e a BBC**: Na Segunda Guerra Mundial: Informação e propaganda. Coimbra: Almedina, 2014.

ROSAS, Fernando. Estado Novo, império e ideologia imperial. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v.17, 1995.

SANTOS, P. M. Relations Between Portugal and Brazil (1930-1945): The relations between the Two National Experiences of the Estado novo. **e-JPH**, Porto, v. 4, nº2, Inverno, 2006.

SANTOS, P. M. dos. AMORIN, P. As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945). In: SOUZA, F. SANTOS, P. AMORIN, P. **As relações Portugal -Brasil no século XX**. Porto: CEPESE, 2010.

SANTOS, G. "Política do Espírito": O bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. **Media e Jornalismo**, [S.l.], nº12, ano 7, 2008, p. 59-72.

SALAZAR, A. de O. **Discursos**: 1938-1943, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1943.

SERPA, Élio C..Revista Brasília: "Ver o outro nos próprios olhos". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 171, nº448, p. 99-128, jan/dez .2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2003. p. 231-269.

SILVA, Alex G. da. **Cultura Luso-Brasileira em Perspectiva**: Portugal, Brasil e o Projeto da Revista Atlântico (1941-1945). 2011 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TORGAL, Luís Reis. Literatura oficial no Estado Novo: prêmios literários do SPN/SNI. In. **Revista de História das Idéias**. Vol. 20, 1999.

TRONCA, Ítalo. O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v. 10. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

VIGEVANI, T. Os Militares e a Política Externa Brasileira: Interesses e Ideologia. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon de. (org.) **Sessenta anos de Política Externa Brasileira 1930-1990**, Vol. I Crescimento, Modernização e Política Externa. São Paulo: USP, 1996.

VINCENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ZUIN, J. C. S. A Crise da Modernidade no Início do Século XX. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. ano 6, n.11, p.67-90, 2001

REVISTAS

Atlântico: Revista Luso-Brasileira, nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, Lisboa, SPN/DIP, Maio de 1942 a Abril de 1945 (Primeira Série).

JORNAL

ANDRADE, M. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1940.

ANEXO 1 – TABELA DE COLABORADORES, PUBLICAÇÕES E INFORMAÇÕES SOBRE A GUERRA NA REVISTA ATLÂNTICO

Colaborador - Nº 1, MAIO/ 1942	Título da publicação	Natureza da Publicação	Possui informação sobre a Guerra?
António Ferro	Algumas Palavras de António Ferro	Artigo	Não
Lourival Fontes	Unidade Espiritual	Artigo	Sim
Tristão de Athayde	Oração aos Novos Mestres	Fragmento de um Estudo	Não
Marcelo Caetano	Inquietação e Esperança	Artigo	Sim
San Tiago Dantas	Os Estudos Filosóficos e sua Significação no Mundo Moderno	Artigo	Sim
Aquilino Ribeiro	Os Avós dos Nossos Avós	Artigo	Não
Mário de Andrade	O Génio e a Obra de Aleijadinho	Artigo	Não
João de Castro Osório	O "Criticon" de Gracian e as "Cartas Chilenas" de Gonzaga	Artigo	Não
Afrânio Peixoto	Filha de Rei	Fragmento de um Estudo	Não
Álvaro Lins	Notas Sobre o Romantismo Brasileiro	Artigo	Não
Luís Chaves	A Alma Colectiva do Povo Português	Artigo	Não
Vitorino Nemésio	O Ilhéu Emigra	Artigo	Não
Eugênio de Castro	Primeiro Aniversário	Poema	Não
Mário Beirão	Toada no Mar Oceano	Poema	Não
Augusto Frederico Schmidt	Primeiros Cantos do Poema O Descobrimento	Poema	Não
Adalgisa Nery	Eterno Tédio	Poema	Não

Fernanda de Castro	Ana Lúcia	Poema	Não
Cecília Meireles	Canção	Poema	Não
Carlos Drummond de Andrade	O Vôo Sobre as Igrejas	Poema	Não
Carlos Queiroz	D'Outro Mundo	Poema	Não
Natércia Freire	Sozinha	Poema	Não
Ruy Cinatti	Poema	Poema	Não
Luzia (Luísa Grande)	Saúde de Um Jardim	Texto Literário	Não
Maria Archer	Há-de Haver Uma Lei	Texto Literário	Não
Manuel da Fonseca	Solstício de Verão	Texto Literário	Não
Baltasar Lopes	O Sr. Euclides Varanda	Texto Literário	Não
Guilhermina de Azeredo	Soldado nº7 da 10ª Companhia	Texto Literário	Não
Guilherme de Castilho	Antero de Quental Reflexões de Metodologia Literária	Artigo	Não
José Osório de Oliveira	Bustos de Poetas Para Um Jardim Público	Artigo	Não
Pedro de Moura Sá	Três Novos Poetas	Artigo	Não
Luís Forjaz Trigueiros	Os Prosadores Mais Recentes	Artigo	Não
Gastão de Bettencourt	Música Brasileira: Uma "Ópera" Diferente de Todas As Óperas	Artigo	Não
Eduardo Libório	O Panorama da Vida Musical de Lisboa	Artigo	Não
António Lopes Ribeiro	Gil Vicente Representado Agora	Artigo	Não
Fernando Garcia	Possibilidades do Cinema Português	Artigo	Sim

Colaborador - nº 2 OUTUBRO/1942	Título da publicação	Natureza da Publicação	Possui informação sobre a Guerra?
Júlio Dantas	A Mulher na Obra de Alberto de Oliveira	Artigo	Não
Augusto de Castro	Juventude e Esplendor do Brasil	Artigo	Sim
Jorge de Lima	Poesia Veloz, Homem Lerdo	Artigo	Não
A. A. Mendes Corrêa	Os Portugueses Quinhentistas e a Sistemática Etnológica Brasileira	Fragmento de um Estudo	Não
Hernani Cidade	Duas Atitudes em Face do Brasil	Artigo	Não
Reynaldo dos Santos	O Significado Histórico e Artístico da Exposição de Retratos Portugueses do Século XVII	Artigo	Não
José Lins do Rego	O Bom e o Mau Fialho	Artigo	Não
Gustavo de Freitas	O Romantismo Realista de Cesário Verdes	Artigo	Não
Alberto Osório de Castro	Camilo Pessanha em Macau	Artigo	Não
José de Almada Negreiros	Prefácio ao Livro de Qualquer Poeta	Artigo	Não
Manuel Bandeira	Ultima Canção do Beco	Poema	Não
Paulo Silveira	Baía	Poema	Não
Tristão de Athayde	Vozes	Poema	Não
Américo Durão	Trajectória	Poema	Não
Cabral do Nascimento	Naufrágio	Poema	Não
Campos de	Salmo Perdido	Poema	Não

Figueiredo			
Murilo Mendes	Poema	Poema	Não
Carlos Drummond de Andrade	Versos à Bôca da Noite	Poema	Não
Vinicius de Moraes	Elegia Quase Uma Ode	Poema	Não
Merícia de Lemos	Pochade	Poema	Não
Sofia de Mello Breyner Andersen	Ao Encontro da Noite	Poema	Não
José Blanc de Portugal	Tarde	Poema	Não
Jorge de Sena	Enciclopédia	Poema	Não
Olavo D'êça Leal	A Intérprete e o Autor Desconhecido	Texto Literário	Não
Rachel Bastos	Uma Rapariga Vulgar	Texto Literário	Não
Graciliano Ramos	O Fim do Mundo	Texto Literário	Não
Erico Veríssimo	Crepúsculo	Texto Literário	Não
José Loureiro Botas	A Palaúrda	Texto Literário	Não
Carlos Parreira	"Adágio" Sobre as Ruas de Lisboa	Artigo	Não
Pedro Calmon	Teixeira Lopes	Artigo	Não
Carlos Queiroz	Ilustradores Modernos Portugueses	Artigo	Não
Santiago Kastner	Música Espanhola e Música Portuguesa	Artigo	Sim
J. A. Cesário Alvim	Manuel Bandeira	Artigo	Não
Álvaro Lins	Uma Nova Geração	Artigo	Não
José Osório de Oliveira	Notícias da Poesia, de Duas Maneiras	Artigo	Não
Correia de Melo	A Roda das Idéias	Fragmento de um Estudo	Não

Eduardo Freitas da Costa	Apontamento sobre Cultura e Accção	Artigo	Sim
	Notas		Sim

Colaborador - nº 3 MARÇO/1943	Título da publicação	Natureza da Publicação	Possui informação sobre a Guerra
Diogo de Macedo	Existe Uma Escultura Portuguesa?	Artigo	Não
Mário de Andrade	A Dona Ausente	Artigo	Não
Artur Maciel	Viana da Foz do Lima em 1534	Artigo	Não
Correia de Melo	Angra Em Fins do Século XVI	Artigo	Não
Edgard Cavalheiro	Notas Sôbre Fagundes Carela	Artigo	Não
Joaquim Leitão	Nostalgia do Brasil em Gonçalves Crespo	Artigo	Não
Otto Maria Carpeaux	Antero de Quental e o Pensamento Alemão	Artigo	Sim
Tasso da Silveira	Antero e Cruz e Souza	Artigo	Não
Jorge de Lima	À Margem de Euclides	Artigo	Não
Delfim Santos	Ideário Contemporâneo	Artigo	Sim
Ana de Castro Osório	Os Narradores das Lindas Histórias	Texto Literário	Não
Abgar Renault	Que Vozes Responderão?...	Poema	Não
Murilo Mendes	Estudo	Poema	Não
Vinícius de Moraes	Allegro	Poema	Não
Armando Côrtes-Rodrigues	Outono	Poema	Não
José Régio	Chegou a Noite	Poema	Não

João de Castro Osório	Metamorfose de Ninfas	Poema	Não
Adolfo Simões Müller	Inquietação	Poema	Não
Maria Manuela Couto Viana	Papão	Poema	Não
Luís Amaro	Adolescente	Poema	Não
Cícero Dias	Jundiá	Texto Literário	Não
António Ferro	Porquê?	Texto Literário	Não
Graciliano Ramos	O Moleque José	Texto Literário	Não
Maria da Graça Azambuja	As Senhoras Alta-Vista	Texto Literário	Não
Maria Franco	Distância	Texto Literário	Não
Frederico Alves	A Margem de Lá	Texto Literário	Não
Manuel Lopes	Chuva	Texto Literário	Não
Castro Soromenho	A Árvore Sagrada	Texto Literário	Não
António Ferro	D. Sebastião	Fragmento de um Estudo	Não
Bourbon E. Meneses	Lisboa: A Luz e o Tejo	Artigo	Não
Dutra Faria	O Homem e a Paisagem nos Açores	Artigo	Não
Álvaro Lins	O crítico Tristão de Athayde	Artigo	Sim
Rodrigues Cavalheiro	Nuno Gonçalves, Pintor do Mar e da Expansão	Artigo	Não
Manuel de Figueiredo	Do Momento Político e do Significado Histórico dos Painéis de S. Vicente	Artigo	Não
António Pedro	Alguns Pintores Brasileiros Modernos	Artigo	Não

Gastão de Bettencourt	Retratos de Músicos Brasileiros	Artigo	Não
José Blanc de Portugal	Música Portuguesa Contemporânea	Artigo	Não
António Lopes Ribeiro	O Preconceito "Intelectual" Contra o Teatro Português	Artigo	Não
Fernando Garcia	Realidades do Cinema Português	Artigo	Não
J. A. Cesário Alvim	Da Vida Brasileira	Artigo	Não

Colaborador - nº 4 NOVEMBRO/1943	Título da publicação	Natureza da Publicação	Possui informação sobre a Guerra?
João Neves da Fontoura	A Realidade do Acordo Cultural	Discurso	Não
Álvaro Ribeiro	Programa de um Estudo Nacional	Artigo	Sim
Vianna Moog	Brasil Arquipélago Cultural	Artigo	Não
José Osório de Oliveira	O Mito do Brasil	Artigo	Não
Teresa Leitão de Barros	Presença Feminina na Épica Brasileira	Artigo	Não
Hélio Vianna	D. Pedro II e os Escritores Portugueses	Artigo	Não
Francisco Fernandes Lopes	Do Germanismo de Antero	Artigo	Sim
Fidelino de Figueiredo	A Doença do Criticismo	Artigo	Não
Tristão de Athayde	A Morte do Jacaré	Texto Literário	Não
Gastão Cruls	Orquídeas	Fragmento de um Estudo	Não
Natércia Freire	Minha irmã	Texto Literário	Não

João Saraiva	A Caravela	Poema	Não
Afonso Duarte	Pequeno Poema	Poema	Não
Manuel Bandeira	Eu Vi Uma Rosa	Poema	Não
Ribeiro Couto	Roteiro do Atlântico	Poema	Não
Abgar Renault	Infinitamente Ausente	Poema	Não
Saúl dias	Poeta	Poema	Não
Jorge Barbosa	A Velha Pasta do poeta	Poema	Não
António Condeça	Inconfidência	Poema	Não
Rachel de Queiroz	Não Jures Pela Lua Inconstante	Texto Literário	Não
Amando Fontes	Deputado Santos Lima	Texto Literário	Não
Carlos Parreira	A Paz de Família	Texto Literário	Não
Luís Jardim	A Negra Cordolina	Texto Literário	Não
Marques Rebelo	Páginas de um Diário	Texto Literário	Não
Aleixo Ribeiro	O desterrado	Texto Literário	Não
Vinicius de Moraes	Capítulo Onze da Novela Inédita "Episódio"	Texto Literário	Não
Graciliano Ramos	O Barão de Macahubas	Texto Literário	Não
José de Lemos	César 1 César 2 César 3	Texto Literário	Não
Santa Rosa	Esquemas das Artes do Brasil	Artigo	Não
Manuel de Figueiredo	O Pintor Henrique Pousão	Artigo	Não
Mario de Albuquerque	O Papel das Universidades na Política Atlântica	Artigo	Não
Luís Silveira	A Literatura Brasileira nas Universidades da	Artigo	Sim

	Europa		
Marques Gastão	A Sinceridade no Romance Brasileiro	Artigo	Não
Gastão de Bettencourt	Retratos de Músicos Brasileiro	Artigo	Não
Edmundo Correia Lopes	A Música no Folclore Brasileiro	Artigo	Não
Diogo de Macedo	O Mistério da Arte dos Negros	Artigo	Não

Colaborador - nº 5 JULHO/1944	Título da publicação	Natureza da Publicação	Possui informação sobre a Guerra?
Getúlio Vargas	Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras	Discurso	Não
Vários	Homenagem Portuguesa a Tristão de Athayde	Artigo	Não
A. da Silva Mello	Instintos Fundamentais da Vida e Sua Significação	Artigo	Sim
Vieira de Almeida	Do Pensamento Português	Artigo	Sim
Octávio Tarquinio de Souza	Biografia e Romance	Artigo	Não
Otto Maria Carpeaux	Ensaio de Exegese de um Poema de Manuel Bandeira	Artigo	Não
Augusto Cunha	No Tempo do Paülismo e do "Orfeu"	Artigo	Não
Ademar Vidal	A Tradição do Maracatu	Artigo	Não
Luís Chaves	Os "Bonecos" Populares de Barro de Estremoz	Artigo	Não
Afrânio Peixoto	Outras "Viagens na Minha Terra"	Artigo	Não

Alberto Osório de Castro	Díptico	Poema	Não
Augusto Ferreira Gomes	Omega e Alpha	Poema	Não
António Ferreira Monteiro	Sete Contas para um Rosário	Poema	Não
Américo Cortez-Pinto	Anti-Sonho	Poema	Não
Paulo Silveira	Franciscana	Poema	Não
Augusto Frederico Schmidt	Suma	Poema	Não
Alphonsus de Guimarães Filho	A Face Pura	Poema	Não
Marcello Matias	Flor Tropical	Poema	Não
António Lopes Ribeiro	O Gerifalte Sáfaros	Poema	Não
Ruy Cinatti	Conversa com Nossa Senhora	Poema	Não
Maria Carmo	Um Dia	Poema	Não
João de Castro Osório	O Baptismo de D. Quixote	Texto Literário	Não
Dinah Silveira de Queiroz	A Luz Cinzenta	Texto Literário	Não
Adelaide Félix	O Calhandriz	Texto Literário	Não
Octávio Faria	Reni	Texto Literário	Não
Fernanda de Castro	Capítulo do Romance "Maria da Lua"	Texto Literário	Não
Enéas Ferraz	Beco Sem Saída da Lua	Texto Literário	Não
Rachel Bastos	O Romance do Largo	Texto Literário	Não
Graciliano Ramos	Insónia	Texto Literário	Não
António Conte	Jaime e o Fado	Texto Literário	Não

Tomaz Kim	Passos de Menino	Texto Literário	Não
Neves e Souza	Paísagens de Angola	Artigo	Não
Álvaro Lins	Biografia de Gonçalves Dias	Artigo	Não
Luís Silveira	Índices da Cultura Portuguesa Contemporânea	Artigo	Não
Eudoro de Souza	O problema da Filosofia Portuguesa	Artigo	Não
José Osório de Oliveira	A Literatura Brasileira em Portugal	Artigo	Não
<u>Soroa Filho</u>	A "Santa Catarina" de Domingos Carvalho	Artigo	Não
Gastão de Bettencourt	Retratos de Músicos Brasileiros	Artigo	Não
Fernando Garcia	Um Filme-Índice	Artigo	Não

Colaborador - nº 6 ABRIL/1945	Título da publicação	Natureza da Publicação	Possui informação sobre a Guerra?
Rosário Fusco	O Esforço Intelectual na Criação	Artigo	Não
Eudoro de Souza	As Núpcias do Céu e da Terra	Artigo	Não
Luís da Câmara Cascudo	Relação Étnica nos Mitos Brasileiros	Artigo	Não
Orlando Ribeiro	Expressão da Terra Portuguesa	Artigo	Não
Fernando de Pamplona	A Originalidade do Manuelino	Artigo	Não
Caio Prado Júnior	Formação dos Limites Meridionais do Brasil	Artigo	Não
Heytor Lira	O Factor Português na	Artigo	Não

	Independência do Brasil		
João de Castro Osório	Defesa do Génio Poético Português	Artigo	Não
Eugénio Gomes	Castro Alves e o Sertão	Artigo	Não
António Lopes Ribeiro	As Quatro Idades (Da Metamorfoses de Ovídio)	Poema	Sim
Maria Eugênia Celso	Irrealizada Evasão	Poema	Não
Guilherme de Almeida	Sonetos a Dinamene	Poema	Não
Jorge de Lima	Dois Poemas (Janaina e Pela Fé de Zambi)	Poema	Não
Cabral do Nascimento	Criação	Poema	Não
Anrique Paço D'Arcos	Poemas do Ausente	Poema	Não
Jorge de Sena	Exorcismo	Poema	Não
António Mendes Viana	Mormaço	Poema	Não
Natércia Freire	E Agora é Primavera	Poema	Não
Lygia	Transfiguração	Poema	Não
Maria Elvira de Castro Barroso	Despertar	Poema	Não
Fernando Garcia	Balada do Alentejo	Poema	Não
Luís Amaro	Diário de Infância	Poema	Não
Fernando de Paços	Desespêro	Poema	Não
António Quadros	Porque Choras? Porque Ris?	Poema	Não
João Manuel de Mascarenhas	Poema da Felicidade	Poema	Não
Luiz Ribeiro Soares	Offício da Floraçam da	Texto Literário	Não

	Sancta Crux		
Dinah Silveira de Queiroz	Nosso Amor	Texto Literário	Não
Maria da Graça Azambuja	As Estrelas Moram Longe	Texto Literário	Não
Clarice Lispector	Os Bonecos de Barro	Texto Literário	Não
Lúcio Cardoso	A Professora Hilda	Texto Literário	Não
Enéas Ferraz	Anunciação	Texto Literário	Não
Carlos Parreira	A Boneca de Pasta	Texto Literário	Não
Frederico Alves	Homo	Texto Literário	Não
Antunes da Silva	Último Dia	Texto Literário	Não
Genolino Amado	O Prestígio dos Vulgarizadores	Artigo	Sim
José Osório de Oliveira	Bernardo Guimarães (Prefácio Recusado)	Artigo	Não
Luís Silveira	Evocação de Manuel de Souza Pinto	Artigo	Não
José Augusto Cesário Alvim	O Professor Jonathas Serrano	Artigo	Não
José Osório de Oliveira	Mário de Andrade	Artigo	Não
Álvaro Lins	Sobre "Casa Grande e Senzala"	Artigo	Não
Edmundo Correia Lopes	Segundo Capítulo de Música Negra	Artigo	Não
Gastão de Bettencourt	Retratos de Músicos Brasileiro	Artigo	Não

ANEXO 2 – ACÔRDO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO

Documento anexado ao final da primeira edição da Atlântico: luso-brasileira contendo os termos que compuseram o Acôrdo Cultural Luso-Brasileiro de 4 de setembro de 1941.

DOCUMENTOS

ACÔRDO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO ASSINADO EM 4 DE SETEMBRO DE 1941, NO PALACIO DO CA- TETE, NO RIO DE JANEIRO, POR ANTÔNIO FERRO, DIRECTOR DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL, DE PORTUGAL, E DR. LOURIVAL FONTES, DIRECTOR DO DE- PARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA, DO BRASIL

A-fim-de promover uma íntima colaboração cultural entre o Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda, o Director do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal (SPN), e o Director do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Brasil (DIP), para tanto devidamente autorizados pelos seus Governos, estabelecem o acôrdo seguinte:

Artigo 1.º

É criada na sede do SPN uma secção especial brasileira, da qual fará parte a título permanente um delegado do DIP e, reciprocamente, na sede do DIP, uma secção especial portuguesa, da qual fará parte um delegado do SPN.

A estas secções incumbe, de maneira geral, assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo o que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países.

Artigo 2.º

Para os efeitos do artigo anterior, as duas secções criadas por este acôrdo promoverão especialmente;

a) o intercâmbio e publicação de artigos inéditos de escritores e jornalistas brasileiros e portugueses na imprensa dos dois países;

b) o intercâmbio de fotografias e o estabelecimento de um serviço regular mútuo de informação telegráfica relativa ao Brasil e a Portugal;

c) o envio ao Brasil e a Portugal, de conferencistas, escritores e jornalistas que mantenham vivo o contacto cultural entre as duas nações;

d) a colaboração recíproca em favor de uma orientação comum quanto a noticiário a ser divulgado acerca do Brasil e de Portugal;

e) a criação duma revista denominada *Atlântico*, mantida pelos dois organismos, com a colaboração de escritores e jornalistas portugueses e brasileiros;

f) a troca de publicações de turismo e propaganda, cabendo ao SPN a divulgação, em Portugal, das publicações brasileiras e ao DIP a divulgação, no Brasil, das publicações portuguesas;

g) a divulgação do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal;

h) a realização de emissões directas de rádio concernente aos fins deste acôrdo, bem como a permuta de programas radiofónicos;

i) a criação dum prémio pecuniário anual atribuído conjuntamente, pelos dois organismos, ao melhor trabalho literário, artístico, histórico ou científico, publicado em Portugal ou no Brasil, de interesse comum;

j) a realização e permuta de exposições de arte nacional e o intercâmbio de artistas brasileiros e portugueses, isoladamente ou em grupo;

k) a troca de actualidades cinematográficas, a exibição destas nos cinemas do Brasil e Portugal, e o estudo da eventual realização de filmes de grande metragem, de interesse